



Assembléia Constituinte do Estado do Paraná

COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, reuniu-se a Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, sob a Presidência do Senhor Deputado Constituinte Rafael Greca de Macedo, com a presença dos Senhores-Deputados Membros da Comissão, bem como do Senhor Presidente, Vice-Presidente e Primeiro Secretário da Assembléia Constituinte Estadual, Deputados Aníbal Khoury, José Afonso e Tadeu Lúcio Machado, respectivamente, e ainda dos Senhores Deputados Gernote Kirinus, David Cheriegate, Nereu Massignan e Paulino Delazeri. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da presente Reunião de Audiência, com a pauta relativa ao DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARANÁ, com os seguintes convidados palestristas: Dr. José Eduardo Vieira, Presidente do BAMERINDUS; Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, ex-Secretário da Indústria do Estado; Dr. Nelson Sofiatti, representando o BRDE local; Dr. Daniel Lopes Moraes; Senhor Deputado Juarez Furtado, ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Dr. Paulo Ricardo dos Santos, representando o BADEP; Dr. Francisco Gomide, Presidente da COPEL; Dr. Ary Queiroz, Vice-Governador do Estado do Paraná e Secretário de Meio Ambiente do Estado; Dr. Hitoshi Nakamura, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Curitiba; Dr. Clóvis Scharapp, membro da Sociedade de Pesquisa da Vida Selvagem e Educação Ambiental; Dr. Luiz Carlos Herde; Dra. Ivone Prespride, representando o Sindicato dos Madeiros do Paraná; Sr. Saul Zugman, membro da Federação das Indústrias do Paraná; Sr. Afonso Kamek, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medianeira; Sr. Zeno Minuzzo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pérola do Oeste; Sr. Odacir Sapienginski, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Planalto. Todos os pronunciamentos desta reunião encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e a contribuição prestado pelos Senhores palestristas à Assembléia Constituinte Estadual, convidando a todos para a Reunião de Audiência a ser realizada no dia 09 do corrente, a partir das 14:00 horas, no Auditório Luiz Gabriel Sampaio, com a



Assembleia Constituinte do Estado do Paraná

pauta: DIREITOS HUMANOS, PROMOÇÃO SOCIAL E SAÚDE PÚBLICA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu José Olimpio - Sotto Maior Macedo, secretário, lavrei a presente Ata, que depois - de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim - para que produza os efeitos legais.-----

DEPUTADO RAFAEL GRECA DE MACEDO
Presidente

José Olimpio S. Macedo
Secretário

Curitiba, 08 de março de 1989.

-1-

ARO

O SENHOR PRESIDENTE(Rafael Greca) - Convido os Senhores Deputados para que se dirijam à Mesa para nós iniciarmos a Segunda Etapa do Painel sobre desenvolvimento Econômico e Social do Paraná, da Comissão de Ordem Econômica e Social da Assembléia Estadual Constituinte. E convido também o nosso primeiro conferencista o Dr. José Eduardo ~~XXX~~ ~~XXXXXX~~ de Andrade Vieira, Presidente do Conglomerado Bamerindus para que também tome assento à Mesa.

Deputado Quirinus, por favor.

Senhores e Senhores, este é o segundo painel da Comissão Temática de Ordem Econômica e Social. A idéia é que os vários segmentos da sociedade do Paraná tragam para este Poder Legislativo a sua contribuição no que esperançam ver estampada na ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ Constituição Estadual.

Eu peço que também tome assento à Mesa o Exmo. Sr. Presidente da Assembléia, Deputado Aníbal Khury. ~~XXXX~~

O Deputado Aníbal Khury me dá a honra de ficar a minha direita, assim o Presidente do Banco, pelo menos uma vez, fica à minha esquerda.

Bom, então, como eu dizia, a idéia é reunir os mais variados segmentos da sociedade para que dêem as suas contribuições para o texto Constitucional. Porque fazer política na antiga Aristotélica era estar com os outros, os outros não são necessariamente os que pensam igual a gente ou os que são iguais a nós. Então, os Deputados do Paraná desta Comissão de Ordem Econômica e Social resolveram ouvir também os outros. Os outros que representa os variados segmentos da sociedade.

A Pauta de hoje é a seguinte:

seguinte:

Dr. José Eduardo Vieira, Presidente do Conglomerado BAMERINDUS, que vai falar sobre o futuro econômico do Paraná;

Dr. José Carlos de Carvalho, que vai falar sobre o Comércio e a Indústria do futuro do Paraná;

O Deputado Juarez Furtado, da Assembléia da Assembléia de Santa Catarina e o Dr. Glougerdo BRDE, que vão fazer um painel sobre os Bancos de fomento e a sua posição no desenvolvimento do Estado.

O Dr. Paulo Ricardo dos Santos DO BADEPE, que vai falar sobre as perspectivas do desenvolvimento econômico do Estado,

Dr. Francisco Gomide, que vai falar sobre os recursos energéticos e a Constituinte.

Professor João José de Garella, que vem falar sobre as propostas da Associação de Defesa e Educação Ambiental-ADEA.

Dr. Itoshi Nakamura, que vem falar ~~que xxxxxxxx~~ sobre proposta de preservação Ambiental do ponto de vista dos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente da Capital.

Dr. Clóvis Schrappe, da Sociedade de Pesquisa da Vida Selvagem e Educação Ambiental.

A Senhora Ivone Prespridi, quem vem falar sobre o direito ambiental.

Engenheiro Valter Biachini, por indicação do Partido dos Trabalhadores, que vem falar sobre o Meio Ambiente e o Usuário.

Esta Comissão trata da Ordem Econômica e Social, da política urbana, da política agrária, da Saúde, da Educação, do Meio Ambiente, dos direitos da Mulher e dos aposentados, e da Minorias, que efetivamente quer colocar no texto contitucional alguma coisa que seja o reflexo da sociedade toda, não da

14:25

-3-

ARO

não de uma Constituição de um só Partido nem uma Constituição para a próxima eleição. Mas, uma Constituição para a próxima geração e para todas as gerações de paranaense. ~~Exatamente já não~~ ~~é dado ao Brasil~~ Porque já não é dado ao Brasil perder tempo' e muito menos é dado ao Brasil fazer coisas provisórias.

Dr.

Então, eu passo a palavra a S.Exa. o ~~XXXXXX~~ José Eduardo Vieira para que nos dê a sua visão do futuro econômico do Paraná e o que que o texto constitucional pode espelhar no sentido de ~~para~~ melhorar e até garantir o futuro próspero para economia paranaense.

O SENHOR JOSÉ EDUARDO VIEIRA- Agradeço o convite formulado ' pelo Nobre Deputado Rafael Greca, Presidente desta Comissão, ao convite que nos fez, dando-nos a oportunidade de colocar o nosso ponto de vista neste temário tão importante para o futuro do nosso Estado e de nossa País.

Aproveito a oportunidade ~~para~~ para mencionar da responsabilidade da atual Assembleia Legislativa na formulação de uma nova Carta do nosso Estado. Uma oportunidade rara na vida de qualquer País, de qualquer Estado da Federação, ' porque, realmente, é uma oportunidade aonde se pode balizar o futuro do desenvolvimento do nosso país no resgate da pobreza ' para um estágio de vida econômica condizente com a potencialidade na riqueza do nosso Estado e do nosso País e que coloca// ' não só o Paraná mas o Paraná dá uma grande contribuição para ' que o Brasil ocupe no conceito das Nações...

08.03.89/OTM

~~12x20~~

14:30

-1-

O SR. JOSÉ EDUARDO VIEIRA - ... que o Brasil ocupe no conceito das Nações um lugar de destaque, um lugar onde o seu povo possa desfrutar das oportunidades, do conhecimento ~~xxx~~ atual que os homens ~~kax~~ têm, o conhecimento de ordem geral que propicia condições de vida melhores para todos os detentores desse conhecimento e eu acho que o Paraná por sua gente, por suas condições econômicas e pela potencialidade que oferece tem condições realmente de dar uma grande contribuição na arrancada do nosso País para este estágio de desenvolvimento, de progresso e de conhecimento, porque sem o conhecimento não se elimina a pobreza, não se elimina os problemas terceiromundistas.

Então esta é uma oportunidade da qual nós todos temos a obrigação e o desafio de nos desincumbirmos, que realmente é uma oportunidade para tirar o nosso Estado, o nosso País desta situação ~~que~~ tão dispare entre a riqueza e a pobreza.

Obviamente, nós temos algumas limitações já impostas pela Carta Magna que eventualmente pode inibir algum item, alguma colocação mais abrangente, mais ampla que se poderia fazer, mas eu acho que a criatividade dos nossos Deputados e o empenho desta Casa saberão contornar estas dificuldades e realmente criar uma Carta Magna moderna que sirva de exemplo para todos os outros Estados.

Eu colocaria já como uma primíça básica que a função básica de uma Carta Magna é a eliminação de todo e qualquer privilégio para qualquer classe. Oferecer uma garantia de igualdade de oportunidades para todos, para toda população, para todos os habitantes do nosso Estado. Lamentavelmente no Brasil nestes últimos 20/30 anos que nós temos visto é proliferar uma Legislação extremamente protetora de ^{minorias} ~~regalias~~ de privilégios de situações que ~~que~~ ferem os direitos das maiorias, quando o fundamento da Lei é garantir a igualdade de direitos, a igualdade de oportunidades..

Houve também nestes últimos anos um grande desvirtuamento da função do Estado e a ingerência excessiva do Estado em atividades que não lhe estão afetas na ânsia de dar soluções ao invés de ser o grande balizador e o grande mediador que as oportunidades fossem corretamente garantidas a todos os cidadãos e a todos

a ueles que exercem atividade empresarial o Estado se propôs a fazer e ao fazer ele já estabelece um privilégio pela estatização, pela garantia e pela eliminação da oportunidade de outros vi em a prestar determinados serviços ou executar determinadas tarefas.

Então uma das coisas que eu acho que tem que ser muito claramente posta seria a redistribuição da função do Estado na economia em geral. Eliminando-se órgãos supérfluos, órgãos que exercem atividades onde existem dezenas de empresas e pessoas com condições de exercer esta atividade que então deve ser exercitada pela livre concorrência que propicia um barateamento de custos, a oportunidade de criatividade de melhoria da qualidade de serviço em geral deixando-se de criar órgãos que eliminam essa concorrência, que eliminam essa pluralidade de atividade ...

O SR. JOSÉ EDUARDO VIEIRA:- ...deixando-se de criar órgãos que eliminam essa concorrência, que eliminam essa pluralidade de atividade que por ser exercido em pluralidade é sempre criativo e eliminador de privilégios.

Esta questão de se dar oportunidade para que muitos possam exercer determinadas atividades exerce também e por isso mesmo um papel altamente moralizador da atividade pública, porque todos aqueles que se sintam prejudicados, que perdem uma concorrência ou que deixam de prestar determinados serviços, se tornam fiscais da boa execução desses serviços, prestando então uma colaboração gratuita de fiscalização que sem dúvida nenhuma acarretará grandes benefícios para a comunidade em geral.

Ao propiciar esta igualdade de oportunidade para todos, o Governo como indutor do desenvolvimento, a maneira então dele incrementar o desenvolvimento, o crescimento, é através da concessão de estímulos e não da criação de órgãos para promover o desenvolvimento. Ele tem que criar estímulos para despertar o interesse não de ~~uma~~ um empresário ou de uma empresa, mas de muitos empresários e de muitas empresas a investirem naqueles setores onde se tenha chegado a conclusão de que precisa investimento. E eu tenho dito já em muitas vezes em muitos lugares que esta questão da definição das prioridades onde o Governo deve investir e que no Brasil hoje está muito confusa, muito mal definida e por falta de uma discussão amplamente democrática há muitos desconhecimentos, muitas inverdades, muitas manipulações destas questões de investimentos, do que realmente seja prioridade, eu acho que as prioridades são sempre aquelas que dão retorno mais rápido. Criou-se no Brasil esta falácia de que o Governo deve investir naqueles setores que dão retorno mais lento, que são de mais longa maturação, porque o sistema privado não vai investir nesses setores. O setor privado seria imediatista, objetiva um lucro a curto prazo então não tem interesse em investir em projetos de média e longa maturação e que então caberia ao Governo fazer este investimento...

Eu coloco que sendo o Brasil um país carente de recursos, carente de capital, eu acho que tanto o Governo quanto as empresas devem investir os seus poucos recursos que são insuficientes para fazer tudo aquilo que é necessário rapidamente, nós temos a obrigação, ambos, Estado e sistema privado, de investir naquelas coisas que dão retorno mais rápido, porque ao ~~obter~~ obter o retorno mais ~~rápido~~ rápido nós vamos obter o recurso de novo para reinvestir então num processo gradual, lento, cada vez ao longo do tempo mais naqueles projetos de média e longa maturação. Quer dizer, a prioridade do investimento é nos projetos de retorno mais rápido, porque o que tem se jogado fora de recursos neste país sob esta alegação de que por questões de ordem social o Governo tem que investir em projetos de média e longa maturação é algo de arrepiar os cabelos, a título de minorar, minimizar o problema social. O que eu digo é verdade, porque vem sendo feito isto há 20, 25 , 30~~m~~ anos e cada vez o problema social se agrava mais em nosso país, enquanto que se o Governo e o sistema privado investisse naqueles projetos de retorno mais rápido nós teríamos esse retorno para tornar a reinvestir num processo então de reinvestimento e de geração de lucros que cria empregos verdadeiros, que cria trabalho...

O SR. JOSÉ EDUARDO ANDRADE VIEIRA - ... trabalho calcado em base econômica de longa duração, minimizando o problema social porque o trabalhador brasileiro, o nosso pessoal mais carente, na realidade o que eles precisam é de emprego permanente. Essa ajuda ocasional é ilusória, não resolve o problema social; nós só podemos resolver o problema social através da criação de empregos de caráter permanente, e isso só a atividade econômica lucrativa é que garante. Nós estamos vendo o nosso País quase indo à falência porque investiu em projetos de retorno duvidoso. Então, não há lucro e podemos então cair numa grande crise por falta de recursos para reinvestir, porque se tivéssemos investido em projetos lucrativos, nós estaríamos então com recursos para continuar investindo, continuar gerando empregos e é o que realmente pode resgatar a pobreza nacional.

Cabe então nesse processo de geração de empregos e de investimentos em questões, em projetos de ~~xxxxx~~ de rápido retorno, a função do Governo é de fiscalizar o salário, é de estabelecer o salário digno, o salário justo e de fazer então com que todos cumpram com a legislação salarial para que não se cometam abusos e espoliações através de uma má aplicação da legislação na área salarial.

E também o aspecto importante nesta questão é o da profissionalização porque no Brasil investiu somas enormes na Educação e nós não temos profissionais habilitados. E eu ~~xxxxx~~ também aproveito para dizer que mais vale nós termos pessoas habilitadas profissionalmente e que não saibam assinar o seu nome do que termos aí centenas de milhares de letrados que não sabem fazer nada. É melhor um carpinteiro, um tratorista, um mecânico que saiba exercer corretamente e adequadamente a sua profissão do que estarmos preocupados em ensinar a ler e a escrever esse cidadão que depois não sabe produzir, não sabe ganhar, não contribui para a melhoria da produtividade nacional.

Não podemos nos esquecer que a nossa Federação passará a existir a partir do momento em que os nossos municípios, os nossos Estados façam valer a sua vontade. Então, eu coloquei no início que es

início que estamos já cerceados na nossa criatividade e na nossa vontade e na nossa vontade eventual de criar certos dispositivos na nossa Legislação porque estamos cerceados pela Legislação Federal, e eu acho que então nós deveríamos, se vier acontecer este conflito, rediscutir ou discutir este conflito, criar um atrito com a Constituição Federal, e eu diria até mesmo levar a questão ao Supremo Tribunal Federal se for o caso para fazer valer o nosso direito de Estado federativo, sem nos sujeitarmos, sem abdicarmos desse direito "a priori" porque a Constituição já nos cerceia. Eu acho então que nós temos de ir `a luta e procurar até mesmo mudar a Constituição Federal se esta Casa entender que para o nosso Estado qualquer dispositivo que conflite com a Federal, seja do nosso Estado, seja do interesse dos nossos municípios. Eu acho que esses são os fundamentos básicos e da maior valia para este momento que nós estamos vivendo na vida do nosso Estado, e com isso estaremos dando uma grande contribuição para que realmente os cidadãos façam valer os seus direitos de cidadania.

Muito obrigado por esta oportunidade e quero já manifestar a minha certeza de que os Nobres Deputados que compõem esta Casa têm condições de dar essa contribuição e com certeza saberão cumprir esse grande papel que lhes está reservado. E também eu quero deixar registrado que na Constituição de 1950...

... que na Constituição de 1950 tenho a honra pois meu pai participou dela então registro isso como um fato de relevância nesta minha vida e um interesse muito especial que eu tenho na Constituição do nosso Estado, não vou contribuir diretamente porque não sou Deputado, mas tenho o máximo prazer, a máxima satisfação de dar a toda a contribuição que for necessária e que tiver dentro da minha capacidade de dar: E tenho certeza que esta Casa deverá cumprir o seu dever. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE -)(Rafael Greca)

Dr. José Eduardo de Andrade Vieira em nome dos Deputados aqui presentes e em nome do Poder Constituinte Estadual agradecemos sobremaneira a sua gentileza de vir a esta Casa dar a sua contribuição que reputamos oportuna, sobretudo nos aspectos, em que frisa, V.Exa., a justiça social e a valorização do princípio federativo. Como dizia Rui Barbosa : " Ou o império faz a Federação ou se faz a República." Nós já fizemos a República que já foi velha, nova, novíssima, vimos envelhecer agora é centenária não sei que nome vai dar a próxima agência de publicidade do próximo governo da República, mas, ainda não fizemos a federação. Então agradecemos muitíssimo a sua presença, da sua assessoria e eu quero esclarecer que S.Exa. quiser nos honrar ~~xxx~~ assistindo ao prosseguimento do painel é bem vindo mas também está dispensado devido ser um home muito ocupado.

Eu convúdo à Mesa ~~do~~ Dep. Juarez Furtado - ex-Presidente da Assembléia Legislativa de Sta. Catarina e Presidente da Seccional Sul UPI, convuido também o Dep. Luiz A. Martins de Oliveira e ainda o Dep. Pedro Tonelli, o Dep. Costenaro. Em prosseguimento o relator Dep. Haroldo Ferreira. Eu convuido o ex-Secretário da Indústria e empresário Dr. José Carlos Gomes de Carvalho: com o tema O Futuro do Comércio e da Indústria do Paraná. O Dr. Carvalho é conhecido pelo seu dinamismo, pela sua participação na vida empresarial do Parná, pelas vezes em que fez o Paraná romper a sua barreira de timidez no cenário nacional, inclusive exercen-

do Presidência de entidades nacionais voltadas à promoção empre-
saria e vem nos dar a sua contribuição como cidadão, abordando
o tem o Comércio e a Indústria, os recursos minerais, os recur-
sos da sociedade e do território paranaense para elaboração do
futuro do Paraná e o próprio texto constitucional.

O SR.DR.JOSÉ CARLOS G.de CARVALHO - Prezado Deputado Rafael

Greca que preside a ...

O SR. JOSÉ DE CARVALHO : Deputado Rafael Grecca que preside esta Comissão de Ordem Econômica e Social, Deputado Haroldo Ferreira, relator desta Comissão, demais Deputados componentes da Mesa, senhores Deputados, demais presentes.

Inicialmente eu quero dizer da grande honra do convite que eu recebi para falar nesta Casa de Leis a respeito da nossa Constituinte com relação ao comércio e a indústria. Estou falando com uma relativa dificuldade, ~~mas~~ porque eu saí da cama hoje, acidentado, estou aqui enfaixado, com tres costelas quebradas, mas eu não poderia me furtar e mais do que isso, pela honra de, no momento que esta Casa de Leis, quando elabora a Carta Magna do Estado, ela chama a sociedade, através dos seus diversos segmentos para aqui debaterem e trazerem algumas contribuições que por certo servirão para análise desta Douta Assembléia que vai, no Ordenamento Jurídico, colocar em prática, aquilo que é, em última, o direito de cidadania de todos nós.

Há dois anos atrás, quando assumimos a Secretaria de Indústria e Comércio, nós dizíamos e continuamos dizendo hoje, porque fazer política, não significa necessariamente ocupar cargos públicos. Fazer política é participar ativamente do movimento que levam à melhoria da qualidade de vida da nossa sociedade. Mas dizia eu que o Paraná é um Estado de vocação agrícola. Ninguém duvida que neste Estado, senhor Presidente, se pratica agricultura mais moderna deste País, no entanto, com o passar dos anos se chegou a uma conclusão extremamente simples, que o desenvolvimento econômico está calcado no tri-pé do setor primário, do setor secundário e do setor terciário.

O setor primário do Paraná, como disse, setor forte, atualizado, com um poder de força muito grande, não só dentro do País mas mesmo externamente. Já não ocorria isto com a nossa indústria, que é o setor secundário, por inúmer-

ras razões que eu vou procurar, de forma breve colocá-las, e o setor terciário, forte no Paraná, extremamente forte, porque nós sabemos que nas regiões onde se desenvolve a indústria, o comércio segue normalmente atrás.

Mas, estranhamente o Paraná sem ter o setor secundário forte, nós temos o setor terciário muito forte que já contrinuía há dois anos atrás com 33% da equalização da nossa economia.

Ora, o que é que acontecia nesse nosso contexto? Era uma indagação que todos os paranaenses faziam, porque para industrializar um Estado, claro está que era preciso algumas premissas básicas e essas premissas o Paraná já tinha: estou me referindo à infra estrutura. O Paraná, como todos os senhores sabem, passou por vários ciclos: o ciclo da madeira, da erva-mate, do café e agora vivemos o magnífico ciclo dos grãos. Porque é que nós não tínhamos até então uma indústria forte, a não ser no setor de alimentos? Por uma razão simples, por falta de determinação. Mas não é determinação do verbo determinar. É determinação de vontade. Programa de governo como é o programa do atual Governo, de industrializar o Estado.

Eu dizia que para industrializar o Estado era necessário uma boa malha rodoviária - que o Paraná já dispõe -, uma boa malha ferroviária, que o Paraná igualmente dispõe e que complementa agora, indo para a região oeste - responsável por mais ou menos 28 a 30% dos grãos produzidos - neste Estado. É preciso um porto eficiente e eficaz². Nós temos hoje no Paraná ...

O SR. CARVALHO. - É preciso um Porto eficiente e eficaz.

Nós temos hoje no Paraná o melhor Porto do País; se o Porto de Paranaguá não é o maior é, sem dúvida alguma, o mais eficiente, porque não tem os inconvenientes do Porto de Santos e não tem igualmente uma administração que levou o Porto de Santos quase à insolvência. O Porto de Paranaguá hoje é um Porto economicamente viável, com suas finanças perfeitamente equilibradas e que traz como exemplo o maior porto graneleiro do País.

Ainda falando da infraestrutura, nós precisamos de energia elétrica. Energia elétrica, e quando se fala no Paraná se lembra logo de Itaipu. Eu devo dizer que Itaipu foi fundamental ao processo energético nacional, porque nós temos um sistema integrado de energia, mas o Paraná é autosuficiente em energia, porque tem "Surbone" no Paraná porque tem Copel e que todos nós paranaenses nos orgulhamos. A Copel ao longo de todo este período promoveu não só produção de energia, a produção de energias renováveis, alternativas, e produziu uma gama notável de técnicos que têm dado uma grande contribuição ao nosso desenvolvimento.

Continuando a análise ainda dentro da infraestrutura, eu diria que o Paraná dispõe naturalmente de posição geográfica privilegiada. Se observarmos num raio de 1000 quilômetros atingiremos as principais capitais brasileiras e as principais capitais da Latino América, isto é sem dúvida ponto favorável a nós. Se o Paraná dispõe desta infraestrutura realizada ao longo dos Governos e agora reforçadas naqueles pontos pelo atual governo, absolutamente necessários como o caso das rodovias rurais que vão levar a produção às rodovias vicinais e ainda às rodovias estaduais e ainda o escoamento para outros Estados e Países. Nós do Paraná, não podemos nos conformar só em sermos o maior produtor de grãos do País. É sabido igualmente que as riquezas da geração de tributos não só ocorrem na transformação desses produtos. Então, hoje nós produzimos, somos o maior produtor de algodão, mandamos algodão para S.P., para M.G. às vezes para o R.S. e lá o algodão é beneficiado e lá se geram os tributos, os empregos, e depois nós ~~reimportamos~~ ^{reimportamos} isto como produto acabado para que aqui a nossa indústria de ponta possa trabalhar. E assim é com o algodão, com a soja, o milho, etc. Então é preciso que haja um despertar de consciência para que nós industrializássemos no nosso Estado, porque o Estado dispõe do principal, o maior investimen

to já está feito. O que é preciso é que além da determinação do Governo, a ~~determina~~ coordenação. Porque ao Governo não compete industrializar.

Quantas vezes recebi visita de alguns prefeitos que diziam, Carvalho, você precisa levar uma indústria para a minha região. Então era preciso uma conscientização dos municípios porque a industrialização não é feita pelo Governo a ele compete a coordenação. E ~~foi~~ foi assim que fizemos. Primeiro, levantando as vocações de cada região. Feito isso, vendendo a idéia de que era possível realmente industrializar, não só com atração de novas empresas do ~~superior~~ e ~~novas~~ e de outros Estados do Brasil mas também dos atuais empresários do Paraná que num processo ...

.....

O SR. CARVALHO : - ... Que num processo de diversificação poderiam ainda aumentar a sua atividade econômica no processo Industrializatório. Vamos citar aqui alguns exemplos:

- Eu me lembro que o Deputado Mezadri, certa feita, me convidou para ir numa reunião em Campo Largo, com ceramistas de Campo Largo, e conversamos demoradamente, com ceramistas de Campo Largo, e eles nos disseram "Nós não podemos mais desenvolver o polo cerâmico de Campo Largo, porque nós não temos aqui o (ininteligível)".

Imediatamente nós nos dispusemos ~~aprox~~ com o Deputado, com apoio de todo o Governo e logo concluimos que a Petrobrás em Araucária, que está ali, não seria capaz de nos fornecer o gás, porque o gás produzido ali, já está comprometido, uma parte para o seu próprio consumo e a outra parte para (~~ininteligível~~) a Ultra Fértil.

Normalmente, o assunto morreria aí, mas não, nós fomos buscar uma alternativa, qual seja, o Xisto de São Mateus do Sul, que tanto se falou na produção do Petróleo, e nós sabemos que hoje ele é inviável, pelos seus custos, nós aí sim, fomos buscar a Produção do Xisto, ou a produção do gás; e o que aconteceu? aconteceu que a Incepa neste momento, está construindo a maior fábrica da América Latina, no seu setor, exatamente em S. Mateus, porque foi possível naquela Região, se conscientizar num Projeto Piloto, e sem dúvida alguma, para frente, outras Indústrias lá estarão. Região que já foi de grande exponencial para a nossa Economia, quando a erva-mate era o nosso carro chefe, quando o rio rio era navegável etc... etc...

Um dos últimos atos antes de sair do Governo, foi solicitar do Governador Álvaro Dias que ele passasse para a Copel a responsabilidade, dos estudos já agora do gás, que fatalmente nós teremos na Bacia de Guarapuava, porque nós não vamos esperar que a Plataforma Marítima venda o gás ~~depois~~ depois do Petróleo, e que nós não tenhamos nenhum aviso. S. Excelência o Governador assim o fez, e hoje a Copel através de um Departamento que tem competência de Energia Alternativa, já está nos estudos bem avançados.

O SR. JOSÉ CARLOS DE CARVALHO: ... outros em fase de construção. Eu mencionaria, aqui, por exemplo, no campo da bio-tecnologia, a 1ª fábrica de bio-tecnologia da América Latina, que dentro de poucos dias estará sendo inaugurada em Araucária e que vai, sem dúvida alguma propiciar um salto imenso na nossa economia. Nós sabemos, por exemplo, que o grande problema do café, qual foi? A geada, que dizimava os nossos cafezais, quando nós sabemos que através de um processo bio-tecnológico, nós poderemos ter sementes resistentes às intempéries do tempo. E aí poderemos, novamente, não ter a monocultura do café, mas sim um café de qualidade, um café que possa competir no mercado internacional, trazendo, evidentemente, e gerando desenvolvimento econômico dentro do nosso Estado. De forma que a nossa visão continua sendo da industrialização. O tema proposto por mim é a industrialização e o comércio. Do comércio tenho muito pouco para falar, porque o comércio no Paraná já é forte. O setor terciário já contribui com mais de 30%. Então, é preciso que a industrialização continue. Precisa-se de programa de Governo. O Paraná não tem muita coisa a mais a investir. Foi o tempo que os Estados, para se industrializarem entravam numa briga e numa disputa que levava às vezes até à insolvência o próprio Estado, numa concessão interminável de incentivos. Nós não concedemos, este Governo não concedeu nenhum incentivo para trazer 4 bilhões e meio de dólares para o Paraná. Os 4 bilhões e meio de dólares que vieram para o Paraná e que estão aí, no processo que acabei de mencionar é porque o Paraná dispõe daquilo que é o principal. Agora, deixamos aí escrito e está em pleno funcionamento o PROIN, que é um Programa de Desenvolvimento do Setor Produtivo, mas um programa inteligente, que financia parte daquilo que será geração de futuro ICM. Mas, não dar incentivos como ao longo dos anos se deu.

O Estado de Minas Gerais, eu te nho citado como exemplo porque o Estado de Minas não tem porto de mar, o Estado de Minas não tem as terras férteis como as que nós temos. O Estado de Minas tem condições muito diferentes e muito diferenciadas das do Paraná. E no entanto, eles são hoje a 2ª maior economia do País. E sabem por quê? Por uma única razão. Porque souberam, no devido momento, industrializar o Estado.

Eu quero finalizar, porque o tempo que me foi dado acho que já está esgotado, senhor Presidente, mas eu gostaria de colocar aqui que é preciso, urgentemente, que nós não esqueçamos destes fundamentos básicos da nossa economia futura. A nossa agricultura, por mais moderna, por mais eficaz que ela seja, ela está saturada. Nós não temos mais áreas, no Paraná nós não dispomos mais de áreas para que possamos

abrir novas fronteiras agrícolas. Está aqui o Deputado da região do sudoeste, onde eu também disponho de negócios e nós sabemos que grandes companheiros do sudoeste, Deputado, irão sair. Como eu também saí. Eu mantenho pequenos negócios, lá, e fui plantar onde? O Haroldo, que é da mesma região, nós fomos lá para a região centro-oeste. Por que? Porque as terras são férteis, porque o preço é a metade, porque as terras são todas agriculturáveis, não são quebradas, como a nossa do sudoeste. E há um deslocamento do nosso eixo agrícola para esta região. Ora, se nós dispomos destas informações, se nós dispomos de infra-estrutura, se nós dispomos de um Governo que está empenhado na industrialização, eu acho que é fundamental que no momento em que se elabora a Carta, que não se pense nos incentivos. Mas, que se pense isso sim, no apoio efetivo, na aquelas empresas que querem aqui no Paraná, sejam elas daqui, em novos investimentos, sejam elas de fora ou sejam elas do exterior, elas têm que ter o mínimo de condições para aqui se instalarem e aqui se desenvolverem.

Eu quero finalizar, colocando em todo este processo um tema que tem sido muito pouco abordado. Os que conhecem bem o País, os que convivem com os Estados mais industrializados, sabem que hoje um grande gargalo são as relações entre trabalhadores ...

O SR. CARVALHO : - ^{quando} para que ~~o~~ gás venha (ininteligível), nós não permitamos que mais uma vez aconteça que o gás vá para outras Regiões.

A nossa visão do processo industrializatório, é muito clara, nós não podemos nos contentar pelo fato do Estado, ser um Estado Agrícola, se fale em agro-indústria.

É evidente que a agro-industria, é fundamental, e nós damos grande ênfase na Agro-indústria, mas é preciso lembrar também na hora que o mundo viu uma pequena aldeia, na hora que o México, os Estados Unidos e o Paraná, formam um grande grupo, os Países Asiáticos, outros, os Países da Europa se reúnem para em 1992, sem fronteiras sem um único comércio, É preciso, que evidentemente, nós, que nós só poderemos disputar com nossos irmãos Latinos Americanos, no momento, que nós tivermos também aqui no Paraná, tecnologia avançada, tecnologia de ponta, metal mecânico, e assim por diante.

Não foi por outra razão, que nós conseguimos, aqui alguns projetos, que já não são mais projetos, alguns em fase de inauguração, alguns já foram inaugurados, outros em fase de construção...

JOSÉ C. CARVALHO -... as relações entre trabalhadores e empregadores.

No Brasil nós não temos ainda uma consciência empresarial nos moldes que outros setores de nossa economia ou de nossa própria cultura já avançada. Evidente que não es tou falando dos empresários modernos, naqueles que entendem que alguém não é alguém sozinho; que num empreendimento onde tem pessoa, que será por exemplo esta sala magnífica, com o quadro do Potti nas minhas costas; o que será esta sala depois desta reunião. Um amontodado de cadeiras, de móveis e mais nada, porque o mundo essencialmente é feito de gente. E nas relações de empregadores e empregados ocorre a mesma coisa.

Os empregadores modernos são aqueles que entendem que só através do conjunto, através de programas inteligentes, de administração por um objetivo, onde haja efetivamente a participação de todos, é que nós podemos desenvolver. E o Paraná de uma forma bastante tupiniquim, nós conseguimos no ano passado fazer o primeiro pacto nacional. E neste primeiro pacto nacional eu tive a honra de coordenar juntamente com o Carom que foi um fiel e competente colaborador na Secretaria. Tive oportunidade de constatar aquilo que se vê no jornais, nos veículos de comunicação, as lideranças dos trabalhadores, elas estão infinitamente mais bem preparadas que as lideranças empresariais. E quem nos fala é um líder empresarial nacional do meu segmento econômico. Mas isso eu constatei pessoalmente que depois de inúmeras reuniões nós chegamos à conclusão que era possível sim em caráter permanente trabalhadores através de lideranças organizadas e os empregadores através de lideranças também organizadas discutir na Mesa com clareza aquilo que é possível fazer dentro, evidentemente do contexto do país. E isso não tem sido muito explorado no Paraná.

O Paraná tem dois dados, para terminar Sr. P Presidente. Foi o único Estado do Brasil que cresceu no ano passado

passado. Os dados não são meus. Os dados são do IBGE e foram divulgados agora amplamente e o Paraná foi o único Estado da Federação que não teve uma única greve sequer no ano passado na área empresarial. As greves que houveram foram no setor público, mas na área empresarial não teve uma greve sequer.

O que significa isso? Ou os comunicadores do Paraná são muito inteligentes e os empregados são muito burros; e vice-versa.

Nenhuma das duas.

O que houve no Paraná foi discussão na Mesa com muita clareza aonde começa o seu direito, termina o meu e, vice-versa. E estabelecemos regras e essas regras foram cumpridas integralmente.

É evidente que o empresário retrogrado, que também temos, não conseguiram acompanhar a evolução deste pensamento. É evidente que os funcionários das empresas, eu falo isso porque eu tenho 2500 empregados e, posso falar de cadeira, os empregados, os trabalhadores, os segmentos mais especializados, é evidente que não podiam continuar vivendo com um salário simplesmente da URP, se nós vivíamos com uma inflação devastadora que corrói o salário, que corrói a economia, como querer que os trabalhadores possam viver com o mísero percentual que a URP lhe dava.

Por que nós temos empresas de sucesso em determinados segmentos e no mesmo segmento temos empresa mal sucedidas?

É evidente que é um problema de gerenciamento e um problema básico de relações entre trabalhadr e empresa.

No Paraná nós conseguimos isso. Não conseguimos a totalidade, mas conseguimos a grande maioria. As categorias.....

8/03/89

mlm

15,15 hrs.

-1

O SR. JOSÈ CARLOS DE CARVALHO:--...as categorias anteciparam os salários porque é ato de inteligência fazer isso, não é ato de benevolência, é ato de inteligência, porque o tul-over diminui, nós sabemos, Sr. Presidente que toda a vez que aumenta/ o tul-over aumentam os custos,então o que fazíamos, a maioria das empresas do Paraná? Dava os ajustes da URP e complementavam próximos à inflação, até por ato de inteligência, como disse, porque quando se / concluía o dissídio que fecha no ano, você não tinha um grande GAP, para pagar, você estava muito próximo.

Colocadas estas questões eu deixo aqui, Sr. ~~XX~~ Presidente, a minha mensagem de fé, de otimismo e daqueles que acreditam no poder de centralizar, daquele que acredita na democracia, daquele que acredita no respeito às Leis, daquele que acredita que é / possível, sim, transformar o Paraná num grande polo industrial e comercial e junto com a agricultura, que já é forte, nós poderemos ter, muito breve, não só um Estado produtor de grãos, mas um Estado de Economia equalizada, onde todos, por certo, viverão melhor.

muito obrigada.

APLAUSOS.

O SR. PRESIDENTE:--(Rafael Greca):--Dr. José Carlos de Carvalho, nós agradecemos as suas ~~XXXXXXXXXX~~ lúcidas palavras sobre as perspectivas otimistas com relação ao Comércio/ e a Indústria do Estado do Paraná e tenho certeza elas serão traduzidas no texto constitucional em Artigos de Lei que garantam o desenvolvimento do Estado e à esta idéia do polo agro-industrial que nós merecemos e ainda não temo.

Eu lembro a V. Exa. que o Painel ainda continua como sei que V. Exa. é extremamente ocupado e tem viagem marcada para São Paulo, eu o desobriço de participar da continuidade dos trabalhos.

Convido, na sequência, para falar sobre os Bancos de Fomento, com base na medida dramática e lamentável, para os /

08/03/89

mlm

15,15 hrs.

-2

três Estados do Sul, a extinção do Banco REgional de Desenvolvimento Econômico que havia sido criado por decisão das três Assembléias, da Assembléia do Paraná, da De Santa Catarina e da do Rio Grande do Sul, o Deputado Juarez Furtado, Presidente da Seccional Sul da União Parla-
mentar Interestadual, e depois o Dr. Gloguer do BRDE local.

UM SR. PARTICIPANTE:- Sr. Deputado, licença, nós estamos aqui, uma /
Comissão de Funcionários do BRDE, extinto, V. /
Exa. está sabendo, a partir de hoje o BRDE está em liquidação, então /
viemos assistir esta Comissão. Para representar o Dr. Gloguer o Dr. /
Soffiatti.

O SR; PRESIDENTE: - Não tem problema, o Deputado Juarez Furtado fala-
rá, representando as Assembléia do Sul, ele foi Ex
Presidente da Assembléia de Santa C^atarina, e é da UPI, ele teve a /
bondade de vir de Florianópolis ~~XXXXX~~ até aqui, a convite do Deputado
Luiz Alberto e desta ~~XXXXXXXXXX~~ Comissão, e em seguida daremos ao E-
conomista Sofiatti a oportunidade de participar do Painei.

O Deputado ^Pprefere que o Economista fale em 1º lu-
gar, eu o convido então a tomar assento à Mesa.

O SR. ~~XXXXXX~~ SOFIATTI:- Boa-tarde...

O SR. SOFIATI - Boa tarde a todos. Ontem foi entregue já uma proposta de uns funcionários, sobre o tema da Assembléia Constituinte, Comissão da Ordem Econômica e Social. Então nós apresentaremos também rapidamente sobre este assunto, sem entrar em detalhes, e temos até uma série de documentos que podemos deixar com os senhores deputados e demais interessados, sobre a questão do banco e a questão que se discutia da transformação do banco.

O que nos parece realmente importante a nível da economia da região Sul, é a necessidade de que os três Estados mantêm no no vo prazo uma estrutura regional de desenvolvimento, ou seja, é necessário que os três Estados tenham um banco regional de desenvolvimento.

Os fatos das últimas horas aí colocam a situação dramática que é a decretação da liquidação desse organismo estatal, que vem há quase 30 anos financiando empreendimentos dos mais variados setores da economia, tanto empreendimentos públicos, como empreendimentos privados. É uma organização que durante todo esse tempo demonstrou os seus resultados. Não se trata de uma intervenção que venha a liquidar um banco, por motivos de malversação de verbas públicas ou de dinheiros públicos ou por corrupção ou por qualquer outro motivo. É basicamente uma questão política, no nosso entender. Inclusive, tenho um documento aqui que deixaremos, que foi feito no final desta última semana e que coloca inclusive a questão da transferência do BRDE para o Governo Federal.

Porque o problema do BRDE como já é público e notório, é apenas a inadimplência que se acumulou durante vários anos nos governos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e do município de Curitiba, em função do projeto da Cidade Industrial. E o não pagamento desse financiamento, fez com que o banco tivesse que honrar junto as fontes primárias dos recursos estes pagamentos.

Então o banco foi aplicando em primeiro lugar todos os recursos próprios e posteriormente passou a captar recursos no mercado, CDB, RDB, CDI, para ir rolando essas dívidas.

Ocorre que, com os altíssimos índices inflacionários do ano passado e dos anos anteriores também, essa dívida teve um crescimento explosivo. E ainda no primeiro deste ano, os juros altíssimos e agora também, após o Plano Verão, esse crescimento se realimentou. Então é uma dívida que a curto prazo, os Estados e o município de Curitiba, aí deve-se dizer que o Estado do Paraná não deve ao BRDE e que tem inclusive um saldo de operações, ^{pequeno, e} esses Estados de Santa Catarina, Rio Grande não tinham como não tinha Curitiba condições de pagar essa dívida a curto prazo.

Então estávamos propondo a transferência do banco para o Governo Federal. Quer dizer, continuaria a ser um banco regional, um banco de desenvolvimento, só que um banco federal.

Então nesse título procura-se um financiamento de longo prazo aos Estados e ao município para que liquidassem a dívida junto ao banco. E isso sendo feito estaria sanado perante o BRDE. Quer dizer, que você empresta recursos para projetos, com autorização do Governo Federal e esses recursos não são devolvidos ao banco, não são pagos.

Então não é um problema interno do BRDE, na verdade é um problema que se originou junto aos Estados que são os donos do banco.

E eu inclusive me admirei hoje, que a imprensa divulga a dívida de 850 milhões dos três Estados. Isso não é o total da dívida vencida. É uma parte que ainda não venceu. - De 450 milhões do Rio Grande - 330 de Santa Catarina e 70 milhões do Paraná, serão transferidas do BRDE para o Tesouro Nacional. Ela será paga em 15 anos, com 18 meses de carência. O não pagamento das dívidas contraídas posteriormente foi motivo para o BRDE apresentar problemas de déficit.

Quer dizer, então o que o Governo Federal aceita, refinar essas dívidas dos Estados para o BRDE, eu não vejo nenhum motivo para fechar o BRDE. Pelo contrário e essa questão me parece que a continuidade do organismo quanto ao banco regional de desenvolvimento, que seja provavelmente de caráter federal, ele está nas mãos dos Senhores Deputados Estaduais, Federais e dos Senadores. É uma questão realmente política....

O SR.

- ... é uma questão realmente política. Eu passarei às mãos da Mesa que posteriormente poderá distribuir. Entrando especificamente na proposta da Constituinte, nós fizemos aqui uma proposta que foi amplamente discutida dentro do BRDE e enviamos cópia aos nossos colegas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul no sentido de que eles lá também discutissem a matéria e encaminhassem também as respectivas Assembléias Constituintes

Nós estamos propondo aqui uma série de itens que em lendo a Constituição do Estado não encontramos lá apoio para as questões que estão aqui abordadas. Então nós estamos propondo basicamente a criação do Conselho Estadual do Desenvolvimento a ser intergrado pelo Governador do Estado ou pelo seu representante que será o ~~Presi~~ Presidente do Conselho, pelos Diretores Presidentes do Banestado, Badep e BRDE, pelos representantes das universidades e centros de pesquisas, representantes patronais da agricultura, pecuária, cooperativas, indústria e comércio, serviços e bancos privados, representantes sindicais dos trabalhadores na agricultura indústria e comércio serviços de bancos e também representantes dos servidores públicos. Então este seria um organismo novo que não existe ainda na estrutura de Governo que ~~na~~ teria por tarefas entre outras administrar o fundo de desenvolvimento econômico estadual que é um fundo que está sendo também proposta a sua criação e que deverá absorver o existe Fundo de Desenvolvimento Econômico o FDE, mas com um escopo de objetivos mais ampliados.

Esse organismo que nós estamos propondo, a gente reputa assim bastante importante porque entre outras ações ele daria competência para autorizar a contratação de grandes operações de crédito entre os bancos públicos Badep, BRDE, Banestado e empresas estatais, de modo que se evitasse no futuro situações como a vivida recentemente pelo BRDE ou por outros organismos, e também houvesse uma transparência dentro dessas operações de crédito.

Ao Conselho ainda proporia, aprovar política de desenvolvimento econômico e como eu falei administrar o FDE que seria o novo fundo de desenvolvimento estadual e seria uma forma de obter uma representatividade grande dos setores envolvidos, tanto dos

setores de Governo e de desenvolvimento tecnológico que aí entrariam as universidades e os centros de pesquisa, os órgãos públicos, os organismos que financiam o desenvolvimento no caso o Banestado, o Badep e o BRDE e também os representantes da iniciativa privada e trabalhadores.

EX Temos o desenvolvimento econômico no Brasil tem sido tratado no Brasil há tantos anos , pelo menos há 30 anos na forma objetiva ~~sempre~~ sempre presente no discurso e na ação governamental, teria no Estado do Paraná, na estrutura de Governo um Conselho de uma forma democrática e representativa dos interesses da sociedade de modo a poder administrar os conflitos normais que existem entre grandes investimentos políticas industriais, projetos, financiamentos, etc.

Estamos propondo também a criação do Sistema Financeiro Estadual, porque dentro da estrutura do (incompreensível), existem diversos organismos de caráter financeiro outros de caráter bancário que talvez não tenham até o momento uma operação ^{criação} ~~questão~~ harmoniosa e integrada, então se propõe aqui a ~~questão~~ do sistema financeiro Estadual que seria formado pelo Badep, pelo Banestado e pelo BRDE e pelos organismos vinculados sobretudo Banestado, as diversas empresas que compõem o conglomerado e ainda pela secretaria da fazenda.

Esses dois organismos então seriam integrados para que houvesse ...

O SR. SOFIATI:- ...para que houvesse maturação harmônica entre financiamento e operação financeira do Estado e os projetos de desenvolvimento e ciência e tecnologia.

O Fundo de Desenvolvimento Econômico ~~xxxxx~~ Estadual foi proposto também, já me referi, e como quarta proposição o Fundo de Desenvolvimento Regional ou o Fundo Regional de Desenvolvimento, como está escrito aqui, seria na proposição administrado pelo BRDE. A concentração industrial no Brasil ela está basicamente centrada na região sudeste que é formada pelo Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. A região sul tem uma estrutura econômica já relativamente madura, mas não tem a região sul todos os apoios que vem recebendo e sempre recebeu o nordeste, por exemplo, o norte e agora mais recentemente o centro-oeste. Então, os Estados do norte, do nordeste, centro-oeste, na própria Constituição Federal foram privilegiados com recursos da ordem de 3% da arrecadação total do imposto de renda e do IPI para financiamento aos setores produtivos desses Estados que integram essas regiões e esses recursos deverão ser repassados por intermédio dos Bancos regionais e federais, ou seja, do BASA, do BNB e do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Então, o que ocorre a nível da região sul é que a região sul hoje está dependendo basicamente de recursos federais, da FINEP, da FINAME, do BNDS, do Tesouro, da Caixa Econômica Federal, para desenvolver seus projetos. Então num encontro dos três Estados em se criando esse fundo regional de desenvolvimento se poderia ter alguns ~~de~~ graus de liberdade a mais do que hoje existe no sentido de financiar projetos de interesse básico da região. Então a região tem alguns setores onde ela tem uma importância bastante grande e alguns setores dos quais ela detém para maior desenvolvimento, vide por exemplo o setor de transportes, ~~da economia~~ A economia da região sul é baseada sobretudo em grandes produções agrícolas e ~~xxxx~~ transformação agro-industrial. Nós não temos basicamente o transporte ferroviário nem o fluvial bem desenvolvido e isto ~~n~~ onera...

Os custos ~~de~~^{de} transporte , transferência de exportação, só para se ter um exemplo. Então outros setores como papel e celulose, setor energético, temos carvão, temos hidroeletricidade(?), diversas outras alternativas de desenvolvimento já existentes e outras já desenvolvendo em indústrias modernas e alta tecnologia, poderiam ser ampliadas, e apoio a esses setores com a existência desse fundo regional de desenvolvimento.

Então estas seriam basicamente as quatro propostas que é a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico ~~xxxxxxx~~ Estadual, o Sistema Financeiro Estadual, o Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico e o Fundo Regional de Desenvolvimento que gostaria cópias aqui com a Mesa também.

E com relação a questão do BRDE eu acredito que já me estendi bastante e eu passaria depois então a palavra à Mesa e transferisse para o Daniel.

O SR DANIEL:- A Comissão Constitucional ela está tratando de questões do futuro. Então a idéia de a gente vir aqui para expor à Comissão...

O SR. DANIEL LOPES DE MORAES - ... vim aqui para expor para a Comissão é um assunto conjuntural que hoje se está vivendo, eu sei que não é objeto da Comissão, mas, tendo em vista a dramaticidade do momento, o BRDE hoje está em liquidação, está em liquidez eu não posso (?), pela importância dela, pelas discussões que houveram nos meios empresariais, junto aos seus funcionários, junto aos governos e agora ultimamente a imprensa com os parlamentares, o que a gente não queria registrar e até não sei como é que pode ser conduzido isso na mesa, é que isso, não passasse esse momento, embora os trabalhos aqui ficassem no futuro é o que que se poderia fazer, quem Mensagem tem essa Mesa da Comissão Constitucional para ~~que~~ os ~~salários~~ ~~de~~ funcionários que estão presentes. Nós estamos em Assembleia permanente, em vigília, estamos agora, até ontem, os funcionários vêm tratando exclusivamente dos interesses da instituição, não de seus interesses, direitos dos direitos, há partir de hoje não poderia ser diferente estamos priorizando as questões de interesse do corpo funcional : seus direitos trabalhistas, etc. Porque a instituição em liquidação nós não sabemos o que vai acontecer conosco. A maioria dos funcionários possui direito constitucional da estabilidade, mas a gente sabe que neste país não se respeita as leis e os governantes, infelizmente, são os maiores desrespeitadores da legislação, então há uma preocupação muito grande nesse sentido de ser assegurado esse direito. Do ponto de vista da instituição também a gente espera que se esse processo de liquidação não é irreversível, teoricamente isso pode ser revertido, nós temos informação de que está sendo já entrando no Congresso Nacional um projeto de Lei criando o Banco de Desenvolvimento da Região Sul aos moldes de um Banco do Nordeste do Brasil, do Basa, do Centro Oeste, essas pessoas têm que trazer essa preocupação...

preocupação para a Mesa, o público aqui, me parece, a maioria é de funcionários do Banco e deixar esse registro aqui e ver o que se poderia fazer, a Mensagem da Mesa para esse momento em que o Banco está vivendp.Obrigado.

O SR.PRESIDENTE - (Rafael Greca)

Esta Assembléia Estadual Constituinte foi surpreendida pela decisão federal de extinção do BRDE, porque era nosso entendimento colocar no texto constitucional as propostas advindas dos funcionários do BRDE e até uma proposta que garantis se a manutenção do compromisso assumido pelas 3 Assembléias historicamente ao tempo do Governo Ney Braga, Celso Ramos, Leonel Bri zola e Jânio Quadros que resultou na criação banco. Então perce bam, as diferenças regionais ainda persistem.A Constituinte Fede ral foi pródiga na criação do Banco do Centro-Oeste, quanto ao Banco do Nordeste certamente certamente não se insurge o Gov.^Fede ral. O caráter autárquico do BRDE interessa à nossa visão e aí a minha visão pessoal de independê^Ncia da economia nacional. Como curitibano, ~~seixaxa~~ sei da utilidade do BRDE porque percebo a CIC nos seus múltiplos benefícios na geração de pelo menos 70 mil empregos diretos e indiretos e sei também que a cidade não podia viver com o perfil industrial da cidade da minha infância de antes da cidade industrial : que era uma fábrica de gengibirra Hugo Cini, da fábrica Mueller, da fábrica de colhões Michelosso, de uma ou duas serrarias ~~xxxxx~~, erva-mate dos Leão e de não mais do que is so. Então claro que o suporte do desenvolvimento em Curitiba veio da CIC. Como Dep. da oposição eu discordo da posição do Sr.Gover nador Álvaro Dias. No entanto, o fórum da Assembléia Estadual Cons tituinte não é próprio para esse tipo de debate. Eu agradeço a pre sença dos Srs., acolho como Presidente da Comissão as propostas que a nossa assessoria jurídica vai estudar se ainda são pertinen tes e passo a palavra ao Dep. Jair Fur^vado que teve a bondade de se deslocar de Sta.Catarina até aqui, para, na...

Assembléia do Paraná manifestar a posição dos Dep. catarinenses.

Nós esperávamos a presença de um Deputado do R.G.do Sul também

...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Foi a Brasília o Dep. Germano Rigotto também na tentativa de salvar o BRDE.

O SR. PRESIDENTE - E nós recomendamos o Deputadox ...

8.3.89-ircc

C. Ord, Econ. Soc.

1

O SR. RAFAEL GRECA - ... E nós recomendamos o Deputado Dou-
tel de Andrade, Deputado Federal, que foi
Vice-Governador do Estado de Santa Catarina, à época da cria-
ção do Banco e que agora é vice-líder da Bancada do PDT no
Congresso Nacional e tem profundo interesse pelos assuntos
de Santa Catarina. Tive a oportunidade de conversar com ele
sobre esta questão. Pode ser de valia para o movimento de vo-
cês.

Eu passo a palavra ao Deputado Juarez Fur-
tado e depois vamos encerrar este Painel para prosseguir nos
trabalhos constituintes. Em todo caso quero que saibam que a
Assembléia do Paraná é sempre "forum" para os paranaenses
se manifestarem contra os desmandos do Governo Federal e so-
bre tudo há de ser uma trincheira da Federação que nós ainda
não temos, essa Federação que impondo decisões de Brasília e
queira Deus que não seja ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ um B
Fundo Moneário Nacional sobre os que somos brasileiros.

O SR. JUZREZ FURTADO - Sr. Presidente Rafael, e ainda há
pouco esteve aqui o Presidente da Assem-
bléia, o Deputado Aníbal Khury) o Sr. 1º Secretário Tadeu e
ao lado o Deputado Orlando Pessuti e outros Senhores Deputa-
dos, e como não poderia deixar de ser eu gostaria também de
saudar o nosso incansável lutador não só nesta Casa, ~~mas~~ mas
através da União Parlamentar Interestadual, o Presidente
Luiz Alberto. Luiz Alberto é prova de que nos três Estados
do Sul, não só agora, mas quando se começou a falar na extin-
ção do BRDE, já começavam a assembleias através da seccional
Sul, da UPI, a qual presidimos, como também a todos os Deputa-
dos, independentemente ~~de qualquer outra forma~~ de Parti-
do.

Em Santa Catarina, no mês de outubro, de
janeiro, lá tirávamos documentos fazíamos reuniões foram
tirados documentos, foram ~~posições~~ comissões a Brasília, con-
tactamos com Ministros, com o Presidente da República, Deputa-
dos Federais, Senadores... e acho que faltou uma ação maior
por parte dos Deputados Federais e dos Senhores Senadores dos
três Estados, porque eles estão mais próximos, estão vivendian-
do este dia-a-dia lá e conseqüentemente tinha que a parte po-
lítica, neste caso, ser mais ágil. Mas nós daqui tínhamos
que nos reunir, tínhamos que ouvir aos dirigentes do BRDE
enfim aqueles interessados, o comércio, a indústria, aque-
les que nestes 27 anos de BRDE ~~tinham~~ tiveram um benefício,
e especialmente os Estados do Sul.

8.3.89-ircc

8.3.89-ircc

c.Ord. Econ. e Soc. 22

Chegaram momentos difíceis que aparentemente impossível de serem resolvidos e de se impedir a liquidação já em andamento. Mas a luta continua, os problemas vêm, os problemas estão aí ~~xxx~~ especialmente para os funcionários: principalmente aqueles que assumiram a função de dirigente como é o caso de um rapaz de Santa Catarina. Há 30 dias uma pessoa assumiu a direção do Banco e poderá estar inabilitada, porque chegou neste momento . Isto poderá acontecer. Ele não terá a culpa, a culpa está , no meu entender, e salvo melhor juízo, atingimos a era de 82 pessoas que talvez até aqui estejam; mas ~~xxxx~~ a mim confessou. Foi a politicália que deve ser eliminada da vida pública nacional. Nós temos que fazer política, agir politicamente. Nós estamos aqui agindo politicamente, estamos participando de uma ação política elogiável

O SR. JUAREZ FURTADO: ... elogiável, que é esta da comissão de temática de ordem econômica e social, da elaboração da Constituição do Estado do Paraná. Especialmente no desenvolvimento econômico social deste Estado, que não há necessidade de falar. Os dois oradores Drs. José Vianna e José Carvalho já deram e os outros tantos que vão falar, mas eles já deram um panorama que já conhecemos, sabemos e convivemos aqui. Residi de 58 a 64 e o Paraná para mim é uma 2ª Santa Catarina, uma 2ª Lajes. Porque conheço seu povo, conheço seu dinamismo e a capacidade daqueles que aqui trabalham, neste ou naquele setor.

Então, senhores e senhor Presidente, não viria eu falar do BRDE. Nós vínhamos participar de uma reunião para podermos continuar nossa viagem a Brasília, onde estão lá os Deputados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Mas, a convite de V.Exª e também do Presidente da UPI viemos parar juntos. Inclusive os senhores funcionários, os senhores Deputados nos orientaram do que dizer, do que fazer em Brasília. Alguém disse em Santa Catarina, um jornalista que costuma jogar lama em tudo, deve ser um Juca Pirama, ele disse que nós Deputados iríamos segurar a alça do caixão, em Brasília, porque o ato já estava findo. O ato está findo, mas as nossas ações devem continuar. A nossa luta deve continuar. Está finda para aqueles que cruzam os braços e não sabem reagir às ações daqueles que lá nos gabinetes da República não vêem de perto os grandes problemas que criam através de suas decisões. E esta origem de uma politicalha trouxe isto para nós. Em Santa Catarina ela foi usada em 82, um empréstimo que hoje monta, aproximadamente 300 milhões de cruzados velhos e foi feita para se eleger o Governador da época. E eu pergunto: o povo deve pagar? Os funcionários devem pagar? Comércio e indústria devem pagar por esta irresponsabilidade? Eu acho que não. Por isso nós estamos à disposição dos senhores. Temos que traçar um plano de ação e trouxemos algumas propostas para podermos dar continuidade ao trabalho da UPI e também dos senhores Deputados, todos, dos três Estados do sul, que foram incansáveis. É claro que nós poderíamos e deveríamos até, falar aqui dos problemas que o nosso Estado, especialmente sentiu e sente neste ato do Governo, a origem desta dívida, que foi em síntese política, aplicação na política, as providências do Governo atual em Santa Catarina deu total apoio. Outro lutou, foi a Brasília, brigou, foi conosco para a manutenção.

A evolução do BRDE nestes tempos todos, nós iríamos à posição atual destas dívidas, as posições atuais dos nossos políticos, que é em síntese estar ao lado daqueles que querem a manutenção e não a extinção. E enfim, alternativas de soluções para este problema

criado. Mas, propostas já vêm além do que Dr. Soffiati apresentou. Sanata Catarina me dava hoje pela manhã, porque ontem à noite eu não tomava conhecimento de que já estava por volta de 20, 21 horas, em liquidação ou determinada sua liquidação. Hoje, pela manhã ...

JUAREZ FURTADO -... hoje pela manhã no avião é que tivemos conhecimento. Então, trouxemos as propostas de Santa Catarina, se me permite o Presidente de ler rapidamente (Lê proposta de ação) ...

As dívidas hoje é claro, com essa mudança é problema do governo federal, se ele deu mal ontem, ele pague hoje. Os atuais governantes dos estados não devem pagar essa dívida que foi aplicada mal ontem. Então, esse é um problema a parte, um problema do Governo Federal, ele que assuma o débito.

E acrescentaria, no avião vinha se pensando se discutindo inclusive, com alguns colegas que foram para Brasília, o problema maior talvez de momento é o funcionário.

A Constituição Federal deu a estabilidade ao funcionário. É claro que todos os 3 estados têm órgãos e algum deles é o Banco do Estado, no caso o Besc e outros órgãos. Então esses funcionários todos iriam prestar serviços sem perder os seus direitos todos, o seu salário especialmente e consequentemente continuarem prestando os seus relevantes serviços aos nossos estados. E também temos que definir aí um estudo dessa comissão temática lá em Santa Catarina e o Paraná também está fazendo, se através de projeto de lei que teremos que elaborar e enviá-lo imediatamente às Assembléias para que garanta a esses funcionários. Garanta então esse período e depois naturalmente as comissões estaduais irão dar uma determinação melhor e mais ampla no caso.

E como já falamos a inabilitação dos novos dirigentes que não tem culpa da situação e consequentemente também teríamos que at-e atender aí para o bem da sociedade dos nossos estados o problema do pagamento das dívidas, que poderão os nossos governantes quererem pagar e no nosso caso é impagável pela situação econômica que o nosso Estado atravessa.

E entra a ação da seccional sul da UPI que também a UPI através do Dr. Ulisses, é de nós convocarmos imediatamente todos

diatamente todos os candidatos à ~~Presidência~~ candidatos à presidência da República para em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul virem aos nossos estados darem a sua opinião em termos de região sul e, aí é claro o que eles pensam da nossa região. Que nós servimos apenas para sermos os celeiros do país. Eu costumo dizer, a minha região é de agropecuária, nós somos o "burro-de-carga". E me perdoem os nordestinos, mas o fato é que nós somos o celeiro da Nação, somos os estados mais ricos e estamos levando sempre.

Então está faltando....

08/03/89

mlm

15,55

-1

O SR. JUAREZ FURTADO - ... e estamos levando sempre. Portanto, então /
está faltando a nossa ação conjunta, a nossa /
luta conjunta, a nossa unidade política, econômica e social, dos três /
Estado, que, felizmente já se começa, já há uns dois anos para cá se /
começa a movimentar.

Os nordestinos têm uma vantagem, eles brigam /
entre si, os políticos, mas quando é para reivindicar uma agulha, eles
brigam contra o mundo. Então eu acho que nós também temos que brigar
contra todos para que nossos Estados sejam respeitados pelo que valem
mos ou somos perante a sociedade brasileira.

Por isso nós queremos cumprimentar ao Presidente
da Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, o Presidente Rafael,
por esta oportunidade que dá a todos nós em trazendo aqui expoentes /
da Economia e expoentes do Paraná, em fim falando do Paraná para o Pa-
raná e falando do Paraná fala de todos nós.

A ação dos políticos, ultimamente desacredita-
da, tem que ser reabilitada através de nossos trabalhos, de nossas a-
ções, de nossa dedicação às causas públicas. Não serão poucos políti-
cos maus que irão denegrir a imagem dos políticos, muitos, bons. Como /
tem bancários bons, tem bancários maus, tem advogados bons tem advoga-
dos maus, tem médicos bons e médicos maus, o que está se vendo é a ge-
neralização, estão generalizando a classe política que não presta, a
classe política não vale nada; nós não podemos generalizar porque a
ação de poucos não pode denegrir a ação de ~~mxx~~ muitos. Por isso os /
muitos estão unidos, estão unidos nessa ação, especialmente agora em
que se prepara a elaboração da Constituição Estadual, e amanhã ou depois
vamos preparar a elaboração da Lei Orgânica Municipal. Então a ação /
nossa está aí, vigilante, dos bons políticos. Por isso as nossas con-
gratulações à Comissão, os nossos agradecimentos, mais uma vez ao /
Luiz, que nos deu esta oportunidade, juntamente com o Presidente e /
à Assembléia.

E, podem crêr, Srs. que pertencem ao BRDE, não é / só o BRDE que precisa de uma ação conjunta, é todo o Sul do País, e / os Srs. estão convocados, esse é o momento, a participação popular não é só para criticar, é também para nos orientar, eu posso não entender nada de Bancos, mas, nos últimos tempos já pudemos aprender muito, e / consequentemente aplicar, então os SRs. e Sras. também são responsáveis nesse momento de elaboração de Constituição, em nos ajudar a elaborar uma Constituição ágil, sintética e objetiva e que não seja de grupos, não precisamos de lobbies, precisamos apenas da informação, da orientação, as sugestões, mas sem imposições, porque daí viraria uma Carta / para a classe política, não uma Carta para o paranesne, para o Catarinense, para o gaúcho, e sim, se isso acontecer será um desastre, e / consequentemente, se isso acontecer não vamos atingir o objetivo, a / Carta tem que ser de todos, e por isso, então, que todos estão participando aqui na Assembléia do Paraná, como estão participando na Assembléia de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

APLAUSOS.

O SR. PRESIDENTE:-(Rafael Greca):- Sr. Deputado, eu passo a S. Exa. as Propostas dos funcionários do BRDE à Assembléia Constituinte do Estado do Paraná, com a sugestão de que S. Exa. encaminhe à sua Assembléia Constituinte para referendar em Santa Catarina o que aqui já se pediu e com certeza lá se vai pedir também.

E encerro esta participação no Painel da Ordem Econômica e Social, desse segmento que tratava do Banco de Fomento Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Mais uma vez manifestando o repúdio da consciência do Paraná contra isso que nós refutamos como um ato de violência do Poder Central contra os 3 Estados do Sul.

Na sequência eu convido o Dr. Paulo Ricardo dos Santos do Banco de Desenvolvimento do Paraná, Badep, sobre as perspectivas do fomento econômico do Paraná e a nossa Constituição.

O DR. PAULO RICARDO DOS SANTOS|- Em 1º lugar...

O SR. PAULO RICARDO DOS SANTOS - Em primeiro lugar, para me solidarizar eu gostaria de pedir permissão ao Presidente, com os colegas do BRDE, uma vez que como funcionário de uma instituição de fomento nós lamentamos profundamente que um ato discricionário, não negociado tenha levado a liquidação de uma instituição que durante 27 anos prestou grandes serviços a região Sul. (PALMAS)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu gostaria de retomar algumas idéias que foram contempladas ontem aqui, quando o professor Rui nos deu uma idéia da formação econômica do Paraná e nos falou na existência de três ilhas que se separavam como unidades autônomas pela sua formação diversa, tanto do ponto de vista da forma como foram colonizadas, quando dos interesses econômicos ali predominantes.

Na verdade, no início da década de 60 essa situação se configurava com muita clareza no Paraná e nós tínhamos uma região centro-sul, que era o Paraná tradicional, o Paraná que detinha o poder político, mas que crescentemente deixa para regiões mais dinâmicas o crescimento econômico, enfim, o dinamismo maior da economia. A região Norte do Paraná, sobretudo, ocupada por mineiros, paulistas, nordestinos, cuja cultura cafeeira trazida pela sua cabana, pela possibilidade de acesso ao porto de Santos, devia na verdade, era uma extensão econômica do Estado de São Paulo, vivia vinculada aos interesses da capital de São Paulo, e todo o fruto de um trabalho acabava sendo direcionado para aquele Estado.

O bom cafeeiro não nos trouxe ao Paraná as possibilidades que aqui requer as poupanças aí geradas, exatamente porque ela era canalizada em direção ao Estado de São Paulo.

Na outra ponta, no Sudoeste do Paraná e recentemente no Oeste do Paraná, a ocupação se fazia predominantemente pelo braço jovem do Rio Grande do Sul, já expulso da região noroeste daquele Estado exatamente pelo fenômeno do minifúndio, do parcelamento sucessivo das propriedades agrícolas que vinham então tentar no Paraná uma nova possibilidade de crescimento, mas também esta região tinha os seus vínculos

mais arraigados com a região de origem e então não se poderia falar efetivamente de um Paraná integrado.

Eu faço essa reminiscência histórica exatamente para lembrar que no início dos anos 60 o Poder Executivo e a Assembléia Legislativa tomaram uma decisão histórica de garantir a autonomia de recursos internos para o Estado poder integrar-se e desenvolver-se e iniciar o que eu chamaria a primeira Revolução que ocorreu neste Estado. Foi em 1962, quando da lei que criou o Fundo de Desenvolvimento Econômico e criou para administrá-lo a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná, primeira instituição estadual com a característica de empresa de fomento econômico.

A própria lei determinava que no primeiro momento 80% dos recursos gerados por um adicional ao Imposto de Vendas e Contribuições, adicional este de 1% sobre o imposto que era de 4,5, para os senhores terem uma idéia do valor relativo deste adicional que foi complementado depois, era um adicional restituível, foi complementado depois por um empréstimo compulsório elevando para 2% a contribuição a este Fundo de Desenvolvimento Econômico.....

O SR. m - ... a este fundo de desenvolvimento econômico. Isto permitiu ao Estado investir pesadamente na infraestrutura que não detinha ~~existia~~ então. O Paraná no início dos anos 60 se tinha algo como 100 kms de asfalto é porque não era possível desviar a BR/2 a BR/116 do Território Estadual, porque era o único investimento que existia. Existia um trecho em direção a Ponta Grossa e existia um trecho da BR-369 entre Ourinhos e Jataizinho. Era isso que existia em termos de comunicações a nível moderno. A energia elétrica não era disponível a não ser de origem térmica, enfim motores a explosão gerando energia, existia, Curitiba era suprida pela Usina de Guaicana, mas ainda em 62/63 houve uma crise de racionamento de energia no Estado, enfim para lembrar a precariedade de infraestrutura vigente a época. O FDE através do mecanismo da Codepar tornou possível ao Estado com recursos próprios, com recursos gerados da poupança interna investir pesadamente em infraestrutura, especialmente nos setores de energia elétrica, transportes, rodovias, telecomunicações saneamento básico e a modernização do Porto de Paranaguá.

Esta base infraestrutural que aqui foi depois mencionada pelo Secretário José Carlos Gomes de Carvalho, é que propiciou o p Paraná mudar a sua face de uma economia preponderantemente agrícola para um início de um processo de industrialização que realmente influiu historicamente o novo período econômico do Paraná.

Aqueles períodos tradicionais que a gente aprende na escola, do ouro, da erva-mate, da madeira e do café, na verdade são períodos de predominância de um produto na economia mas sempre um produto extraído, depauperando as nossas riquezas naturais, na verdade na verdade ~~xxxxxxx~~ era o ouro era de aluguel, a erva-mate era natural, não era silvícola e o café representava o aproveitamento do homus da terra do Norte do Paraná.

Mas a solidez econômica só pode decorrer não apenas da exploração racional, dos recursos naturais, mas da industrialização da agregação de valores que se possa dar a esses produtos. Então eu gostaria de chamar a atenção da Comissão para a

O SR.

:- ...financeira efetuada em 1967 foi ~~xxx~~ extinta a possibilidade, a Emenda 18 ~~xx~~ extinguiu a possibilidade de vigência do empréstimo compulsório. Então o Estado passou a ter que contribuir para o fundo de desenvolvimento econômico com receitas orçamentárias, mas aí ~~xx~~ então como as decisões já passaram a ser concorrentes com outras destinações, não havia uma fonte cativa de recursos, durante dois anos ainda foram importantes as contribuições do orçamento estadual, mas posteriormente ela veio diminuindo até expressar-se por ~~algom~~ como 1 a 0,5 por cento da receita tributária estadual. Então esta fonte autônoma de recursos acabou se esvaindo e foi substituída crescentemente ao longo dos anos pelo aporte(?) de repasses de recursos de fundos federais, do BNDS, do Banco Central, da Caixa Econômica Federal, da Financiadora de Estudos e Projetos, a FINEPE e de outras fontes externas, especialmente operações de resolução 63, operações com o Banco Mundial, ~~operações~~ Banco Interamericano de Desenvolvimento e durante os anos 70 esse afluxo poderoso de recursos na economia do Estado, recursos colhidos de fontes federais, permitiu a implantação de uma parcela muito importante do parque industrial que hoje temos instalado, mas no bojo dessa locação de recursos ou repasse nós tivemos ~~apexda~~ a perda e esta é a questão fundamental da autonomia estadual no direcionamento de recursos. Na verdade como os recursos vinham de fontes externas, eles já vinham carimbados a sua aplicação a sua aplicação era sujeita a condicionalidades como hoje nós assistimos o país sofrer ~~essas~~ condicionalidades em relação a suprimentos de recursos do Banco Muncial, por exemplo, que está discutindo um problema que caberia naturalmente à soberania brasileira discutir-se, a locação de recursos no setor elétrico deve ser feita ou não exclusivamente em nível de eletricidade ou de ~~x~~ deve contemplar a energia nuclear. Eu acho que é uma intromissão, não diria descabida, porque quem supre o recurso pode exercer condicionalidade, mas demonstra bem a vulnerabilidade...

do tomador desses recursos em adotar as decisões que mais lhe interesam * de perto ao desenvolvimento de sua peculiar, dos assuntos de seu peculiar interesse.

Depois dessa centralização de recursos a nível federal e nos últimos anos a partir de 1979, sobretudo, nós assistimos um progressivo esvaziamento das fontes federais, de suprimento de recursos a longo prazo. E é muito importante considerar que não se pode cogitar de fomento econômico, de amparo a investimentos industriais, sejam eles de retorno rápido ou de retorno a médio e longo prazo sem que haja uma correspondente fonte de ~~xxx~~ recursos de médio e longo prazo que possa suportar o investimento até que a unidade esteja completa e possa produzir os seus resultados. Isto é verdadeiro para as empresas industriais como é verdadeiro para a complementação da infraestrutura econômica indispensável à manutenção do nosso desenvolvimento. Nós temos um exemplo, Dr. Gomide da Copel está aqui presente, o Paraná tem uma riqueza extraordinária em termos de potencial de hidroeletricidade, mas se nós não completarmos agora os investimentos indispensáveis a suprimento futuro de energia, a partir de 92, 93 estaremos sujeitos a um racionamento drástico, a dificuldades na manutenção do atual quadro industrial, imagine-se com o crescimento projetado da economia que nós temos que retomar, relançar à economia, com o crescimento projetado teremos um déficit cada vez mais importante de energia ... (inaudível) de fontes internas de recursos capazes de suprir.

Então, eu gostaria...

... então eu gostaria de propor concretamente a essa Comissão que examina a Ordem Econômica e Social, que a Constituição do Paraná contemplasse uma nova decisão de efeito histórico para nossa economia. Ao vincular a aplicação de investimentos produtivos na economia dos recursos que nós, ~~o~~ o Estado vai auferir, na concentração pelo uso de ~~seus~~ seus recursos naturais. Eu estou me referindo aos "royalties" do art. 20 que a Constituição Federal assegurou como contemplação, compensação aos Estados e Município pelo uso dos seus bens naturais. Eu acho que seria uma decisão de mais alta relevância, que nós pudéssemos, através desta Comissão e do plenário da Assembléia, assegurar no texto da Constituição estadual ~~a~~ a totalidade dos recursos advindos da cobrança de "royalties", pudesse ser encaminhada ao Bando de Desenvolvimento Econômico para que, segundo critérios que seriam decididos pela própria Constituinte, para que esse alocasse aos setores : seja de infraestrutura econômica, seja ao fomento de atividades produtivas, seja biotecnologia, seja a preservação do meio ambiente.

Eu acho que existe um projeto de lei, uma ~~é~~ proposta do Dep. Gernote Kirinus encaminhada à ~~pr~~ apreciação da Assembléia que define alguns parâmetros para aplicação desses recursos. O que me parece importante ressaltar que temos que resgatar a autonomia estadual na geração, e na destinação dos recursos que afetam nosso desenvolvimento. Nós ^{não} podemos estar sujeitos ~~à~~ ~~à~~ hoje à mono-dependência de algumas fontes federais. Hoje na verdade recursos disponíveis para investimentos de longo prazo são extremamente escassos e estão concentrados no BNDS, na Finame que faz parte do mesmo sistema, na Financiadora de estudos e Projetos que mantém a não liberação de recursos e na Secretaria do Tesouro Nacional que ainda não aprendeu a manejar aqueles recursos que antes eram geridos pelo Banco Central que perdeu as suas funções de fomento na reforma financeira, que não aprendeu a manejá-los e sofre o drama de ter que lidar...

com duas moedas simultâneas : ou seja, as aplicações são feitas em OTN mas são expressas em cruzados porque são recursos orçamentários então eles têm que inventar uma taxa de equalização ... é realmente um "embrolho" sem limite essa gestão pela Secretaria do Tesouro Nacional^d e recursos de fomento. Seria muito mais lógico que eles fossem concentrados, todos, num organismo que já tem tradição como é o caso do BNDS. Eu acho que esta decisão que a Assembléia possa tomar na elaboração da Constituição de 1989, ela sim, mais do que ~~na~~ qualquer outra, pode assegurar ao Paraná uma perspectiva muito alviçareira de desenvolvimento econômico, porque como ressaltou aqui o Secretário Francisco Borges de Magalhães, a localização geo-econômica do Estado no contexto da integração latino-americana, nos coloca numa posição estratégica entre as duas maiores concentrações industriais no continente. A região de ~~S.Paulo~~ S.Paulo e a Região do eixo Buenos Aires - Córdoba, e o eixo S.Paulo-B.Horizonte-R.deJaneiro.

Se nós formos pensar no futuro na escala de produção, os insumos destinados a esses parques industriais que estarão produzindo coordenadamente, deverão estar localizados numa área compatível em ~~uma~~ distância, à economicidade nos eixos de transporte. Eu me lembro ~~de~~ também um estudo do engenheiro Edson Vaine da Secretaria dos Transportes, ele estava desenvolvendo estudos sobre a hidrovia do Ivai e a hidrovia do Rio Paraná, Rio do Prata que configurou com clareza o que ele chamou de Paranaguai, ou seja, uma região geo-econômica que tem uma integração clara entre si, toda ela marcada pela presença de terras com alta fertilidade que é o derrame basáltico ? do Paraná que se estende do Norte do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, penetra pelo Oeste paraguaio,...

O SR. PAULO RICARDO DOS SANTOS- ...

... que se estende do Norte do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, penetra pelo extremo oeste Paraguaio se estende para o norte da Argentina e vai formar posteriormente nos trechos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul o papa úmido ao longo do (?)... abaixo de Buenos Aires. Esta região então conforma um conjunto privilegiado em termos mundiais como composição de terras de alta fertilidade e lhe dá uma possibilidade excepcional na produção de grãos, enfim de alimentos.

Ontem aqui se comentava, foi o próprio Ministro Deni Schuwartz, as terras do Paraná são muito valiosas para nós estarmos produzindo nelas apenas milho, soja ou arroz, porque na verdade as nossas terras são de boa qualidade que podemos produzir nelas e esta é a tarefa do processo de industrialização a delegação contínua de valor à produção local.

Nós poderemos então captar produções destas regiões de fronteiras agrícolas, como é o caso do Mato Grosso do Norte, do Sul, o Norte do Paraguai e Argentina, captar a produção destas regiões para poder ~~transformá-las~~ transformá-las no nosso Estado e exportar proteínas ao invés de estarmos exportando grãos que vão se transformar em carne de frango ou em carne bovina nos países receptores. Acho que poderíamos estudar o aproveitamento destas nossas terras para culturas de maior densidade. Falou-se aqui no restabelecimento da nossa cafeicultura. A densidade de valores de uma safra de café em comparação com o soja é clara a diferenciação, o volume de terras que ocupa, etc. a diferenciação que poderemos obter em termos de melhor e mais racional aproveitamento deste nosso território privilegiado.

Mas nós não podemos ficar apenas com esta visão de produção, ~~não podemos~~ da nossa potencialidade da produção de insumos e proteínas que têm toda - através do Porto de Paranaguá - uma demanda que a Fiat italiana imagina que ~~com~~ acordo entre o Porto de Paranaguá e o Porto de Trieste seja possível concentrar a produção de proteína do Sul do continente americano para seu escoamento para alimentar o oeste europeu. Esta é uma visão muito ampla ~~para~~ das nossas potencialidade em termos de desenvolvimento e têm que ser detalhadas, mas dá bem a idéia desta potencialidade. Entretanto, o setor dinâmico da economia será o setor industrial.

8.3.89-ircc 16:20 Ord. Econ. e Soc.

valor²

Nós temos que concentrar esforços e recursos em agregar a
nossa produção, e caminhar através de um esforço também de
absorção de ciência e tecnologia e de ativação dos nossos
próprios centros de pesquisa, caminhar para aquelas tecnolo-
gias de ponta.....

O SR. PAULO R. DOS SANTOS: ... aquelas tecnologias de ponta que constituirão, como o Dr. Passos enfatizou com muita propriedade, ontem, aqui, constituirão um novo passo do desenvolvimento do capitalismo moderno. Nós precisamos estar preparados para historicamente estar em compasso com esta revolução que se avizinha. E eu acho que o constituinte paranaense terá condições, através de decisões como as que eu mencionei, de colocar o instrumental no Paraná para que ele possa, realmente, candidatar-se a contribuir com a Nação Brasileira, num processo vigoroso de desenvolvimento econômico e social. Eram as considerações que eu gostaria de fazer. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE: Dr. Paulo Ricardo, eu aceito seu texto como contribuição. Nós vamos publicar estes textos em jornais do Paraná. É o esforço que a Assembléia Constituinte Estadual vai fazer e agradeço, também, o seu empenho no desenvolvimento do Paraná ao longo de sua carreira como técnico do Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado. E julgo que a sua recomendação de que prestemos atenção na proposta do Deputado Gernote Kirinus em contemplar a economia vinculando os "royalt's" a um Fundo de Desenvolvimento Econômico, que contempla a tecnologia e ciência, tecnologia de ponta, a bio-tecnologia e ao fomento industrial é uma contribuição das mais oportunas. Eu anotei, inclusive, a sua sugestão para fazê-la ao senhor Relator, que representando o Partido da Social Democracia Brasileira está numa Sessão aqui no Plenário, relativa ao Dia da Mulher.

Eu agradeço muitíssimo a sua presença e convido na sequência o Presidente da COPEL, Companhia de Energia Elétrica, Prof. Francisco Gomide, para vir falar sobre as potencialidades energéticas do Estado, os recursos energéticos do Estado e a Constituinte Estadual. Devemos continuar alagando o Paraná para mandar energia elétrica para São Paulo, professor Gomide ?

O SR. FRANCISCO GOMIDE: Inicialmente, gostaria de apresentar nossos agradecimentos aos Deputados presentes e em especial ao Deputado Rafael Greca de Macedo pelo honroso convite para esta apresentação.

O tema da nossa apresentação que vem a ser recursos energéticos e a Constituinte, ele é um tema bastante amplo e tem até alguns aspectos complexos. Mas, apesar disso e apesar da exiguidade do tempo, nós pensamos ser possível relacionar algumas questões que na nossa opinião são de grande importância para o futuro do nosso Estado. Numa tentativa de tornar mais sinóptica a apresentação, eu a dividiria em quatro partes. E a primeira tem a ver com o que chamaria de Administração de Recursos Naturais do Estado. Poderia este grande tópico ser também sub-dividido em Administração de Recursos Energéticos e o outro em ~~Administração~~ Administração de Recursos Hídricos. Mas fiquemos com a designação mai

ampla, de Administração dos Recursos Naturais do Estado.

Nós tivemos o cuidado de analisar a Constituição Federal e notamos ~~que~~ na Constituição Federal o cuidado em definir a propriedade dos bens. Então, há em alguns locais a definição de bens da União. Noutros o que são bens do Estado. Eu tomo os rios como exemplo. A Constituição Federal define rios que fazem limite entre Estados, entre dois estados, como propriedade da União. E rios interiores do Estado, como propriedade do estado. No entanto, independentemente de serem rios interiores ou rios limítrofes, a Constituição Federal considera ~~be~~ da União o potencial hidráulico de todos estes rios.

Eu peço permissão para aqui fazer um parêntesis, aqui, fazendo uma observação de caráter pessoal. Na minha leitura da Constituição Federal, eu devo confessar que não é a Constituição Federal que eu esperava como cidadão, em termos de ser realmente a Constituição de uma federação de estados, com poder central pequeno e maior autonomia dos estados. O que eu vejo é uma tendência de centralização, também na nova Constituição, o que não é uma maneira eficaz, na minha maneira de ver, não é uma maneira eficaz de desenvolver o Estado. Nós acreditamos num governo central pequeno e autonomia para cada estado, para assumir suas responsabilidades com um pouco mais de liberdade.

De qualquer maneira, fechando o parêntesis, desta opinião meramente pessoal, lendo a Constituição Federal nós vemos que em alguns artigos algumas aberturas foram feitas. Por exemplo, no artigo 21 da Constituição Federal, se por um lado é dito claramente que compete à União ...

FRANCISCO GOMIDE -... que compete à União explorar diretamente ou mediante autorização ou permissão os serviços de instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos custos de água aparece pelo menos no fim dessa frase esta novidade, em articulação com os estados aonde se situam potenciais energéticos.

Como é que essa situação vai ser feita e merece a nossa atenção.

Também no artigo 23 da Constituição Federal é mencionado que é competência comum da União, dos ^Dos, do Distrito Federal e dos Municípios registrar, acompanhar, fiscalizar as concessões de direito de pesquisas e de exploração ~~de recursos hídricos e minerais~~ de recursos hídricos e minerais em seu território. Aparece aqui a palavra, ou a expressão, competência comum.

Também na Constituição Federal, no artigo 25 cabe aos Estados explorarem diretamente ou mediante concessão à empresa estatal com a exclusividade de distribuição os serviços locais de gás canalizado.

Recentemente o Governador Álvaro Dias concordou em conceituar a Copel como uma empresa estatal estadual para esta distribuição de gás canalizado. É claro que antes tem que se verificar se existe gás , que é uma nova preocupação que temos aqui para o debate.

Deixando o problema do gás um pouco de lado, eu diria que dessa inspeção da Constituição Federal, onde se fla bem, articulação do ^Do, da União com vistas a exploração de potenciais energéticos e se fala em competência comum da União e do Estado, é muito importante que se reconheça a necessidade que tem o Estado de avaliar para exercer essas competências conferidas aí pela Constituição Federal.

Essas competências devem ser exercidas de forma eficiente e eficáz o que significa utilizar os nossos recursos naturais de forma racional, de uma forma equili-brada

brada como instrumento de desenvolvimento econômico e social e sobre o meio ambiente.

Fica então a nossa preocupação sobre a organização do Estado para fazer frente ao exercício desta competência.

Nós temos hoje no Estado do Paraná o Conselho Estadual de Energia que talvez merecesse uma ampliação do Conselho Estadual de Recursos Naturais em que se tivesse uma câmara de energia e é o que vamos preparar para essa articulação com a União, uma vez que infelizmente, do meu ponto de vista pessoal o potencial hidráulico dos rios são um bem da União.

Isso tem trazido dificuldades crescentes ao Governo do Paraná ao longo da sua história e eu lembro que o objetivo do Governador Álvaro Dias na área de energia é exatamente em transformar em vantagem para o Estado do Paraná a sua situação de grande produtor e exportador de energia.

Com a Constituição que nós tínhamos e com a Constituição que nós temos, essa é uma tarefa que não é nada fácil.

Esses comentários então, eu faria como uma primeira parte, a aplicação de recursos naturais. Nós temos uma preocupação com a nossa capacidade de nos aparelharmos para exercer essas competências conferidas pela Constituição Federal.

Sobre o gás eu faria comentários mais recentes da preocupação que tem tido a Companhia Copel como a Companhia energética do Estado.

Quando se descobriu o gás no litoral paranaense no posto PRS-4 e logo em seguida em outras investigações que foram feitas no local surgiu e foi bastante discutido aparentemente uma disputa entre os estados do Paraná e Santa Catarina quanto a propriedade de receptor de royalties daquela produção. Quando na verdade nos parece mais importante discutir quem recebe os royalties em ação articulada ~~entre~~ com o

Paraná e S^{ta} Catarina é a garantia que o gás associado à nossa produção de petróleo no litoral fosse um energético à disposição da nossa indústria. Então, um salto qualitativo importante no Parque Industrial quando ele tem mais opções energéticas.

Eu cito um um caso aos senhores que é a necessidade que tem a indústria cerâmica com tecnologia avançada e energética o gás. Tem que ser gás, não adianta energia elétrica, não adianta....

08/03/89

mlm

16,35 hrs.

-1

O DR. GOMIDE:-... não adianta energia elétrica, não adianta outra forma de energia, o processo tecnológico é tal que pede esse energético específico. Mas há toda uma demanda contida e que seria induzida, a partir da disponibilidade de gás, há uma tendência da Petrobrás fazer um conduto que levaria esse gás, associado a produção de petróleo do Paraná e Santa Catarina, do litoral, para a bacia de Santos onde haveria todo o investimento básico para o transporte deste gás, depois para o grande centro consumidor que é São Paulo. ~~XXXXX~~

Nos parece uma medida concentradora de renda e de potencial tecnológico, no Estado de São Paulo, que não atende aos interesses do País, como um todo e muito menos do Paraná e de Santa Catarina.

Então fica essa nossa preocupação de que a competência dada pela Constituição Federal para que a distribuição de gás canalizado seja da competência estadual, que ~~mas~~ não seja uma letra morta na insisponibilidade de gás.

Uma segunda parte da nossa apresentação, eu daria um tópico como título tentativa o seguinte:- " Energia como instrumento do Processo de Desenvolvimento Estadual". Todos reconhecem que energia é um ~~produto~~ ^{insumo} vital para o processo de desenvolvimento econômico e social por causa de seu efeito multiplicador na economia, O processo mais eficaz é o processo integrado, integra produção, transporte e distribuição de energia. Em particular, em energia elétrica nós vemos o que se aprendeu nas últimas décadas no Brasil; os Estados que criaram uma competência técnica e uma capacidade de influir nas decisões do setor elétrico do nosso País são Estados que compreenderam isso nas décadas de 50 e 60 e que investiram, integradamente, em produção, transporte e distribuição de energia elétrica. Eu cito especificamente, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Toda essa nossa incorfomidade com uma Legislação que diz que o potencial hidráulico é um bem da União, pode ser contrabalançado com uma atuação firme do Estado, trazendo ~~XXXXXX~~ a respos

08/03/89

mlm

16,35 hrs.

-2

trazendo para si a responsabilidade do investimento e geração. Quando se fazem usina, e em particular usinas hidroelétricas, devo citá-las, há três resultados que vêm implícitos nessa exploração; um é o próprio resultado da exploração; o outro é o ICMS que passa a ser gerado na venda da energia elétrica, a menos que seja energia elétrica/produzida para exportação para outros Estados; e finalmente a questão dos royalties.

Então seria interessante dar alguns exemplos específicos:- quando uma empresa que não seja uma empresa estadual vem ao território paranaense, constrói uma Usina Hidroelétrica, citemos a Eletrosul, por exemplo, e gera energia elétrica para sustentar o desenvolvimento econômico e social da região Sudeste do Brasil, uma energia elétrica que é exportada, e é isso que lembra a diretriz principal do Governo Álvaro Dias:-"Vamos transformar em vantagem para o Estado/ o nosso status de ~~XXXXXX~~ de grande produtor e exportador de energia" Nessa situação que eu estou imaginando, em que uma empresa, não paranaense, como a Eletrosul, gera energia elétrica para exportar para São Paulo, o que fica nos Estados é apenas os royalties, antes dos royalties não ficava nada, os royalties são novidade do ~~XXXXX~~ novo texto Constitucional. Imagine agora, um mal menor, a mesma empresa, Eletrosul se ~~XXXXXX~~ instala no Paraná e gera energia elétrica para vender para a Copel distribuir, o mal já é menor, porque ela ao gerar também gera royalties para o Estado, ao vender para a Copel paga ICMS, a isenção é só para a exportação de energia, nós não temos participação no resultado da exportação; e a terceira e última ~~XXXXXX~~ situação que é a que nos parece mais adequada é quando o investimento é feito pelo próprio Estado do Paraná, ~~XXXXXX Copel paga royalties que estão XXXX~~ ~~XXXXXX Copel~~...

O SR. GOMIDE - ... E a terceira e última situação que nos parece mais adequada, é quando o investimento é feito pelo próprio Estado do Paraná, através da sua companhia, que é a Copel. Daí pagam os royalties que estão previstos na Carta Constitucional. A Copel ao distribuir essa energia, cobra ICMF que são recolhidos ao Governo do Estado. E a Copel tem um resultado da exploração que é chamada remuneração sobre os seus investimentos, que seria um eufemismo para o lucro da empresa, que sendo uma empresa de propriedade do Estado do Paraná, são dividendos do Estado do Paraná.

Então nessa situação que sabiamente desde a década de 50 o Paraná insistiu em se preservar como o Estado que tem integrada a questão da energia elétrica, tanto na produção como no transporte, como na distribuição, isso colocou o Paraná numa situação de destaque no cenário nacional.

Ainda olhando a energia como instrumento importante no processo de desenvolvimento estadual, eu trago aqui a nossa apreensão na perda de sensibilidade que tiveram as empresas estatais ao longo dos anos, pelo crescente processo do engessamento legal, no que tange a licitações.

Eu costumo dizer que a criação das empresas de sociedades anônimas em que o Estado tem ações, é um belo exemplo de uma boa idéia perdida. A idéia se perdeu, muitos anos atrás, porque foram criadas as empresas sociedades anônimas na área elétrica, por exemplo. Nós não podemos esquecer as razões que levam as decisões passadas que depois vão alterar decisões e esquecer essas razões e perder as suas idéias.

Basicamente havia um reconhecimento do Estado, que não havia capital privado suficiente para fazer investimentos no setor elétrico. Ou não havia capital suficiente, ou não havia interesse. O que havia era algum capital estrangeiro no setor elétrico tipicamente na década de 40. Na falta do capital privado entendeu o Estado que ele também faria esses investimentos propiciando ao país, dando ao país uma infraestrutura essencial ao seu desenvolvimento.

9 Mas entendeu o Estado sabiamente que devia fazer isso com uma feição empresarial, em vez de fazer através da sua administração direta ele criaria empregos, dos quais ele seria eventualmente um acionista e eventualmente o maior acionista.

Nós costumávamos dizer há muitos anos atrás na Copel, uma frase que hoje ~~exValkxxxxxixxx~~ pode soar ~~ridícula~~: Nós dizíamos que o Estado em tendo ações da Copel e mesmo sendo o principal acionista, ele não ativava a Copel, na verdade ele se privatizava. Exigia o comportamento empresarial da empresa, exigia um compromisso com resultados, com eficiência e com eficácia e exigia lucros. Esses lucros eram o seu dividendo, que ele reinvestiria no setor elétrico na medida do necessário, ou se reservava o direito de reinvestir em outros setores da economia.

Isso tudo foi se perdendo ao longo do tempo e o embrião para as atividades que levaram a essa perda dessa boa idéia, foi mais exatamente a desconfiança que perdemos ao poder público do nosso país.

O administrador público está sempre sob suspeição, e portanto é muito importante que tenha muitas regras e muita legislação para evitar que essa administração não seja a mais eficaz e não seja totalmente transparente.

Acontece que isso gerou o outro lado da medalha que é uma tendência lamentável das pessoas acharem que o ritual e a legalidade das licitações devem ser transformadas por uma pantomima essas licitações ou seja, o administrador público teria no meu entendimento, de alguns grupos certamente com más intenções, teria que se limitar a abrir envelopes vendo quais são os resultados das suas propostas e por mais absurdas que sejam termina o processo simplesmente conferindo qual é o menor dos "n" números apresentados ali como preços.

É claro que isso não leva a nenhuma evidência, todos conhecem o caso recente da concorrência da Usina Hidrelétrica de Segredo e da postura firme do Governador Álvaro Dias, naquela situação absurda que se criou aqui no nosso Estado, havia ainda um edital da Copel e um item claríssimo que dizia que não se aceitam propostas superiores a tal importância.

Bom, imaginem os senhores que não houvesse esse ítem no edital. Entendemos nós que o administrador público tem todo o direito de revogar uma concorrência se produz valores muito altos, mesmo que isso não tivesse explicitamente escrito no edital.

Então nós vamos vendo que é cada vez mais difícil na área de empresas estatais de ter a eficácia que se exigia delas quando elas foram criadas.

Lembro com atenção o artigo 22º, da Constituição Federal, nós vemos com tristeza que tudo aquilo que nós considerávamos inconstitucional no passado, agora passou a ser constitucional com todas as letras. O artigo 22º diz; para minha tristeza, que compete privativamente a União legislar sobre, e aí vem o inciso 27 - Normas gerais de licitação e contratação em todas as modalidades para a administração pública direta ou indireta.....

O SR. FRANCISCO GOMIDE - ... para administração pública direta e indireta incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público nas diversas esferas do Governo e empresas sob o seu controle.

Na Constituição anterior, nós tínhamos juristas de grande reputação e de grande renome, diziam claramente que o Decreto Lei 200, por exemplo era inconstitucional quando aplicado aos Estados, nada impedia que um Estado chamasse para si o Decreto Lei 200 para reger as suas licitações, mas como ato espontâneo do Estado, ele não podia se impor ao Estado e a Nova Constituição impõe isso claramente, compete a União as normas gerais de licitação em qualquer esfera, na Federal, Municipal e Estadual.

A minha tristeza digamos fica um pouco diminuída quando eu leio o parágrafo único, que deixa alguma brecha que talvez a Constituinte Estadual aprofundasse uma análise.

Diz que Lei Complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas nesse artigo.

Mesmo o Decreto Lei 2.300 que é anterior a Constituição e que já se impunha naquela oportunidade de forma inconstitucional, ele já se impunha aos Estados e Municípios, ele mencionava que podem os Estados elaborar ~~regulamentos~~ para as empresas sociedades anônimas das quais ele é acionista. Essa é então uma segunda recomendação que nós deixamos aqui para reflexão, para debate, como o artigo 22 no seu parágrafo único admite uma Legislação Estadual específica se não nós deveríamos aprofundar essa análise e efetivamente contrabalançar um pouco essa competência da União para legislar sobre licitação.

Voltando um pouco na nossa outra ponderação, que é muito eficaz, o processo integrado de exploração energética e por integração chamam atuação da produção, transporte e distribuição, cito um exemplo recente que também nos deixou apreensivos, há menos de um mês o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e que o serviço público de energia elétrica era pela Constituição antiga e é pela Constituição atual uma questão de Legislação Federal e o Governo Fede-

Federal também no nosso entender com muita infelicidade optou por uma equalização de tarifas em todo o Território Nacional, entende o legislador em Brasília, que deve-se pagar o mesmo pela conta de luz do Oiapoque ao Chui, não interessa se aqui no Paraná nós estamos do lado de uma usina hidrelétrica e em Belém do Pará estamos queimando óleo diesel a um custo dez vezes ~~mais~~ superior ao da energia aqui do Sul do País. É um fato que lamento essa tendência de soluções globais num País das dimensões do Brasil é um sério empecilho ao nosso desenvolvimento, levaremos muitas décadas para vencer esta máquina emperrada.

De qualquer maneira esta legislação é prerrogativa no padrão Nacional de Águas e Energia Elétrica fixar tarifas, para nossa extrema surpresa há um mês atrás apesar da tarifa de fornecimento que é aquela que o consumidor paga ser equalizada de forma irracional economicamente no nosso entendimento, o D.N.A.E.E, acaba de desqualizar a tarifa de suprimento que é um insumo da tarifa de fornecimento, então aí realmente não dá para entender mais nenhum critério.

Então, recentemente, nós temos o ~~prazer~~ desprazer de informar a população paranaense que a energia elétrica que a Eletrosul produz geralmente no nosso próprio território será vendida para o Paraná por um preço ,ais alto do que ela é vendida para Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Isto é mais um exemplo de como foi sábia a decisão paranaense da década de 50 de investir de forma integrada. Como nós felizmente compramos pouco da Eletrosul, nos detemos através da Copel uma capacidade de geração substancial, essa fixação xausuística de tarifas não chega a nos levar a falência, mas se fôssemos totalmente dependentes da compra dessa energia esse preço pode decretar ...

a falência ...

O SR GOMIDE:-... a falência ou o sucesso da empresa estadual de energia elétrica.

Então estas preocupações nos levam a uma sugestão de que se tome proveito dessas competências deixadas na Constituição Federal, dessa expressão, articulação entre Estados e Municípios na exploração dos seus recursos hídricos e vamos fazer um esforço para garantir que o que resta de recursos hídricos no Paraná sejam explorados prioritariamente pelo próprio Estado do Paraná. Com isto nós temos vários ganhos. Mantemos a tradição paranaense que se revelou sábia, ficamos menos dependente de compra de energia de outras empresas ou outros Estados, mesmo que seja energia gerada no território do Paraná e geramos três bens para o Estado: um é os royalties, outro o ICMS e outro é o resultado da parte de exploração. Essa fica então como a segunda proposta nossa, a primeira seria aquela adequação da nossa estrutura, através do Conselho Estadual de Energia ou coisa parecida para que exerçamos essas competências. A segunda proposta específica é que se garanta na exploração dos recursos hídricos paranaenses pelo próprio Paraná.

Uma terceira rápida exposição eu rotularia de energia e meio ambiente. Eu vou ser sintético nesta parte, porque eu vi na programação que meio ambiente será tratado com muitos expositores, com a ênfase ^{e o destaque} ~~nessa área~~ que merece o assunto. Felizmente nós temos verificado uma crescente consciência da opinião pública, da importância do equilíbrio do meio ambiente. O dilema do desenvolvimento é que nós temos efetivamente necessidades crescentes de energia. Por outro lado é um desafio interessante nesse sentido a chamada engenharia de recursos hídricos muito se desenvolveu no nosso país que é o desafio para a engenharia moderna não é mais fazer obras e fazer obras bem feitas. Interessa apenas o rendimento das turbinas, a estabilidade da barragem. Hoje há uma consciência clara desde os bancos escolares, dos especialistas em recursos hídricos que o que é importante é fazer a obra e inserir de forma conveniente no eco sistema local...

Por outro lado nós temos custos crescentes de toda a natureza na exploração de energia elétrica ou de energia... (inaudível). Primeiro porque quando os potenciais são baratos, eles logicamente são explorados... (inaudível) e a medida que vão se desenvolvendo o parque energético do país as alternativas são cada vez mais caras por uma questão de lógica. O que era mais barato já foi feito. Nós temos que somar a estes custos ~~mais~~ crescentes os acréscimos de custos decorrentes da recuperação ambiental. Felizmente e aqui é que é importante a consciência e a conscientização da sociedade, a sociedade está disposta a arcar com os acréscimos de custos decorrentes da recuperação ambiental que é uma questão de valorizar o meio ambiente e que felizmente esta mentalidade salutar está hoje arraigado, impregnado na opinião pública. Claro que isto custa dinheiro. Significa que inserir uma obra com total respeito a éco sistema local que é vital para a estrutura do Estado e do País, custa mais caro e a sociedade está disposta a pagar esse preço adicional.

Nós pensamos então que no item meio ambiente há mais uma razão para de novo voltarmos a nossa proposta de privilegiar o Estado do Paraná na exploração dos seus recursos energéticos ^{geral} ~~em~~ e recursos hídricos em particular, por ~~duas~~ duas razões, essas duas razões que eu mencionei. Primeiro nós temos que demonstrar uma preocupação maior do Paraná, através da sua empresa Copel com a preservação do meio ambiente do que com outras empresas. Eu tive a satisfação de ver recentemente uma declaração da Superintendência dos Recursos hídricos e Meio Ambiente em que fazia críticas a empresas ~~que~~ de energia elétrica de outros Estados, especificamente aqui no Rio Paraná e contrastava a postura dessa empresa com a postura da Copel, ~~que~~ de certa maneira reconhecendo o esforço que fez a Copel para adequar a legislação ambiental a sua obra.

A obra de Segredo é a primeira usina hidroelétrica do país que é feita com o relatório... (inaudível) previamente elaborado. Isto mostra uma preocupação...

O SR. FRANCISCO GOMIDE -... Iso mostra uma preocupação com uma maneira moderna de jogar os recursos hídricos. Mas a outra razão para voltar a essa proposta de privilegiar o Paraná no que tange a exploração de seus próprios recursos hídricos é que esses custos crescentes de energia significa que no ano 2 mil, 2 mil e 10 a energia hidráulica vai estar praticamente toda ela absorvida, toda ela explorada no Brasil. Sobram fontes mais caras de energia e é uma questão vital, de estratégia do Estado que nesta hora ~~que~~ ele esteja gerando energia ~~barata~~ elétrica barata. Porque aquela usina que já tem 30 anos de idade vai estar produzindo um kw/hora tão bom quanto uma eventual usina termo-nuclear moderníssima e caríssima e essas vantagens pode trazer uma diferença fundamental em termos estratégicos e em termos de competitividade do Estado. Uma quarta e última etapa da minha apresentação ~~tem~~ tem a ver com energia e o financiamento dos investimentos. Nós notamos também com apreensão que na Constituição Federal os impostos únicos foram extintos : em particular existiam o imposto único de ~~recursos~~ ~~minerais~~ ? , o imposto único de energia elétrica. Eles eram fonte tradicional da capitalização do setor elétrico, o imposto único de energia elétrica era vinculado ao setor elétrico : 40% era cota federal, 50% cota estadual e 10% era a cota municipal. Com o fim desse imposto único o setor elétrico perde uma fonte importante de capitalização sem nenhuma fonte que a substitua. Por outro lado surgiu o ICMS sobre a energia que antes não existia. Então nós esperamos e é nossa pretensão que do ICMS se aloque recursos quando da elaboração do orçamento do Estado pelo menos em montante equivalente ao antigo imposto único, porque é essencial que se continue a capitalizar o setor elétrico e em particular a Cia Energética do Estado.

Aqui nós fazemos um raciocínio, se me perdoarem, um raciocínio empresarial. Nós fizemos vários estudos na Copel recentemente e como ela tinha duas fontes de capitalização impor-

tante : que era a reinversão dos dividendos e a cota anual e municipal do imposto único, ela ainda carecia de aportes novos de financiamento, aportes novos de capital. recentemente nós fizemos um cálculo que é essencial que o Estado invista mais ou menos 20 milhões de dólares por ano em energia elétrica, além do imposto único e além da reversão dos dividendos. Com isso somado aos recursos gerados pela própria Copel e a sua capacidade de endividamento nós poderíamos ter um crescimento alto sustentado da oferta de energia no Estado. Sobre esses 20 milhões se é ou não um número grande, nós temos feito o seguinte raciocínio: digamos que o Estado invista 200 milhões de dólares por ano em estradas e esse investimento é a fundo perdido, nós achamos muito correto a pretensão do setor elétrico que se invista 20 milhões de dólares por ano, sistematicamente ao longo dos anos. O Estado de Minas faz isso há anos com a SEMIG que é a COPEL mineira e o aporte de capital estadual é de 30 milhões de dólares por ano, ao longo dos anos, e mais este investimento de energia elétrica não é um investimento a fundo perdido, é um investimento através de aumento de capital que gera dividendos e portanto gera riquezas. é por isso que trazemos essa preocupação como as fontes de capitalização do setor elétrico. Em particular vemos com bons olhos a criação dos "royalties" como indenização pelo uso dos recursos hídricos e minerais. Pensando-se nos "royalties" também, deve ser olhado, fica aqui como uma 4ª proposta que na legislação estadual sobre "royalties" a Constituição Federal foi bastante vaga, ela garantiu aos Estados uma compensação : não fixou quanto, não entrou no mérito de critérios de distribuição desse tanto, apropriadamente ao nosso ver, ela ficou no grande princípio. Talvez nós devamos agora ir a mais detalhes. Eu vi recentemente comentários aqui sobre as propostas já do Dep. Kirinus sobre como utilizar esses "royalties". Nós achamos que seria importante que se olhasse esse processo de capitalização da empresa energética do Estado mesmo porque isso faria um certo sentido.

...sentido. Investiria parte dos "royaltes" em atividades que geram aportes para o futuro. Portanto sendo um grande efeito multiplicador. E achamos também que o Estado poderia ter uma preocupação de capitalizar as empresas, sociedades anônimas...

O SR. GOMIDE - ... as empresas, sociedades anônimas das quais ele participa ativamente, não apenas a COPEL mas uma mentalidade de capitalização atuando em alguns segmentos como energia, saneamento que são rentáveis porque ~~xxx~~ o que acontece com a energia não é porque a COPEL, por exemplo, estou sendo bem específico no exemplo, ela gera lucros grandes, ela é uma companhia eficiente, ela é eficaz ! E o drama é que os lucros que ela gera não são suficientes frente às novas necessidades de investimentos. Imaginem uma companhia como a COPEL, bem administrada que pode gerar lucros da ordem de 50 milhões de dólares por ano. É um enorme lucro para uma empresa que tem um capital de 150, 200 milhões de dólares. Ocorre que, o programa de investimento da COPEL, são de 200 milhões de dólares para o ano de 89. Então não é uma questão de que a empresa não seja rentável. É que ela ainda não tem o porte suficiente e como o mercado cresce com grande violência, ela ainda não tem o porte suficiente para ter um crescimento autosustentável. Mas uma injeção de recursos da ordem de 20 milhões de dólares por ano parece muito modesto para garantir este crescimento. E ~~exata~~ há até uma pretensão de ~~de~~ que na legislação específica sobre "royalties" se contemple esse processo de crescimento autosustentado do setor elétrico.

E nestas quatro partes da minha apresentação, encerro agradecendo mais uma vez a honra do convite e permanecendo sempre a disposição. Muito obrigado!

(aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Nós agradecemos a maneira sucinta como S. Ex^a trouxe as quatro propostas para Esta Assembléia Constituinte, imagino que S. Ex^a tenha trazido uma minuta também. Sabemos dar forma legislativa para as mesmas. E, de minha parte, não haverá nenhuma dificuldade em colocar isto no ante-Projeto de Constituição. Efetivamente o setor energético é fundamental para o fomento industrial do Estado e o Paraná é privilegiado por sua natureza, por seus recursos hídricos e minerais agora, é privilegiado na potencialização do setor energético.

Agradecendo a sua presença, anunciando que no próximo Painel versaremos sobre o meio ambiente.

Consulto à Secretaria se o Sr. Vice-Governador, Sr. Secretário de Meio Ambiente do Estado está na Casa?

O SR. SECRETÁRIO - Está chegando ao Plenário.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO (Presidente) - S. Ex^a está ins-

crita para falar na seqüência.

Então, interrompo por alguns minutos a Sessão até que o Vice-Governador chegue ao Plenário.

(É suspensa a Sessão)

(É reaberta a Sessão)

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO (Presidente) - Nós vamos recompor a Mesa e reiniciar a Sessão com a presença honrosa e ilustre do Senhor Vice-Governador do Estado, Dr. Ari Queiroz, do Presidente da Assembléia, Deputado Aníbal Khury, do Deputado Relator, Haroldo Ferreira, do Deputado Orlando Pessuti, e convido também o Secretário do Meio Ambiente, do Município de Curitiba, Dr. Hitoshi Nakamura para que tome assento à mesa.

Nós vamos iniciar dentro da Comissão de Ordem Econômica e Social, vamos

O SR. PRESIDENTE: Dentro da Comissão de Ordem Econômica e Social, nós vamos começar a audição das propostas relativas ao meio ambiente e à preservação do meio ambiente no Paraná. E vamos começar pela visão da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, - Esta Comissão sente-se extremamente honrada, senhor vice-Governador, pela sua presença aqui. Nós sabemos do seu interesse pela questão ambiental do Paraná, pela questão do desenvolvimento do Estado e nós sabemos que não se pode separar a ecologia, ou seja, a proteção do meio ambiente da qualidade de vida das pessoas, da qualidade de vida da própria população. E é neste sentido que nós solicitamos a sua presença aqui para dentro das perspectivas de desenvolvimento econômico e social, se formularem as idéias de visão do futuro quanto ao meio ambiente no nosso Paraná.

Eu passo a palavra a S.Ex^a, mais uma vez em nome do Poder Constituinte Estadual, agradecendo a sua honrosa presença.

O SR. ARY QUEIROZ: Senhor Presidente da Assembléia, Deputado Aníbal

Khury, demais membros desta Comissão, Deputados Rafael Greca, Orlando Pessuti, Haroldo Ferreira, meus senhores e minhas senhoras; é uma agradável oportunidade podermos participar desta reunião. Em primeiro lugar por podermos, rapidamente, colocar as idéias do Governo do Estado do Paraná relativamente aos problemas ambientais que atingem o nosso Estado e o nosso País. Em segundo lugar pela oportunidade que nós temos, também, de fazermos uma proposta que evidentemente será analisada pelos senhores constituintes. Mas é uma forma também desta Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente trazer a sua contribuição para o Estado do Paraná.

Eu sou o 1º Secretário do Meio Ambiente do Estado do Paraná. Esta Secretaria foi criada através de uma decisão do Governador Álvaro Dias, no seu período de Governo. É uma Secretaria nova e que dá, realmente, um destaque significativo para o aspecto ambiental. Ela foi criada em 3 de junho de 87. Já em seguida, no dia 5 de junho de 87, dia mundial do meio ambiente, nós tivemos a oportunidade de instalar o Conselho Estadual ~~no Dia Mundial do Meio Ambiente~~ de Defesa do Ambiente. Este Conselho que havia sido criado já anteriormente através de lei, pelo Governo do Estado, mas não tinha sido instalado ainda. Então, nós tivemos a grande satisfação de podermos instalar no Dia Mundial de Meio Ambiente este Conselho. E o Conselho é formado por pessoas que representam entidades ambientalistas, as universidades e o Governo do Estado. Mensalmente é realizada uma reunião, onde todos os aspectos são debatidos de uma forma muito séria e antes detudo muito idealista. Discutia-se muito no Estado do Paraná, quais as repercussões ...

ARI QUEIRÓS - ... se discutia muito no Estado do Paraná quais as repercussões que poderiam ocorrer no instante em que se instalasse este Conselho, porque se entendia que os ecologistas, as pessoas envolvidas com o meio ambiente iriam criar problemas para o próprio desenvolvimento do Estado do Paraná. Isso não é realidade, não aconteceu em nenhum momento. Pelo contrário todas as contribuições vieram trazer benefícios para o Estado.

A seriedade com que essa parcela da população que há muitos anos vêm atuando em defesa da ecologia, porque isso não é matéria nova. Esse problema há muitos anos já tem sido debatido por pessoas que têm uma visão avançada em termos de país, de estado e até de mundo.

Hoje em função das situações críticas que passam o nosso planeta nós vemos uma movimentação muito grande de outros países até em relação à defesa da Amazônia, em defesa do meio ambiente.

Mas, no passado distante já existiam brasileiros preocupados com o desenvolvimento e envolvidos nessa matéria, preocupados também com a qualidade de vida da nossa população.

Então, esse conselho tem atingido o seu objetivo.

Eu acho que esse foi um grande avanço, a criação da Secretaria e instalação do Conselho.

Outra área que tem criado até alguns impactos sérios pela sua própria função é a área que cuida do litoral do Paraná. O Conselho do litoral, mais conhecido, que já existia, Entretanto não atuava com a firmeza e com a determinação necessária no nosso litoral. Uma lei que foi aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná já no Governo Ney Braga que definia o uso do solo no nosso litoral, é a responsabilidade do Governo do Estado em relação a este uso do solo.

Entretanto, os anos foram passando, as obras

sendo executadas contrariando claramente o que determinava a lei.

Ao assumirmos a presidência desse Conselho nós definimos uma regra a ser seguida, a aplicação da lei custa o que custar. Porque eu entendia que melhor seria extinguir o Conselho do que não respeitar a lei. E acho que o grande problema do nosso país hoje é exatamente isso, a não aplicação da legislação existente, o desrespeito à lei.

E esse aspecto tem sido conduzido com muita firmeza contrariando interesses, provocando discussões, debates, mas, antes de tudo, com a consciência de que a participação do administrador público deve passar antes de tudo, pelos compromissos que ele tem com a população.

A Surehma que é um órgão que atua nessa área do meio ambiente, também tem atuado nessa área do meio ambiente. Seminários têm sido realizados. Oito já foram realizados no Estado do Paraná. Teremos agora em abril um seminário em Curitiba com a participação da Secretaria Municipal do meio ambiente, prefeitura de Curitiba, para podermos debater claramente esse aspecto do problema da poluição industrial, o problema da poluição dos nossos rios, o problema de agro-tóxicos, com a clareza necessária.

E o Paraná avançou tanto nesse aspecto que nós tivemos a honra, a satisfação de sermos indicados como presidente do Consórcio Mata Atlântica, Serra do Mar.

Esse consórcio é formado.....

mlm

08/03/89

17,15 hrs.

-1

O SR. ARY QUEIROZ:- ...esse consórcio é formado pelos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio ~~EXANXXXXXXXXX~~ de Janeiro e Espírito Santo. É um fato novo, é uma nova forma de vêr o problema / ambiental, independentemente das fronteiras dos Estados.

É uma forma de fazer com que um Estado auxilie o / outro no combate à a poluição, á depredação, e o Paraná conseguiu / mais uma postura avançada em termos de nosso País no momento em que / conseguimos atingir a Presidência. E, por que o Paraná conseguiu? Por que o Paraná já tombou a Serra do ^{MI} Mar, o Paraná já elaborou zoneamento desta área, o Paraná tem a Polícia Florestal, o Paraná, com os mesmos, com as condições que tem, mesmo não sendo as ideais, está ~~á~~ muito na frente dos outros Estados, apenas o Estado de São Paulo promoveu o tombamento da Serra do Mar, os outros Estados não. Conseguimos agora, recentemente, numa reunião, em Santa Catarina, o compromisso / do Governador de Santa Catarina, para promover também o tombamento da Serra do Mar, em Santa Catarina.

Nós temos visto problemas seríssimos, na Serra do Mar, no Rio de Janeiro, o problema de Petrópolis é um fato que chama atenção, claramente da população brasileira. Nós temos problemas no Espírito Santo, sérios, em relação à construção de casas no mangue. Temos o problema de Santa Catarina, construção na Serra. O Paraná tem tentado preservar o seu litoral e a sua serra. Essa é uma luta, uma luta que não traz dividendos políticos imediatos, pelo contrário traz muitas críticas, muita reação, muito ataque, uma luta significativa, mas o futuro deverá nos julgar, o futuro deverá dizer se estamos certos ~~ou~~ ou não.

Então eu vejo, importante, uma postura adotada aqui no Paraná, por exemplo, com relação à exigência do Relatório de impacto ambiental, nenhuma obra vai ser realizada sem a apresenta

08/0/89

mlm

17,15 hrs.

-2

ção deste Relatório de impacto ambiental. Essa exigência está sendo cobrada com muita firmeza.

Nós temos um exemplo aqui também, que o Paraná deu quando a Copel mandou elaborar o Rima para a construção de Segredo, nós estamos exigindo Rima em relação à Usina de Taquaruçu, da Cesp / que irá inudar o Paraná, nós estamos exigindo Rima para Ilha Grande/ obra que a Eletrosul pretende construir, no Oeste do Paraná. Nós estamos exigindo do Grupo Votorantin uma postura idêntica a que nós ~~XXXX~~ exigimos à Copel, aos órgãos do Estado e ao próprio DER, que hoje / está apresentando Relatório de Impacto Ambiental, em relação às obras que estão sendo realizadas. A CDA que pretende construir uma Usina/ no Vale do Ribeira, deverá ~~XXXXXXX~~ também apresentar este Relatório e nós não iremos abrir mão disso. todas essas áreas a serem inudadas no Paraná, deverão sofrer uma análise, por parte dos paranaenses

Depois, na proposta que vou apresentar aos Srs. que é a proposta da Secretaria, os Srs. vão vêr a disposição do Governo do Estado, a Secretaria, em envolver a própria ~~XXXXXXXX~~ Assembléia Legislativa, nas decisões em relação a obras que venham a ser executadas no nosso Estado.

Nós entendemos como o Deputado Rafael Greca de Macedo mencionou que o desenvolvimento passa por um equilíbrio muito bem definido. Então o Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano merecê uma análise detalhada do aspecto ambiental, não só do problema da área de saneamento mas também no aspecto de erosão que poderá...

O SR..... - que poderá trazer prejuízos significativos a própria geração de energia de Itaipu, em função do problema de erosão que ocorre no Noroeste do Paraná e que nossos rios estão levando e criando assoreamento no próprio reservatório.

Nós entendemos que este aspecto ambiental deve ser analisado de uma forma técnica, mas antes de tudo com uma visão social prevalecendo o aspecto técnico. A qualidade de vida da nossa população deve prevalecer. Nós temos apresentado algumas propostas em termos, e que deverão ser encaminhadas a Constituinte. Temos uma proposta que apresentaremos, neste momento, e entendemos que esta lei, a lei que irá definir o futuro do Paraná, através da responsabilidade que os senhores Constituintes têm, no momento em que elaboram a nova Constituição do Estado, deverá ser uma lei e uma Constituição que deverá prevalecer sobre os interesses pessoais de algumas pessoas e deverá ficar para o futuro bem distante, com a consciência de que essa lei vem, essa Constituição vem para ser cumprida. E que esta Constituição é uma Constituição que está vendo o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos, que está prevendo as condições de vida que os futuros paranaenses deverão ter.

Nós temos que entender que é possível desenvolvimento, que é possível emprego, que é possível qualidade de vida em conjunto com o meio ambiente equilibrado. Que é possível e não teremos qualidade de vida em nenhum momento, se não tivermos uma ação muito firme em defesa dos interesses do ser humano. Nós temos que entender que antes do interesse do grupo econômico, de um empreiteiro, de um banco, está o interesse individual de cada um dos paranaenses. E é para isso que nós estamos trabalhando.

Entendemos que o administrador público tem essa responsabilidade, até porque a sua missão é passageira; é insignificante o tempo que uma pessoa fica no poder público em relação a todos os séculos de vida na terra. Então a contribuição que se pode dar tem que ser significativa, e essa é a nossa luta. Nós temos coordenadorias, nós temos empresas, e nós entendemos que dentro das empresas que compõem o Governo e

uma delas é a Sanepar; de Fundações, como é o caso da Famepar; de autarquias, de empresa de regime especial como é o caso da Surehna, nós podemos utilizar a ação do Governo em benefício da população. E a ação do Governo tem de ser, antes de tudo, uma ação séria, essa ação que tem de ser desenvolvida sem entender que aqueles que estão por fora do Governo possam administrar o Governo ou ter uma ingerência direta na administração pública.

Muitas críticas podem ocorrer, e têm ocorrido em relação a nossa ação. Estão aí os embargos e recentemente nós tivemos que fechar uma indústria, aqui na cidade industrial, uma indústria que atuava no Estado do Paraná há 14 anos, é a maior indústria.....

17:25 - 1 -

O SR. ARY QUEIROZ... no Estado do Paraná 14 anos, é a maior indústria da América do Sul a Plastipar, / mas há 14 anos a Plastipar atuava no Estado do Paraná sem licença e nós com o apoio, inclusive da Secretaria de Segurança Pública, promovemos o fechamento desta empresa. Evidentemente o assunto hoje está prejudicativo, está na esfera judicial, / entraram com mandado de Segurança, mas já estão atuando no sentido de acabar com a fonte poluidora, porque sabem que no mérito eles vão perder, nós temos certeza disso, é um fato inédito em relação à ação de um Governo de desrespeito de uma empresa do porte dessa empresa; mas nós não vamos fugir a nossa responsabilidade nenhum momento, porque entendemos que esta delegação que recebemos da população do Paraná, antes de tudo um voto de confiança, e esse voto de confiança é o maior compromisso que nós podemos ter com a população do Estado.

Eu gostaria Deputado de ler uma proposta, a proposta que nós estamos trazendo da Secretaria, não é uma / proposta muito extensa, ela sofrerá inclusive modificações, / Mas é importante que eu apresente esta proposta a esta Comissão, porque é fruto de um trabalho de técnicos, voltados exatamente para esses ~~sucatos~~ princípios que eu estou defendendo.

Capítulo do Meio Ambiente, artigo 1º: Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se a todos e prioritariamente ao Estados e Municípios o dever de defendê-lo e preservá-lo.

Parágrafo 1º do artigo 2º: Para a assegurar a efetividade deste direito, incumbe ao Poder Público: / 1º- zelar pela utilização planejada nos recursos naturais, de modo assegurar-lhes a perpetuação e amenisar o impacto ambiental.

2º- Preservar os ecossistemas naturais, garantido a sobrevivência da flora e da fauna, notadamente nas espécies raras ou ameaçadas de extinção.

O SR. ARY QUEIROZ... de extinção.

3º- Definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos pela criação de unidades e conservação ambiental e tombamento dos bens de valor cultural.

4º- Instituir a Política estadual de saneamento básico e recursos hídricos que envolve também o aspecto do meio ambiente.

5º- Proteger o patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

6º - Exigir para instalação de obras ou / atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente. Estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade, garantida a representação de representantes da comunidade em todas as suas fases.

7º- Combater a poluição e a erosão, fiscalizando e interditando as atividades degradadoras e promovendo a responsabilização de seus causadores e a restauração do ambiente lesado.

8º Informar sistematicamente à população sobre os níveis de poluição e situações de riscos e desequilíbrios ecológicos.

9º- Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização Pública para preservação do meio ambiente.

10º- Estimular o reflorestamento em áreas degradadas, objetivando a consecução de índices mínimos de cobertura vegetal necessária à manutenção do equilíbrio ecológico.

Parágrafo 2º : Além de explorar sobre a criação, destinação, restrições à utilização da administração das unidades de conservação ambiental, vedadas o comprometimento da integridade dos atributos....

O SR. ARY QUEIROZ-... dos atributos que justifique a sua existência.

Parágrafo 3º- Ficam mantidas as unidades de conservação atualmente existentes promovendo o Estado a sua demarcação , regularização do mini-al e efetiva implantação no prazo de 5 anos, consignando-se nos próximos orçamentos , as verbas para tanto necessárias.

Parágrafo 4º- Os pedidos de licença, autorização , permissão ou concessão concernentes a recursos ambientais, serão publicados resumidamente , no Diário Oficial do Estado, e na Empresa local ou regional.

Artigo 2º- A Lei disciplinará a utilização de técnicas métodos e substâncias ,que comportem riscos para a vida , a qualidade de vida, e o meio ambiente.

Artigo 3º- Aos Municípios que tiverem parte de seu território integrando unidade de conservação ambiental, será assegurado , na forma da Lei, especial tratamento quando ao crédito das parcelas da Receita referido no artigo 158, inciso 4º ,parágrafo único , inciso 2º da Constituição Federal .

Artigo 4º- Os produtos potencialmente causadores de poluição ou degradação ambiental, não serão favorecidos, como a não incidência , e isenção ou seletividade tributária.

Artigo 5º- A Lei disciplinará a restrição, a participação em concorrências públicas , e de acesso a benefícios fiscais , a créditos oficiais às pessoas físicas e jurídicas , condenadas por atos de degradação ao meio ambiente.

Artigo 6º- O Estado apoiará a formação de consórcios entre os Municípios objetivando a solução de problemas comuns relativos ao saneamento básico e a preservação de recursos hídricos.

Artigo 7º- Os Municípios no prazo de um ano ,a contar da promulgação desta Constituição , elaborarão seus planos diretores dependendo a sua aprovação de referendun popular.

Artigo 8º- Aos órgãos e seus funcionários responsáveis pelo licenciamento e fiscalização das obras e atividades causadoras de degradação ambiental, não será permitido no Estado do Paraná a prestação remunerada de serviço de consultoria e assessoramento técnico à empresas privadas.

Artigo 9º- Os recursos oriundos de multas e condenações judiciais, por atos de degradação ao meio ambiente, / reverterão ao fundo gerido pelo Conselho Estadual de defesa ao Meio Ambiente, CEDA, de que participam Ministério Público, e representantes da comunidade; e serão necessariamente aplicados na restauração de bens lesados e na defesa do Meio Ambiente.

Artigo 10º- Cabe ao Ministério Público o exercício da Curadoria especializada de proteção e defesa do Meio Ambiente, e do patrimônio cultural.

Artigo 11º- Incumbe ao Estado, através de seus órgãos competentes manifestar-se sobre o uso, loteamento, desmembramento e ocupação de áreas de bacias hidrográficas componentes dos mananciais.

Parágrafo único- Fica o Estado obrigado, no prazo de três anos, delimitar áreas de influência dos mananciais de abastecimento público atuais e futuros, e implantar no conjunto com os Municípios, o zoneamento da referida bacia.

Artigo 12º- Incumbe à Polícia Militar por meio de / suas unidades especializadas, a prevenção e a curação de infrações contra o Meio Ambiente.

Aqui, a proposta, e a Secretaria através da sua coordenadoria está trazendo como contribuição à Constituição do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente e demais membros.
O SR. RAFALE GRECA- Eu me sinto honrado ao agradecer a sua participação oportuna e muito bem fundamentada. Nós damos por encerrada a sua participação, e por sabê-lo por demais

08/03/89

EZ

-3-

17:30

demais ocupado nos elevados negócios de condução da Secretaria de Estado, da qual é titular, nós dispensamos a continuidade da sua presença nesta plenária.

Na sequência deste painel ...

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Na sequência deste painel de Instrução da Assembléia Nacional Constituinte da Comissão de Ordem Econômica e Social sobre o capítulo relativo ao Meio Ambiente eu convido o Deputado Pedro Tonelli a tomar assento a Mesa e convido também o Deputado Nereu Massignan a tomar assento à Mesa e passo a palavra ao Dr. Hiroshi Nakamura, Secretário Municipal de Meio Ambiente da cidade de Curitiba, que vem trazer as suas sugestões na qualidade de Técnico em Preservação Ambiental de elevado conhecimento e de notório saber na área de preservação ambiental.

Dr. Hitoschi a Assembléia Estadual Constituinte se honra com a sua presença e gostaria de saber no seu entendimento quais seriam as idéias gerais das quais o Paraná necessitaria para o seu capítulo de política ambiental na nova Constituição.

O SR. HITOSHÍ NAKAMURA - Nós sabemos que a preservação do Meio Ambiente é condição fundamental para ~~xxxx~~ melhoria da vida do homem ou ainda a existência. Nós sabemos a importância da preservação do meio ambiente, para isso ou como o Secretário Ary Queiroz colocou o estudo técnico de alto nível e ainda existem alguns órgãos para resolver esses problemas.

Existe legislação também que agora também foi colocada em estudo, então para mim assunto de meio ambiente deveria ser resolvido, mas está acontecendo em Curitiba, no Paraná, no Brasil, no mundo e a questão de meio ambiente é assunto nacional e mundial.

Hoje para mim trazer proposta para preservação ambiental, analisando esses acontecimentos de depredação do meio ambiente, nós chegamos a conclusão aquele que sempre fala tornando o assunto formação pessoal é educação. As pessoas continuam jogando lixo na rua, na praia, por isso hoje trouxe proposta meio diferente da outra, é na área de educação, ~~xxxx~~ reestruturar a curriculum escolar incluindo em seus critérios programáticos o tema educação para o meio ambiente em forma de (incompreensível) e de indisciplina, o que é que ..

O SR. NAKAMURA:- ... O que que é? É o meio ambiente. Claro que não existe separadamente no caso matéria: ~~matéria~~ matemática, ciências, ~~matéria~~ ecologia. Não existe.

f Então essa questão da educação ambiental nos últimos anos está todo mundo discutindo, todo mundo está tentando, inclusive a Constituição colocou a obrigação da educação ambiental para todos os níveis de ensino.

Então analisando a educação ambiental, o que está acontecendo agora nas escolas, talvez ~~até~~ aquele dia de semana dia da árvore, semana da ecologia, aí todo mundo planta árvore, todo mundo canta. Então aquilo é só na semana e professor está satisfeito e tal, educação ambiental, ou talvez chama técnicos da Surehna, do ITCF, para fazer palestra sobre natureza, sobre lixo, mas na continuidade, na vida da criança nessa questão do meio ambiente só aquele dia tem que falar, plantar árvore.

Aí sim, não digo erro. É tudo bem. Meio ambiente não é questão de...(inaudível) ela tem que entrar na vida da criança, na vida dos alunos, inclusive para nós também.

Outro lado, ~~na~~ analisando os livros que os alunos usam na escola sobre poluição, sobre seres vivos, sobre reflorestamento, sobre o meio ambiente, poluição, o que tem aí eu acredito que é suficiente para saber conhecer o meio ambiente.

Então, confirmando, o conteúdo dos livros que usam na escola é suficiente para conhecer a natureza, o meio ambiente. Suficiente. E todo mundo faz prova, passa, então eu acredito que já conhece bem. Comparando, inclusive, o conteúdo...(inaudível) eu acho que é igual. O que está acontecendo, esses alunos saem da escola, aí continua quebrando árvore, jogando lixo, etc. Então aonde é que está? Não digo erro. Insuficiente, digamos, o ensino. Aí descobrimos, enquanto eu estava trabalhando em educação ~~estadual~~ estadual, o sistema atual da educação, ensino nas escolas é apenas um professor que passa o conteúdo...

dos livros para os alunos através do quadro negro, talvez

Então, educação...(inaudível) repassa informação de conteúdo para alunos. Cadê educar? Então eu acho que ensino que repassa informação...(inaudível), tudo certo, abre página tal, livro tal, escrito aqui...(inaudível), enquanto no pátio o ipê está florescendo, ninguém sabe este nome, ipê, nossa árvore...

...SR.NAKAMURA -n.. nossa árvore, acontecendo isso é natural que dentro da sala de aula e tal... e não começa primeiro, a criança não vai gostar de estudar mais e depois sim. Então não está levando esse conteúdo para a vida dele, sai da escola ... outro rumo. Então tem de mudar. Reestruturar, Minha ~~proposta~~ proposta é (indisciplinalidade ?) , então colocaria para não acontecer , colocaria eu, dentro da escola, criança aprende só o meio ambiente : natureza para aprender o meio ambiente. Meio ambiente é a nossa vida, finalidade : melhorar a vida do homem, para aprender tem que saber matemática, português, ciência, tem que aprender arte, música. Então colocaria meio ambiente em cima depois vem as outras matérias. Isso nós chamamos inter disciplinar. E ainda existe essa série de 1ª a 4ª série, é uma professora, então é fácil e essa idade que é a idade de formação básica da pessoa, aquela que aprende, a idade mais importante. Para isso tem que poder programar essa ação pedagógica.

Com essa educação ambiental temos a finalidade de dar o conhecimento e parte de sensibilidade : a cabeça está funcionando muito bem mas tem que ver o coração, deixando o atual sistema de educação está nos deixando esse fato, só estuda no livro - conhecimento 100% mas a transformação básica é de ~~se~~ tentar educar. Educação ambiental não pode ser só o conhecimento, mas esse conhecimento não está levando vida, então esse conhecimento e mais sensibilidade juntos levam à vida, leva ao hábito na vida da criança. Estou colocando essa proposta que seja educação ambiental, seja aplicada no ~~o~~ primário, porque é mais fácil de ~~se~~ estruturar o currículo escolar que leva o resultado na vida. Por exemplo, no Japão desde a 3ª série já é obrigação de limpar sala ...

8.3.89-ircc 17:50 C. Ord. Econ. e Soc . 1
 O SR. HITOSHI NAKAMURA - ... Eu estou colocando um exemplo,
 no Japão desde a 3ª série os alunos já
 têm a obrigação de limpar a sala de aula. Todas as crian-
 ças têm esta obrigação. Então, isto faz parte da matéria
 de educação, para dar responsabilidades a eles que usam a
 sala. A merenda escolar também é uma obrigação de todas as
 crianças juntamente com o professor, que fazem o lanche
 juntos. Não vão para a escola somente para aprender matemá-
 tica, ciências ... não.

Este sistema de educação implica em tro-
 car idéias com o professor, em conversar, na prática, atra-
 vés de congressos. Com isso a criança fica consciente e
 participa para a melhoria do meio ambiente. E isso será im-
 portante parz o futuro, ela fica ligada aos acontecimentos
 da natureza, cria responsabilidade, sensibilidade. E isto
 elas levam para a família também, a família fica ciente
 através do aluno. Então, a escola tem que trabalhar para a
 comunidade; escola, aluno e comunidade.

Por que estou falando com firmeza, com
 confiança. Temos dois anos de experiência no Estado. Inclu-
 sive o Senhor Ari Queiroz deu apoio a este programa no Pa-
 raná, Curitiba tem 23 escolas, Maringá 20 escolas, Cianor-
 te, Paranaíba, e tem algumas escolas que também fazemos ex-
 periências e que deram resultados, estão dando resultados
 positivos, mudou o comportamento do aluno e dos professo-
 res. Tem escolas que você chega lá e como uma escola da
 Europa: cheia de flores; se se coloca um cartaz, lá ele
 permanece, ninguém tira. Todos ficam cientes. Ninguém mais
 pisa na grama ... Isto pode acontecer. Não podemos dizer
 que no Brasil isto não adianta, não! No Brasil pode aconte-
 cer também.

Então, para o futuro, um trabalho em
 num conjunto ~~num~~ trabalho de alto nível, digamos, com técni-
 cos, com órgãos como a COHAB, SURHEMA, IBDF, isto em con-
 junto. A minha proposta é de que todos se responsabilizem
 para a preservação da natureza, no Paraná, no Brasil e no
 mundo.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca de Macedo) - O Deputado Antô-
 nio Costernaro quer fazer uma observação.
 Agradeço, Dr. Hitoshi, sua participação, embora o Senhor ~~se~~
 esteja imaginando não tenha sido

O SR. PRESIDENTE: ... imaginando que não tenha sido entendida e nem aceita pela Assembléia, pela sua dificuldade verbal, nós nos comovemos pela ~~uma~~ extrema sensibilidade como ela foi apresentada. E pode ter certeza, a nova Constituição do Paraná vai acolher esta idéia da disciplina da educação ambiental, para nós começarmos pelas criações a semeadura di futuro, como foi com oriental paciência explicado por S.Ex^a, aqui nesta Comissão.

Eu passo a palavra ao Deputado Antônio Costernaro, que é da região mais atingida pela erosão do Estado, que é da região norte e noroeste do Estado.

O SR. Antônio Costernaro: Eu apenas gostaria de deixar a minha afirmação aqui pela minha admiração pela proposta do Dr. Itoshi . Realmente, ele estava achando e se dizendo com dificuldades justamente pela sua exposição. Mas, um assunto rico e que prendeu a nossa atenção. Na verdade, na minha opinião, a prática é que induz a todos nós a viver melhor. E esta proposta nipônica , oriental, da prática oriental, ela é muito rica, porque nós sabemos que ela é da prática. Não é nenhum falso elogio, mas nós sabemos perfeitamente e é aí que está a causa do problema. E eu iria mais adiante, nesta proposta oriental, que a educação também é da nossa Comissão da Ordem Econômica e Social, ela vem nos dar a oportunidade de entrar com mais profundidade nos próximos debates da educação, porque realmente é ~~uma~~ ^{na} educação ~~que~~, todos nós falamos, que os políticos falam, que está embasada a formação do homem. E a reforma do ensino, vai aqui uma crítica e alguma decisão do passado, o ensino que era tradicional, acredito que a maioria de nós aprendemos ainda com o sistema de educação antiga onde tínhamos uma educação mais rígida e severa e ~~uma~~ desde o respeito ao profissional, que era o professor.

E hoje, com a reforma do ensino, quiseram modernizar o ensino e deram a total liberdade ao aluno, criando em contrapartida a falta de liberdade do próprio professor. Então, daí para a frente, eu posso dizer, não quero ser tão pejorativo, mas daí começou a desorganização, a bagunça. Porque começou-se a ~~fxxxx~~ faltar com o respeito, começou a desarmonia e a desorganização. Eu, que sou de 1941, que fui à escola porque meu pai e os vizinhos cerraram a madeira, construíram a escola e o prefeito prometeu pagar o professor. Esta foi a minha educação primária, no Interior.

Quando o senhor falou dos alunos que lavavam a escola, eu me senti como numa noite que eu estava lavando a minha escola, lavando a parede da escola, carpindo em volta da escola. Nós tínhamos que fazer tudo, porque não tinha nada do Governo. Agora, hoje a educação moderna, as dificuldades que campeiam a Nação, os homens vêm da capital

do Rio de Janeiro, mais precisamente a merenda escolar para ir servir à mesa da escola isolada na zona rural ! Eu acho isto aí um crime, porque lá na zona rural está o homem que produz alimento, que tem o leite "in natura", que tem a canjica, que tem o milho, que tem o arroz, que tem o feijão, venha o alimento lá do Rio de Janeiro, dos programas de educação, onde estão concentradas as decisões do Governo, lá em Brasília mas é velho o costume que vem do Rio de Janeiro que vem o alimento para abastecer escola do Interior. Então, está tudo errado. Realmente, face sua proposta de educação ambiental, que ela tem que ser uma das principais matérias no "currículo" escolar, nós concordamos plenamente que ela vai começar a mudar os valores, não apenas o "ba-bá", aprender a ler, não apenas aprender a matemática. Não. A principal coisa do homem, na verdade, está fundamentada na sua proposta: é a educação. E nós concordamos plenamente e eu acho que nós vamos tirar muito ...

ANTONIO COSTENARO -... eu acho que nós vamos tirar muito dessa sua proposta. Esperamos que o Paraná saiba liderar o Brasil e sair na frente com propostas dessa natureza

Muito obrigado.

PRESIDENTE (Rafael Greca) - Muito obrigado pela sua gentileza.

A Associação de Defesa e Educação Ambiental - Adea, justifica a ausência do professor Bigarela por estar em Fernando de Noronha em Abrolhos a convite do IBDF para defesa ~~da~~ de Abrolhos pelo turismo.

E o presidente da Adea o senhor Lange está em Portugal com finalidades também ecológicas.

A Comissão receba a proposta de um capítulo, uma sugestão inteira de um capítulo de meio ambiente assinado pelos:

- Movimento de Ação ecológica;
- Movimento Ecológico Mater^{IN} atura;
- Organização Ecocatu Oby pró-natureza;
- Associação de biólogos do Paraná;
- Sindicato dos engenheiros no Estado do Paraná;
- Grupo de Estudos espeleológicos do Paraná "Açungui";
- Associação de Defesa e Educação Ambiental;
- Associação Conservacionista de Ponta Grossa;
- Associação Paranaense de Engenheiros Florestais;
- Comdema, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;
- Amar - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária;
- Promazul - Comissão de Proteção ao Meio Ambiente de Céu Azul.

É mais uma proposta da área ambiental que nós recebemos e encaminhamos à Secretaria para oportunamente o senhor relator compilar em conjunto com os que são Deputados membros da comissão.

Eu convido então para fazer sua exclamação o Dr. Clóvis Schrapp, engenheiro ~~agronomo~~ veterinário e membro da Sociedade de pesquisa da vida selvagem e educação

ambiental, que seria uma subsidiária aqui no Paraná da Organização Internacional de proteção da vida selvagem.

CLÓVIS SCHRAPP- Eu cumprimento os presentes e gostaria de fazer uma apresentação rápida, sucinta dentro de uma área de concentração ligada à preservação de fauna e flora.

Em primeiro lugar eu acredito que as contribuições que têm chegado à Assembléia, elas vão dar condições ao desenvolvimento de uma excelente Carta. Acho que as propostas estão dentro de condições muito satisfatórias e, provavelmente o ponto mais sensível vem a ser exatamente o cumprimento desta legislação.

Eu acredito que nós poderíamos considerar, inclusive, que já existe uma legislação razoável que infelizmente não é cumprida e eu gostaria de deixar aqui uma esperança que poderia, inclusive, ser baseada nas declarações do Secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente que esteve há pouco aqui e fez uma explanação bastante esperançosa em que o posicionamento do estado perante às questões ligadas ao Meio Ambiente realmente estão mudando.

Na verdade nós presenciamos hoje uma mudança governamental em toda a sociedade que se posiciona de uma maneira bastante clara....

08/03/89

mlm

18,05 hrs.

-1

O SR. CLÓVIS:-... bastante clara como simpática às questões ambientais, por outro lado o que falta é justamente saber o que fazer. Me parece que grande parte de nossa população tem esse posicionamento mas, infelizmente, pouco colabora com a ação a medida que realmente venha a se efetivar para minimizar o processo de deteriorização que continua, apesar de todo o desenvolvimento de uma mentalidade que está se iniciando os processos de degradação hoje se mantêm e vêm se degradando muito mais do que o que vem sendo feito contra isso, essa é a realidade de hoje, Esperamos que esse documento que vai ser desenvolvido agora auxilie na mudança desta situação.

Eu gostaria de aproveitar e fazer uma pequena explanação sobre meio-ambiente relacionado com conservação de fauna e flora em nosso Estado. Nós temos a princípio, durante todo esse século, durante todo o início de colonização de nosso Estado, uma visão bastante equivocada do que seja conservação, que me parece significa ter prejuízo e não poder explorar os recursos naturais. A idéia de conservação é justamente contrária a se ter prejuízo, a idéia é explorar os recursos naturais de maneira racionalizada, de forma a não degradar o meio.

Eu particularmente faria uma avaliação sobre o processo de desenvolvimento de nosso Estado, em parte para vêr os grandes prejuízos que estão custando hoje, aos cofres públicos, uma vultuosa soma de recursos que têm que ser investidos na minimização destes grandes transtornos causados pela deteriorização do meio-ambiente. Um bom exemplo são os projetos de erosão que vem tendo que ser combatidos hoje e que se fosse feito esforço, não muito grandes, há poucos anos atrás, poucos anos digo 50 anos, que isso não é nada para a existência humana, nós teríamos uma possibilidade de ter hoje um aspecto a nível de desenvolvimento muito mais claro em nosso Estado.

Vale a pena considerar o seguinte:- o hemisfério Sul, ao contrário do hemisfério Norte, tem uma variedade de espécies vegetais e animais, muito maior, nós temos uma heterogeneidade de

formas de vida, dezenas, centenas de vezes maior. Infelizmente a cópia dos modelos desenvolvimentistas é feita toda do hemisfério Norte, muita das coisas que funcionam no hemisfério Norte, não necessariamente têm que funcionar aqui. É exatamente neste ponto que falha todo o nosso processo a nível de exploração de recursos naturais, para se ter uma idéia a composição da floresta atlântica é muito diferente da composição da floresta de araucária, que é diferente da formação de floresta do ^{Oeste} ~~XXXX~~ do Estado, que é diferente de florestas que ocorre no Norte onde já não existe mais formações significativas de florestas, foram destruídas sem ao menos terem sido conhecidas.

Dentro deste aspecto se propõe que haja três ~~viáveis~~ viáveis, a nível de procedimento, com relação às áreas remanescentes que existem no nosso Estado. O primeiro ponto seria com relação a trabalhos direcionados à área de preservação, que seriam os parques de reserva, unidades de conservação que existem no nosso Estado. Apenas 0,1% ou seja um milésimo da área total do Estado representam parques estaduais, ou seja uma área insignificante. Além disso temos o Parque Nacional do Iguaçu e Na Serra do Mar, nada mais. Portanto, essas áreas devem ser encaradas como áreas de preservação, ou seja, áreas que devem ser mantidas como elas são, sem nenhuma alteração, a não ser algumas faixas de Serra do Mar que podem compatibilizar processos de exploração econômica, desde que haja tecnologia para isso.

Outro ponto seria em cima de áreas que já têm um processo de degradação bastante alto. Essas áreas para que possam continuar produzindo, seriam hoje as áreas que estão sendo usadas para pecuária e para agricultura, para desenvolvimento florestal, a nível de plantio de monocultura, elas devem sofrer esses procedimentos de recomposição de ambiente. Bom...

18:10 - 1 -

O SR. CLOVIS... de ambiente. Bom, portanto, a importância de áreas remanescentes condicionadas à manutenção / através de utilização racional, como por exemplo, a região de Guaraqueçaba: Elas precisam de estudos preliminares antes que se diga o que deve ser feito nessas regiões, isso seria fundamental. Por exemplo: Se preconiza a abertura de uma rodovia / como a BR101 na região litorânea, deve-se fazer uma avaliação muito criteriosa sobre se essa realmente é a solução econômica para região, se essa é uma alternativa viável economicamente ou se é simplesmente um processo de continuismo em cima do que já foi feito em todo o Estado, me parece que há alternativas muito mais racionais para dar a essa região um desenvolvimento realmente mais claro, um crescimento real.

Bem, gostaria de ler algumas das propostas que complementam ou enfatizam o texto da Constituição Federal do / documento elaborado pela Associação de Defesa e Educação Ambiental, que já está nas mãos do Deputado Rafael Greca, e que complementando as propostas que vêm sendo apresentadas, são perfeitamente suficientes para elaboração de um excelente documento. São 11 questões que eu vou passar a ler a partir de agora.

1º- Regular o estabelecimento de criadouros de animais silvestres, zoológicos e similares, obrigando / já existentes a adequarem-se às normas estabelecidas ou então serem extintas. Os projetos desses logradouros deverão sofrer análise de viabilidade pelos órgãos estaduais competentes.

2º- Incentivar a realização de estudos florísticos e faunísticos em toda o Estado do Paraná, proporcionando um suporte básico para a implementação de normas e manejos específicas para cada região. Tais estudos enfocariam as espécies animais e vegetais nativas ameaçadas de desaparecimento, as de interesse econômico e ainda aquelas, cujo o aumento exacerbado de suas populações, estejam causando desequilíbrios am

O SR. CLÓVIS... desequilíbrios ambientais relevantes.

Comentando esse item, vale apenas focar a questão da Roan, que é uma pomba, que hoje trás três problemas sérrimos nas plantações de soja no Noroeste, no oeste do Paraná e no Norte, e não há controle. Esse é um exemplo muito atual e uma consequência de em uso mal dirigido dos recursos naturais, Essa espécie, era uma espécie nativa, ela existia em pequeno número, porque o Paraná tinha 87% de cobertura florestal, e deixando de ter essa cobertura, passando a ter apenas 3 ou 4% de cobertura florestal, o Paraná tornou-se imenso campo produzindo alimentos; esse campo passou a ser um habitat perfeito para essa espécie e o desenvolvimento dessas populações passou dos limites aceitáveis e hoje trata-se de uma praga. Uma espécie nativa que estava equilibrada, hoje é uma praga, não há estudos suficientes ainda para se dá cabo para indicar quais seriam os procedimentos de manejo para a contenção desta espécie.

3- Promover a realização de estudos de ~~parque~~ ambiental durante as fases de planejamento das obras enquadradas nessa necessidade, evitando -se a (INAUDIVEL) ~~esses~~ estudos após a elaboração dos projetos, quando muitos itens não são mais passíveis de modificações.

Então, é um detalhe muito importante, praticamente todos os relatórios de parque ambiental que são feitos aqui no Paraná e praticamente em todo o Brasil, eles ^{são} ~~estão~~ elaborados depois do projeto pronto. Isso simplesmente passa a ser um instrumento legal para a viabilização da obra e não um trabalho que possibilite um aprofundamento maior, um questionamento maior sobre se o projeto realmente deve ser elaborado ou não. Me parece esse ser um detalhe de suma importância e no caso de hidrelétricas especificamente, um exemplo seria o estabelecimento de uma cota desses reservatórios, todos os ramos elaborados...

O SR. CLOVIS-... elaborados já com a cota já estabelecida ;isto é de certa forma absurdo ,porque seu estudo de mata ambiental vai estabelecer as questões que devem ser relevantes, dentre elas devem existir algum questionamento com relação à cotas. Isto não pode ser discutido , porque já está dentro do Projeto.-É claro / que existem Projetos já prontos , antes da própria Lei ,que impõe estes relatórios em parte ambiental, mas, de qualquer forma , a partir de projetos que estejam desenvolvidos agora, é fundamental que estes trabalhos , estes relatórios sejam desenvolvidos a nível de planejamento .

Uma vez, o projeto pronto, você fecha a questão com relação a muitos itnes , e praticamente inviabiliza a eficiência desses relatórios.

Quatro- Acompanhado ao desenvolvimento das propostas de recuperação de áreas degradadas , através do direcionamento de diretrizes básicas , para estes procedimentos , evitando ações sem / base científica e com objetivos descaracterizados . Está é outra missão fundamental.

Se investe muito pouco em Meio Ambiente no nosso País, e se investe mal. Há muitos processos, muitas atividades ,que são muito mais demagógicas , trazem muito poucos resultados, praticamente resultados nulos , resultados aparentes , e se gasta muito dinheiro nisto. Isto , me parece, possa ser motivo inclusive, de questão judicial. Empresas públicas, e empresas psivadas que tenham responsabilidade de atuação na área de Meio Ambiente têm que fazer trabalho sério.

Quem não fizer trabalho sério vai ter que responder por isto. Então, o procedimento, que me parece viável , seria o / acompanhamento destes trabalhos. A empresa de mineração que precisa recuoerar áreas degradadas e têm que fazer um trabalho de recuperação , não paliativo , como exemplo.

Cinco- Criar unidades de conservação que sejam representativas às principais artes (?Ø) de sistema do Paraná .

Com especial atenção, as florestas de "Araucária, de angustifolia", que não têm nenhum parque, nenhuma reserva representativa no nosso Estado, não existe. Os campos naturais, os mangues, a planície costeira, remanescente dos cerrados na região de Castro, e fundamentalmente a floresta Atlântica.

Seis- Promover a obrigatoriedade de recuperação da cobertura florestal nativa, nas propriedades que não dispuserem destas; ou seja, 20% da área total de propriedade que não tenham / estes 20% ,devem ser destinadas a esta recuperação .Sendo necessária a orientação a cerca de quais espécies deverão integrar a formação florística a ser preservada; sendo vetada a implementação de mono-culturas ou o uso de espécies de alienígenas, para a região .

Se é uma área de preservação, não pode ser uma monocultura, com qualquer espécie, mesmo sendo nativa; tão pouco pode ser formada por espécies exóticas. Essa área de preservação, entende-se por uma área que tenha uma diversidade semelhante à composição natural que exista na região.

Então, tem que ser uma floresta heterogênea, com espécies nativas, e, que realmente possa ter condições de agregar uma fauna significativa, e, realmente ser uma área de preservação

Esse é um engodo muito grande; se vê um reflorestamento de pinus, e se diz que se está preservando o Meio Ambiente. Isto é mentira; não se preserva. O reflorestamento de pinus, é similar a uma plantação de soja; é necessário que há para o desenvolvimento econômico. Deve ser desenvolvido em locais apropriados, mas, nunca representa a conservação do Meio Ambiente. Uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Sete- Criação de uma política ambiental diferenciada para as regiões de composição natural remanescente, às quais deverão ter seus processos de desenvolvimento baseados na obten-

08/03/89

EZ

-3-

18:15

na obtenção de tecnologia alternativas , para exploração de seus recursos naturais , evitando-se a degradação do Meio Ambiente.

É o caso por exemplo, da região litorânea, principalmente litoral Norte do Estado, que ainda mantém grandes percentuais de áreas preservadas .Essas áreas têm um percentual econômico / muito grande , mas, não dentro das estratégias que nós conhecemos, que são de abertura de estradas, desmatamento, e retirada de madeira , conseqüente conseqüente implantação de áreas agrícolas em áreas inadequadas , depois da degradação do solo , você passa a ter a utilização para gado, porque o solo já não presta ; e depois do gado você já não usa mais para nada.

Você tem que abandonar as terras. Quem quiser ver isto, é só percorrer a Rio-Santos...

O SR. - ... a Rio/Santos um pouquinho mais ao Norte e vão ver o que exatamente pode acontecer com Guaraqueçaba se não se tomar o devido cuidado. Pelo que eu conheço a ~~política~~ política do Estado com relação a região de Guaraqueçaba não vem sendo regida por normas de conservação que têm que ser muito exigentes, têm que ser normas eficazes.

É muito difícil, principalmente em função da dificuldade de captação de recursos que se faça o desenvolvimento de pesquisa nessas áreas, mas é a única alternativa com desenvolvimento real dessas áreas, não há outra alternativa.

Na verdade, a ligação deve-se trazer riqueza, trazer progresso as populações que vivem em Guaraqueçaba dentro dos moldes conhecidos, vai trazer simplesmente a extinção dessas populações que vão ~~engordar~~ engordar o cinturão aqui de Curitiba ou servir de bóias-frias para grandes produtores.

Esta é que é a verdade.

8. Proporcionar compensações aos municípios que possuem em seu território uma unidade de conservação e facilitar a aplicação de incentivos fiscais para medida de caráter conservacionista.

Me parece que o Estado poderia colaborar com os municípios como o de Medianeira e Capanema e os outros municípios como Foz do Iguaçu que por exemplo tem um cargo de manter uma área que não pode ser explorada economicamente que é o Parque Nacional do Iguaçu, mas não vamos deixar também que em função desse peso que esses municípios tem que ter que se degrade o parque. Eu acho que o parque hoje é talvez uma das coisas mais importantes a nível de patrimônio que nós temos em nosso Estado e a idéia de alterar essa área de se agredir essa área, não faz parte me parece de princípios morais aceitáveis, eu acho que tem que se encontrar alternativas para isso. E a alternativa mais viável é trazer subsídios para esses municípios em troca da preservação dessa área, entendendo-se por preservação intocabilidade, conservação e utilização dessa área.

9. Instituir a obrigatoriedade da aplicação de estudos do meio ambiente em todas as etapas de ensino do pré-escolar a faculdade.

99

Isso é o que vem sendo falado. O Vice-Governador colocou isso e o próprio Secretário do Meio Ambiente e essa é uma ideia que só falta ser implementada.

10. Incentivar a melhor estruturação das instituições públicas responsáveis pela fiscalização, orientação e pesquisa na área ambiental, assim como apoiar as instituições de direito privado que estejam prestando serviço nesse setor.

Eu acredito que seja impossível, mesmo com a elaboração de uma carta perfeita, uma carta moderna, avançada é impossível que haja o cumprimento dessas normas sem que as instituições responsáveis pelo acompanhamento que deve ser feito não tem a menor estrutura, a minha experiência trabalhando com órgãos ligados ao governo, é de uma desassistência muito grande, a estrutura é mínima, parece inclusive que essa estrutura é um tipo de um encargo que se mantém por obrigação e não pelo dever de ser mantido.

A estrutura é muito pequena, os profissionais que trabalham nesta área tem extrema necessidade de atarem, inclusive sofrendo processo de ingerência política, que também me parece é extremamente pouco interessante. Eu gostaria que uma das proposta fosse de autonomia dessas instituições sobrepujadas essas ingerências políticas.

11. Executar estudos acerca de concentração demográfica do Estado e indicar procedimentos cabíveis para uma melhor condição de vida da população.

Esse é um assunto extremamente delicado, eu fiquei em dúvida inclusive de colocar, mas não há possibilidade de se trabalhar com eficiência a nível de conservação se não houver algum tipo de controle a nível de população. Nós temos que pensar muito seriamente nesta questão, é uma questão vital, o descontrole e inclusive o que acontece hoje é o aumento de uma população menos esclarecida, estamos aumentando a nossa população que hoje se compara com as pessoas que vieram colonizar o nosso País, os Europeus por exemplo, hoje aquelas pessoas que iniciaram o processo de colonização tinham muito mais informação do que as pessoas que nós temos hoje no meio rural. Esse é um problema muito sério ou se dá condições de cultura, condições de

cultura, condições de informação ~~de trabalho~~ se trabalha em cima disso com maior esforço ou nós temos que minimizar esse processo ~~de trabalho~~ de aumento populacional que é incontrolável ...

O SR. :-populacional que é incontrolado.

Eu agradeço a oportunidade e acredito que estas propostas sejam talvez inseridas a nível de lei ordinária. Não sei muito fora do que já foi proposto. Eu agradeço a oportunidade.

(PALMAS...)

O SR. PRESIDENTE:- Eu agradeço a presença do Dr. Scherap, da Sociedade de pesquisa da vida selvagem e na sequência eu consulto as pessoas presentes, porque não as conheço pessoalmente, o Dr. Luiz Carlos que ~~xxx~~ viria falar sobre o meio ambiente; está presente? A Sra. Ivone? Está presente também. E depois nós vamos ouvir ainda sobre política fundiária uma representação do sudoeste do Estado, presidentes de Sindicatos de trabalhadores rurais de Medianeira, Pérola do Oeste e Planalto, mas daí, Deputado Pedro Tonelli, como era uma pessoa só inscrita eu imagino que um deles somente venha falar ou os três falam no tempo de um, fazem um diálogo.

Ex Então, eu convido o Dr. Luiz Carlos para vir falar sobre o meio ambiente e o...(inaudível).

Eu só lembro aos oradores inscritos que nós temos limitação de horário de funcionamento da Assembléia porque a sala está cedida, na sequência, para o painel de um Partido político.

O SR. LUIZ CARLOS:- Excelentíssimo Deputado Rafael Greca, Presidente da Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, demais Deputados, sutoridades, senhores e senhoras.

Eu pediria licença para iniciar a exposição lendo um trabalho que nós redigimos que é uma síntese dos principais princípios que norteiam o estudo e está sendo encaminhado para a Assembléia na semana que vem e durante o texto faremos alguns comentários para melhor elucidar as idéias. (Lê, conforme xerox anexo, desde..."A causa ambientalista vem ganhando atenção na medida..." continua lendo até..."circulando sem controle, as guerras, o lixo, as armas atômicas e...

fl. 2
18,25

A causa ambientalista vem ganhando atenção na medida em que o homem vem tomando consciência que a natureza não se defende. Ela se vinga.

Da antropologia podemos emprestar muitos ensinamentos acerca da relação homem/natureza, experiências evolutivas muitas vezes foram desastrosas para populações inteiras. As pesquisas demonstraram que a Ilha de Páscoa, na costa do Chile, no ano 400, encontrava-se coberta de árvores. A exploração à exaustão dos bosques, ativou a erosão do solo, minou a agricultura e acabou com a construção de canoas, causando dificuldades extremas à população de 7.000 pessoas, que entrou em colapso, voltando a habitar nas cavernas. Hoje é uma ilha desolada, coberta de grama e estátuas derrubadas. Citamos o exemplo como ilustração. Inúmeros estudos comprovam o mesmo fim.

Do ponto de vista científico, as sociedades selvagens ou indígenas, tanto estabelecem relações com a natureza dignas de engenharia ambiental, como também predadoras, com requintes de desleixo e crueldade. Já a sociedade moderna esforça-se na busca de relações harmonicas no convívio com a natureza.

O planeta todo se manifesta. O efeito estufa, o rompimento da camada de ozônio, a chuva ácida, a exploração irracional dos recursos naturais, a fome, as doenças, são produtos do desequilíbrio homem/natureza.

Muitos países enriqueceram explorando riquezas de outras após terem consumido as suas. Aprenderam sobre o meio ambiente pela consequência da destruição, mas tiveram chance de se recuperar e hoje lutam para melhorar também a qualidade de vida de sua população.

A natureza é o todo. É obra legada do criador, e o homem é seu principal usuário.

Cabe-lhe ser o principal promotor do desenvolvimento harmônico com o ambiente. A natureza não pode dissociar-se, pois esta lhe confere a qualidade de vida conforme a trata. O ar contaminado, a água poluída, a destruição irracional das florestas e da fauna, os alimentos e medicamentos contaminados, os produtos físicos e químicos cada vez mais perigosos e letais circulando sem controle, as guerras, o lixo, as armas atômicas e

O SR. LUIZ CARLOS - ... atômicas e químicas afetam a natureza e consequentemente o homem.

Por quase 500 gerações o homem viveu basicamente de caça. Só é agricultor há 300. Só é industrial há 10. Só é ecologista há 2. Reuniu-se em conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente pela primeira vez, em junho de 1972, em Estocolmo, com a presença de 109 países, numa mistura de políticos profissionais, diplomatas, economistas, cientistas e toda uma platéia de hippies e gente da contracultura. Enfim, a sociedade toda esteve lá.

Como se pode observar é recente o despertar coletivo para os problemas ambientais. No Brasil a causa ambientalista vem rapidamente ganhando importância. Cresce a tomada de consciência sobre a necessidade de tratar o meio ambiente de forma racional e equilibrada. Entidades e associações de meio ambiente proliferam, denunciando e alertando sobre abusos.

O desafio é um dos maiores que haveremos de enfrentar: os problemas da falta de saneamento básico, a poluição química do ar e da água, a erosão, a poluição do litoral, a destruição da mata Atlântica, a desenfreada ocupação da Amazônia e a exploração à exaustão das florestas, precisam ser atacadas com eficácia.

A participação da sociedade protestando, denunciando os erros, foi a alavanca da busca de soluções.

Nós entendemos que os movimentos ecologistas e a participação da sociedade foi a grande arrancada que hoje mobiliza o meio ambiente como uma das principais pautas de discussão no País, tanto na Constituinte Federal, agora na Estadual e com certeza estará em todos os programas de futuras eleições daqui para frente.

A explosiva elaboração de legislações orientativas, restritivas ou simplesmente proibitivas foi a sequência. Inicialmente se protestou, levantaram-se os problemas e na sequência veio quase que um bombardeio de legislações.

A solução para a causa ambientalista passa pela racio

nalidade, pelo esforço da ciência na busca de tecnologia apropriada que permitam o desenvolvimento sustentado e equitativo que garanta uma aceitável qualidade de vida.

Entendemos que a Educação é essencial e deve acompanhar todas as partes do processo. As informações devem ser veiculadas de modo acessível e compreensíveis às populações atingidas.

O que significa acompanhar todo o processo? A Educação tem que começar na escola e ela deve estar inserida também nos programas de âmbito geral, nos projetos, enfim, a própria legislação já prevê no Código Florestal, art. ~~45~~ 35, na Lei de Faunas, art. 45, espaço para a Educação, mas ela não é utilizada.

É necessário desenvolver princípios práticos e éticos, dos quais dependem a promoção do desenvolvimento econômico e social compatibilizado com as necessidades de proteção ambiental.

Nesse esforço o usuário é ~~o~~ a meta. Educar quem usa os recursos ambientais, seja o industrial, o comerciante, o proprietário rural, ou as comunidades localizadas é acertar o alvo.

Se nós pensarmos no Litoral paranaense hoje nós temos que ter programas, projetos direcionados ao Litoral, ao usuário do Litoral, ao proprietário de lá, ao comerciante da região, principalmente o proprietário rural e, por um processo de educação, permitir que as populações locais possam melhorar a sua qualidade de vida. Se nós simplesmente imobilizarmos a região o que vai acontecer é que as populações dificilmente...

O SR. LUIZ CARLOS HERDE: ... imobilizarmos a região, o que vai acontecer é que as populações dificilmente poderão, por este caminho, melhorar. Muito pelo contrário, como disse o palestrista anterior. Com certeza engordarão os bairros vizinhos de Curitiba.

(Lê conforme anexo: "O usuário ..." até "... invisível

Isto é típico de regiões onde se tem tumulto, onde se tem desorganização, não não se tem legislações claras, zoneamentos bem definidos e mobiliza-se mas o povo precisa viver. A lei da sobrevivência age e a economia visível aparece.

(Lê conforme anexo: "As amargas lições ..." até "... sistematicamente monitorados").

Hoje, os países desenvolvidos procuram estes caminhos. Eles já passaram por grandes catástrofes, grandes desastres, já aprenderam com a depredação. E hoje, com o uso da ciência, com o uso do planejamento já adotaram índices já mensuráveis, variáveis ambientais, pelos quais eles podem definir em que nível se encontram, se a coisa está degradingando ou se o ambiente está sustentando o crescimento tanto da população como a ação do empreendimento humano.

(Lê conforme anexo: " A região amazônica ..." até "... oportunistas internacionais").

Fizemos esta ressalva para mostrar o macro que poderá, em parte, acontecer no Paraná.

(Lê conforme anexo: " NO Paraná ..." até "... médio e longo prazo").

Algumas técnicas ainda são prejudiciais ao meio ambiente. Também produtos utilizados na agricultura são prejudiciais, em parte. E aí nós entramos num problema que, acredito, todas as associações, todas as propostas terão esta reivindicação. Outro problema é o das matas, que são os 20 % de cobertura florestal que são reivindicados, que todos achamos que devem ser recuperados. Nós pensamos que quando foi definido estes 20 %, talvez não tenha sido estudado se realmente 20 % era o adequado. Na realidade, as regiões do Paraná são de matas muito diferentes. Talvez 20 % hoje, a cobertura florestal da região norte seja bastante. Para a região sul, sudeste, provavelmente seja pouco. No litoral, pouquíssimo. Então, o planejamento da forma, a economia como está hoje, a evolução que o Paraná teve, eu acredito que nós deveremos estudar melhor o que se deveria pedir ou do que poderá ser a legislação futura ou na própria Constituição ou nas leis complementares. Os nossos indicadores, nossos elementos básicos devem ser revistos, porque muitas legislações, com diretrizes foram feitas há vinte, trinta anos atrás ...

18.35 f=2
O usuário precisa ser esclarecido. Macro e microzoneamentos regionais devem definir os usos permitidos para os recursos naturais, para que não prolifere a economia invisível. Proibir sem dar solução não resolve. A lei da sobrevivência certamente falará mais alto.

-As amargas lições dos países que tiveram modelo histórico de crescimento reconhecidamente predador, poderão servir de exemplo.

É tempo dos que defendem a natureza não se sentirem perseguidos, mas também é tempo de atrelar a defesa da natureza ao planejamento e a ciência. O manejo ambiental requer que se formule critérios de avaliação da qualidade de vida, que sejam mensuráveis e sistematicamente monitorados.

-A região amazônica por sua vez é causa das mais importantes. Sua riqueza é assombrosa. Detém de 16 a 18% da água doce que chega aos oceanos, 30% das madeiras tropicais do planeta, é o maior laboratório no campo da bioenergética do mundo, em seu subsolo encontram-se U\$ 30 trilhões de dólares em reservas minerais.

Foram queimados 20 milhões de hectares em 1988, sendo aproximadamente 8 milhões de florestas. Apenas 5% da madeira queimada foi aproveitada pela indústria madeireira.

Seu modelo de ocupação é inócuo e dissociativo. Queimar áreas para a instalação de projetos agropecuários incentivados, senão simplesmente para garantir a posse da terra, é desastroso.

Carece a região de planejamento de ocupação que lhe garanta desenvolvimento racional sem degradação do meio ambiente.

É motivo de atenção mundial, onde se misturam interesses econômicos aos ecológicos, produto da inconsistência do modelo que vem produzindo desequilíbrios ambientais, dando também brecha a oportunistas internacionais.

No Paraná o desafio não é menor. A cobertura florestal decresceu de 85% em 1911 para menos de 5% de florestas em 1988.

As riquezas criadas pela exploração de nossas florestas foram transferidas para outros segmentos econômicos, impulsionando o crescimento das cidades e capitalizando a modernização da agricultura e impulsionando o setor industrial.

A agricultura paranaense enfrenta hoje sérios problemas. A perda anual de 1 cm da camada fértil do solo, acarreta prejuízos imensuráveis a médio e longo prazo.

O SR. LUIZ CARLOS HERDE : ... trinta anos atrás. O Código Florestal, por exemplo, tem pontos que estão superados e hoje são pacíficos esses pontos para serem alterados. A realidade mudou tanto e acho que temos que rever esses pontos.

A falta de saneamento básico é um dos principais problemas para o meio ambiente do Estado..Na região do litoral, a falta de um plano integrado, envolvendo proprietários rurais, industriais e comunidade, dificulta à adoção de parâmetros ambientais a serem seguidos.

A necessidade de zoneamentos ecológicos e econômicos e técnicas apropriadas não podem ser substituídas por legislações , que pela quantidade, confundem e desorientam o usuário. Nós estivemos numa reunião em junho de 1988, num debate sobre o litoral onde os técnicos da Acarpa nos disseram que até aquele momento havia 35 dispositivos de lei sobre o litoral. Há uma grande dificuldade de interpretação, o que se poderia ou não se poderia fazer. Aconteceu a fase da eclosão das informações: houve o alarde, e houve a denúncia. Logo em seguida, um batalhão de legisladores produziram muita legislação, muita coisa confusa. Tem que ser revisto.

Entendemos que os -órgãos governamentais devem complementar as iniciativas locais e não substituí-las.

A população daquela região, a mais pobre do Estado, precisa desenvolver-se e elevar a sua condição de vida, para fixar as populações locais, compatibilizando o seu desenvolvimento, a sua qualidade de vida com o equilíbrio ambiental. Realmente precisamos de planejamento técnico, de tecnologia, buscar e aprofundar os nossos conceitos e informações.

A ecologia imobilista, ideológica e a alardista não satisfaz a relação homem natureza na produção da melhoria da qualidade de vida. O espírito empreendedor do ser

humano sempre existiu e não pode ser desconsiderado.

A economia devastadora e predadora deve ser imediatamente estancada. Então a solução existe no momento em que houver envolvimento com quem e quem gerenciará o uso do meio ambiente. O usuário precisa participar junto com os órgãos do Governo, sem o que órgão do Governo o substitua, para que ele possa, por um processo de educação, ser o próprio alvo fiscal. A educação é a célula máter a médio e a longo prazo para que esse processo venha a acontecer. Caso contrário vamos passar para o princípio de repreender, proibir e como nós reconhecemos as maneiras e a ação do homem quando ele busca a sua sobrevivência e certamente ele driblará essas proibições e tentará sobreviver.

Hoje na Serra do Mar se corta palmito, madeira e se caça. Outras regiões estão com uma devastação bem adiantada e acreditamos que o ~~nível~~ o envolvimento a nível de município se possível se tornará efetivo. Já temos alguns exemplos e estão dando certo. Então quem usa, quem corta tem que entender a importância da ação do seu empreendimento.

Esse assunto meio ambiente realmente é empolgante pois de alguma forma ele toca a cada um de nós. Diz respeito à própria vida. A qualidade do ambiente que cada um ocupa. Diz respeito aos direitos e responsabilidades de cada um.

Assim o capítulo do Meio Ambiente da Constituição do Paraná tem o desafio de prever a melhoria da qualidade de vida da presente e futuras gerações, o que acreditamos se dará compatibilizando a promoção do desenvolvimento econômico com o equilíbrio ambiental.

Nós preparamos um documento e poderemos encaminhar à Comissão, como colaboração.

Obrigado.

O SR. RAFAEL GRECCA : Eu agradeço ao Dr. Luiz Carlos HERDE.

O SR. RAFAEL GRECCA : - ... Eu agradeço a sua participação Dr. Luis Carlos Herde, e na seqüência, convido a Dra Ivone Prespride.

SRA IVONE PRESPRIDE - Excelentíssimos Srs. Deputados componentes desta mesa, dignas autoridades aqui presentes, prezados amigos, caros colegas, prezados Senhores.

Dada a exiguidade do tempo, que o nosso Presidente já fez questão de avisar, por algumas vezes, porque o tempo se faz rapidamente, eu vou deixar as condições filosóficas da questão ambiental, e partíamos para que eu chamaria um verdadeiro recado na transmissão de idéias, e deixo o estudo filosófico para outra oportunidade.

O que está havendo a nível de Brasil e principalmente a nível do Estado do Paraná, é um conceito distorcido sobre o que se considera, o que é realmente a definição de meio ambiente.

O meio ambiente, nós podemos entender tudo aquilo que nos rodeia, está havendo uma divagação, conceitual, temática, acreditando que florestas arrasadas, é tudo aquilo que se pode conceituar de meio ambiente. Não é isso, este conceito está muito aquém da realidade, porque o meio ambiente, supera, inclusive, da própria natureza.

que consta
Tal celeuma, do artigo 225 da Constituição Federal, que diz : " Todos tem direito ao Meio Ambiente ecológicamente bem equilibrado e de uso comum do povo e essencial a qualidade de vida impondo ^{toda coletividade} ~~ao (xxxxxxxxxxxx)~~ o dever de defendê-lo, e preservá-lo para as futuras gerações.

Aqui está dito, com todas as letras, que o direito ao Meio ambiente é assegurado a todos os brasileiros que hoje aqui vivem e a geração futura, e também que compete ao Poder Público, em seqüência a coletividade de defendê-lo.

Mas o que é que se tem feito, de antes e hoje, em termos a nível Governamental, essa qualidade do meio ambiente tenha prosperado nada. Se não nada, muito bem pouco,

Se nós examinarmos a Constituição do Estado nº 976, da Lei de 1905, nós veremos a imposição, o dever do Estado em preserva:

SRA IVONE PRESPRIDE : - as florestas e a Fauna.

Coisa que não foi cumprida, e permitiu-se durante esses longos anos que a floresta fosse desmatada, sem qualquer preservação da qualidade ambiental.

Hoje, baseado nessa abertura da Constituição, - que define Meio Ambiente, pretendem os organismos públicos, impingir - única e exclusivamente ao particular, de uma maneira arbitrária, inconstitucional a fazê-lo, conservar o seu patrimônio, como se fosse ele o - único responsável pela devastação de decênio de anos.

Tal fato, atente contra a moralidade dos direitos, os princípios que norteia os menores (ininteligível) e atentam inclusive, por liberdade, disposições constitucionais, relegadas na própria Constituição, como essa que delega poderes a defesa do meio ambiente.

E nesse ponto, eu gostaria de fazer algumas considerações meramente conceituais:

- O Artigo 5º, diz "Que todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros, residentes no País a ~~inviolabilidade~~ inviolabilidade do direito ...

SRA. IVONE - ... inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Com isso verificasse ainda uma vez, ao molde das Constituições anteriores a propriedade é definida como garantia constitucional. Mas esta garantia constitucional não está sendo respeitada pelos organismos públicos. Sobre o critério da propriedade, o inciso 22 é claro : é garantido o direito de propriedade. No 23 ainda uma vez diz : " ... a propriedade atenderá sua função social." Por outro lado a Lei definidora de tais direitos no Estatuto da Terra no art.2º § 1º diz o seguinte : " ... a propriedade da terra desempenha sua função quando SIMULTANEAMENTE favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nelas labutam assim como de suas famílias. Mantém níveis satisfatórios de produtividade." As leis administrativas importa a propriedade privada hoje ~~mas~~ não estão atendendo os princípios da função social nem os da letra A nem os da letra B. Eles pretendem preservar tão somente o que diz o inciso 5º : " ... assegurar a conservação dos recursos naturais." É somente isso que interessa à administração pública: assegurar e conservar os recursos naturais. Mas a função social não é só isso, ao contrário, para se caracterizar a função social da sociedade teria que estar embutido esses 3 elementos e conservar a floresta não é sinônimo nenhum de produtividade no Brasil e a função ~~n~~ social não está distanciada da produtividade.

Com isso eu entendo que existe uma violação do primado do direito ainda uma vez neste caso, ostentado por outros interesses.

O § 2º diz : É dever do poder público : " Zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social estimulando planos para sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios da produtividade e ao fim coletivo." Mais uma vez repete-se o consenso anterior.

E continuando nós voltamos para a Constituição federal

112

examinamos o capítulo da Ordem Econômica e Financeira. Porque não podemos destituir o Brasil desse capítulo tão importante. A ordem econômica fundada na ~~valorização~~ valorização do trabalho humano e na livre iniciativa privada, tem por fim, assegurar a todos, existência ~~digna~~ digna, conforme dos ditames da justiça social. Observados os seguintes princípios : ~~1º~~ 1º, 2º propriedade privada. ~~Mais~~ Mais uma vez a Constituição garante a propriedade privada. Artigo 3º : função social da propriedade que remete a tudo que nós conversamos até então. E em 6º : defesa do meio ambiente; 7º redução das desigualdades sociais e regionais. E 8º : busca do pleno emprego. Mas ocorre que o artigo 1º do Código Florestal a Lei 4771, declarou no seu artigo 1º : " As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade a terra que as revestem, são bem de interesse comum de todos os habitantes do país. Exercendo-se o direito de propriedade com as limitações e a legislação em geral e é especialmente p que essa Lei estabelece.

Vejam os Srs. que a Lei fala em limitação, a Lei não fala em supressão e nem em restrição e muito menos em sequestro? e confisco.

O artigo 19 na sequência da Lei 7511 que regulamentou o § 2º da Lei anterior, no artigo 19, especificamente ...

DRA. IVONE -... lei 7511 que regulamentou o parágrafo segundo da lei anterior, no artigo 19, especificamente diz:

"visando atendimento permanente e preservação de espécies ~~mankidaxx~~ nativas os proprietários de florestas explorarão a madeira somente através manejo sustentado efetuando a reposição florestal sucessivamente com espécies típicas da região."

Nesse artigo, modificador do artigo segundo da lei anterior, deu-se uma abertura, limitou-se a propriedade, limitou-se o exercício da exploração das florestas, de que maneira. Introduzindo uma lei que as florestas poderiam ser exploradas através do manejo executado.

O questionamento senhores é que este artigo está vigindo. Se realmente os donos de propriedades florestadas têm condições de exercer esse direito garantido pela Constituição e pelo artigo 19 da lei 7511 que instituiu o Código Florestal. A resposta é pronta, taxativa, virídica? Não.

Hoje os proprietários de florestas que durante 20 anos através de incentivos particulares ou públicos ou não, ou detentores e conservadores das suas florestas são obrigados a pagar um alto preço pela destruição dos outros.

Isso não é moral; isso não é justiça; isso não é direito; isso não pode encontrar abrigo na justiça comum e num senso de qualquer brasileiro que realmente acha que esse é um país democrático e justo.

Então, duas situações se apresentam hoje?

Aqueles que devastaram suas florestas transformaram seus dinheiros em dólares e aplicaram no Canadá e em qualquer outro lugar. E aqueles que durante longos anos resolveram por uma antecipação de tudo que nós estamos ~~mesmo~~ ligando agora a deixar uma florestas para seus filhos e netos.

Os primeiros estão ricos e felizes e os segundos, estão estão sofrendo a imposição de que nada deveram.

Estão tentando a administração pública através de um amontoado de leis conflitantes que nem eles entendem. Você vai no IBDF, lá um jogo de empurra de um lado para outro e quem tem menos direito é o proprietário. E logo aquele que conservou a sua floresta antecipando toda essa situação que nós estamos.

Então eu pergunto aos senhores, que país é esse? Que Brasil é esse onde nós brasileiros não podemos ter o direito que a própria Constituição nos dá. Está escrito no papel e onde está o exercício desse direito?

Quando eu pergunto que Brasil é este, eu quero dizer que embora sendo brasileira e amando este país eu não posso concebê-lo da maneira como ele está hoje dirigido e as leis estão sendo aplicadas. Porque eu quero meu país justo e digno. Ele poderia se chamar ~~Brasil~~ brasilândia, brascubas ou qualquer outro nome que ele seria sempre amada, sempre defendido e sempre respeitado.

Mas é esse Brasil de todo dia, esse Brasil que me viu nascer, esse Brasil que anseia pela democracia plena e este que tem que ser ~~modificado~~ modificado. E onde é que se começa a modificar?

Através das leis. Porque não pode existir muitas leis. As leis tem que ser feitas rápidas, certas, direitas para serem cumpridas.

Já se disse anteriormente que um país que tem muitas leis não é um bom país. E infelizmente nós temos ~~que ser enquadrados~~ que ser enquadrados nisso.

Então, o que se quer realmente é que se proteja a lei ambiental, que se defendam essas riquezas, mas que não se esqueçam dos outros direitos, das outras garantias constitucionais e que se faça um trabalho que já desde 1905 prometido pelo estado e até hoje não cumprido de se fazer um zoneamento. Nós estamos falando de pessoas pobres e pessoas ricas; de proprietários que não podem e proprietários ricos que

podem.

Agora, sem a cooperação do Estado, sem o aparelhamento das repartições públicas sem que se possa ter um poder de polícia.....

A SRA. IVONE-...das repartições públicas, sem que se possa ter uma polícia, um poder de polícia realmente equipado para o cumprimento destas leis, nada vai se conseguir nesta área.

Então, o que eu proponho é que se ~~faça~~ faça, em termos da Constituição, o exato cumprimento de uma planificação; e se defina de uma vez por todas, quais são as áreas passíveis de agricultura; quais são as áreas que devam ser preservadas, quais são as áreas que devem merecer a proteção do Estado, / fora daquelas definidas no Artigo 2º, do Código Florestal, denominada Preservação permanente, e que se dê abertura para a propriedade, porque da mesma maneira que nós precisamos de uma qualidade sadia do Meio Ambiente, nós precisamos também da alimentação, da escola, de uma qualidade hidrica de água; e nós precisamos também aumentar as nossas divisas.

E um País só cresce com a possibilidade de trabalho. E, o que se tem negado a este povo, inclusive, é o direito de trabalhar no campo, na lavoura e ser remunerado. Porque, todas estas empresas grandes que tinham propriedades nestas áreas, e / tinham lavras de madeira e colocou os outros aparelhamentos, / foram obrigados em função destas leis a deixarem; e com isto, muita gente ficou desempregado.

E, hoje estão acampando aí na cidade, aumentando as favelas.

Era só este o recado que eu tinha a dar aos Srs.
O SR. RAFAEL GRECA- Ao agradecer a sua participação, nós agradecemos a participação do setor madeireiro do Paraná, e eu saúdo a presença do professor Zugman.

O SR. ZUGMAN- Sr. me concederia alguns minutinhos?

O SR. RAFAEL GRECA- Ah, o Sr. pode falar sempre.

O Sr. Saul Zugman é proprietário de uma indústria madeireira importante, no Estado do Paraná. E, é da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

08/03/89

EZ

-2-

19:00

O SR. SAUL ZUGMAN- Eu gostei muito do que eu ouvi até agora, mas, eu gostaria de agora entrar em fatos reais.

Eu sou proprietário industrial na Rondônia, madeireiro. Eu comprei uma posse de uma terra, e ao tentar regularizá-la, o antigo INCRA, atual MIRADE, disse: olha, ou você derruba 50% da floresta, ou nós não te fornecemos o título de propriedade. Eu me recusei a cortar a floresta; e perdi a propriedade. Eu abri 48 km de estrada principal, para chegar numa zona desta floresta, fiz um campo de meação, construí uma indústria, e bem no fim tive de abandonar tudo, porque eu não derrubei a floresta, perdi o direito à terra; título de propriedade.

Isso parece piada, mas, é verdade. Então, grande parte, do que estão derrubando na Amazônia, hoje, é por imposição de órgãos governamentais. Isto é um absurdo que não contém nada que possa falar a respeito.

Nós temos hoje uma das grandes riquezas do mundo, que é a Amazônia como um todo, não só pelas florestas ou pelas áreas que lá existem, mas, pelos minerais que lá existem embaixo da terra; uma das maiores regiões minerais do mundo é a Amazônia, não só do Brasil, como num todo.

Poderosos grupos multinacionais estão fazendo uma tremenda onda, para transformar aquilo num reduto ecológico. Ou será que alguém tem algum interesse naquilo? Eu tenho um interesse em 1º lugar, em fazer com que aquilo seja preservado no futuro, para que no futuro eles possam explorar, como reservas futuras, e evitando que se explore estes minerais e estas florestas, eles continuem ganhando e impondo aquilo / nos seus cartéis, os preços ...

O SR. - ... os preços que bem entendem pelas grandes matérias primas que são os minerais, as florestas que agora estão explorando em outras regiões, isto é fato verídico, toda essa barulheira que teve aí que reuniu centenas e milhares de índios foi capital e não foi capital nacional, foi capital estrangeiro que fez este movimento ecológico que apareceu na televisão de todos os lares de todo o Brasil, agora eles não estão preocupados com o nosso povo nem com a nossa terra, eles estão preocupados com seus cartéis, seus monopólios, pintam e bordam e fazem o que bem entendem no Planeta Terra como num todo.

Isso é uma verdade. Nós somos proprietários de terra no Litoral do Paraná, eu gasto 10 a 12.000 OTNs só em guardas para cuidar e zelar de propriedades que nós temos no litoral. O que que acontece? Eu estou impedido legalmente de explorar ou de usar qualquer coisa que eu tenho lá e aconteceu um fato muito interessante, eu contratei um guarda para cuidar da minha propriedade, esse guarda pegou e colocou dois filhos, um genro e mais um amigo e fizeram quatro poços dentro da minha (incompreensível), eu não conseguia explorar a terra porque não me deixaram e depois então o que que acabou acontecendo eu ia me queixar, ~~xxx~~ para o coitadinho o pobrezinho tudo, para o latifundiário o tubarão nada eu falava para o vento, vendi a terra. Essa terra vai ser depredada, o cidadão que comprou disse bom eu vou tentar com os poceiros ou eles entregam aquilo por qualquer coisa ou eu limpo. Vocês sabem o que quer dizer limpar? Não na base da pala ra nem do amor, é na base da violência. Perdi a terra e vou perder mais, porque eu não consigo, eu preciso ampliar o meu pasto, eu tenho uma criação de búfalos para mim nada é permitido, morreram 40 cabeças de fome, isso é alimento para o povo, não seria meu, não como 40 búfalos numa vez só, ninguém tem estôma o para isso. O que acontece é o seguinte, a ecologia e a economia tem que andar junto e o nosso litoral desde que explorado racionalmente em horti/fruti e granja, podia fornecer frutas e legumes, leite, carne não só para Curitiba, mas para todo o Sul do País.

Eu não sei se vocês sabem, mas os legumes e verduras, bem como as frutas que são consumidas no Paraná vem do Sul de

de Minas, do Estado de São Paulo, do Rio de Janeiro e as consumidas em Foz do Iguaçu e Assunção no Paraguai também. Nós temos aqui terras ideais para horti/fruti/granja.

Eu não sei se vocês sabem, mas o japonês põe três filhos na universidade com um hectare de terra explorado nacionalmente, porque ele sabe trabalhar a terra, o nosso caipira coitado morre de fome em cima de 100 alqueires de terra. Então o que nós precisamos é educar esse povo, ensinar a plantar e fazer com que se divida na parte econômica e na parte (incompreensível).

Na gestão do Governo anterior ou Governos anteriores principalmente no último Governo ao atual, um grupo disse o seguinte, aberta e descaradamente, nós vamos criar leis (incompreensível) e nós vamos desapropriar todo o litoral do Paraná sem pagar um centavo para ninguém e conseguiram, fizeram um emaranhado tamanho que ninguém pode fazer nada, não pode? vírgula. Então eu vou contar. Abriram uma estrada estadual, sem me perguntar se podiam fizeram um corte de 50 metros por quilômetro de extensão dentro da minha propriedade e começaram a entrar intrusos a cortar palmito, a caçar e eu então peguei coloquei um pedacinho de cerca no começo da estrada e rocei ...

O SR.

:- ... no começo da estrada e rozei oitenta metros quadrados para fazer um rancho para por um guarda para cuidar daquilo, para evitar os predadores. Fui notificado e multado pelo ITCF, porque eu cortei capoeiras sem licença e eu tinha unicamente construído uma casinha para colocar um guarda ali para evitar que fosse depredado a propriedade. A propriedade está lá. Eu ofereci para o Estado, uma ocasião, mil hectares de terra, olha que é terra para burro, para ninguém botar defeito, para que se fizesse uma experiência de aproveitamento com manejo sustentado da floresta, tirando a floresta, plantando nativas ~~XXXXX~~ nobres e plantando palmito que seria uma fonte de riqueza. Eu falei para as paredes. Eu sou proprietário de uma fazenda que se chama Fazenda Nacar. x Ela foi a fonte de riqueza do Visconde de Nacar. Tem lá ainda ruínas que estão lá com o nome Nacar nos tijolos, que ele tinha uma olaria há muito tempo atrás. É um nome. Ninguém nem sabe o que ele era. Ele foi um proprietário de terra no litoral que gerava riquezas. Aquela terra está abandonada. Eu pedi que tombassem aquela propriedade, aquele trecho aonde estava aquela ruína porque era um patrimônio histórico e falei para as paredes. Eu não consegui deixar tombar o que é meu.

O SR. PRESIDENTE:- Onde é isso?

O SR. :- É em frente da Ermelino Tomazoni.(?)

Eu fui pedir, nós temos um túmulo de um Capitão-Mor, de hum mil seiscentos e pouco, de mármore de carrara, dentro da cidade de Antonina que foi roubado uma parte dele que está em museu particular em Curitiba e uma parte está num elemento que era da Secretaria de Cultura do Paraná, que levou embora para a casa dela. Eu disse que eu dava se o Estado restaurasse o túmulo, que eu formava em roda dele um local turístico para que se viesse visitar o túmulo e teria flores e jardim em volta, com lugar para...(inaudível). Eu falei para as paredes, ninguém se interessou tampouco. Nunca consegui reconstruir, restaurar aquele túmulo que é um monumento histórico do Paraná, entende?

Então o que acontece é o seguinte...

aqui tem dois tipos de lei: para o pequeno, para o coitadinho, tudo. Só que ele é um predador. Para o grande nada. ~~Para o grande~~ O grande proprietário respeita a lei, então ele é roubado e fica sem ^{ter} condições de se defender. Quando ele vai fazer queixa não dão nem atenção. Que o coitadinho que foi roubar um feixe de palmito. Mas não é um coitadinho que rouba um feixe de palmito, são milhares que roubam um feixinho de palmito e tem indústrias clandestinas que industrializam esse palmito e nunca se consegue punir esse predador que é esse industrial clandestino que vive à custa do roubo estimulado e organizado e quando o coitadinho é preso com o seu feixinho de palmito eles dão para uma instituição de caridade o feixinho de palmito e dizem: vai com Deus, meu filho! Você tem o direito de viver para a frente.

Então o que acontece é o seguinte: tem dois pesos e duas medidas. Aquele que zelou, guardou e poupou está sendo punido. Não pode usar e não pode impedir que seja usado e roubado por terceiros. Não tem como se defender.

Então nós...(inaudível) hoje um destacamento florestal na cidade de Antonina, porque nós demos em comodato o nosso escritório com um pedaço de terra e ainda demos madeira para melhorar e ampliar e até o vaso sanitário que está lá fomos nós que demos. Eles alegaram que não tinham verba para isto.

Então se existe hoje um destacamento florestal em nosso litoral é porque nós colaboramos com isto. No entanto nós somos os predadores. Nós plantamos vinte milhões de árvores. Nós começamos a plantar em 1955 quando tinha incentivo ~~xi~~ fiscal. Não fizemos isto visando a nada. Achávamos que nós ~~xi~~ tínhamos que repor o que estávamos tirando da natureza. Nós damos 2.500 empregos no Paraná e Santa Catarina dentro da área florestal, plantando, zelando e preservando. O nosso prêmio é a punição. Agora nos impedem de usar o ~~xxxx~~ nós guardamos, como bem falou ~~xxx~~ quem me antecedeu aqui: os que depredaram e destruíram...

O SR. ZUGMAN - ...os que depredaram e destruíram estão gozando e usufruindo e podem usar livremente a terra porque a terra é de capoeira, a terra é desmatada e é livre o uso e o manejo enquanto que a floresta tem de ser preservada. Eu acho que é justo que se preserve, alguém tem que pagar por isso. Não é justo que aquele que se privou durante uma vida ~~inteira~~ inteira há 50 anos pagando tributos, e de repente ela tem que ser patrimônio nacional porque existem. Quem é que tem as grandes reservas florestais do Paraná? Quem preservou e cuidou, o resto depredou e destruiu e justamente vão ser penalizados os que guardaram e ~~pouparam~~ pouparam para as futuras gerações.

Então, tudo é uma injustiça só, tudo é errado e tudo é torto neste País. No mundo inteiro um comerciante e um industrial é honesto até prova em contrário. Aqui no Brasil o comerciante e o industrial é desonesto, sonegador até prova em contrário. Aqui é tudo de ponta cabeça. Era o que tinha a falar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Greca) - Com base nos dois depoimentos, nós asseguramos que a Constituinte vai tentar conciliar a preservação do meio ambiente com a exploração econômica ~~das~~ racional das diversas áreas do Estado. Lembrando só, a bem da História, que a cobertura florestal do Estado nos últimos 40 anos foi francamente destruída, tendo desaparecido completamente a floresta do Rio Paraná. D

Damos agora a palavra aos representantes dos Sindicatos Rurais de Medianeira, Pérola do Oeste e Planalto. ~~Agora~~

Agora eu quero só esclarecer: quando eu lembro da cobertura florestal do Estado que foi fatalmente destruída, não se exclui o verdadeiro crédito histórico da contribuição da indústria madeireira enquanto fronteira de produção para o desenvolvimento do Estado na Capital e em todo o seu território.

Eu convido então os membros dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Sudoeste do Estado para a última comunicação a esse painel. Estão presentes o Sr. Afonso Kamek, Presidente do Sindicato do

dos Trabalhadores Rurais de Medianeiro; o Sr. Zeno Minuzzo, Presidente dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pérola do Oeste da Direção Estadual da Central Única dos Trabalhadores; e o Sr. Odacir Sapienginski, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Planalto.

Por favor, o Senhor tem a palavra para a sua comunicação sobre política fundiária e agrícola para a Constituinte Estadual.

O SR. AFONSO KAMEK - Quero cumprimentar aos Deputados que compõem a

Comissão da Ordem Econômica e Social e cumprimentar também toda plenária presente.

Nós vamos usar este espaço para falar sobretudo dos problemas vividos hoje pela pequena propriedade e também das nossas propostas, alternativas e saídas para esses problemas. Visto sobretudo que há 30 anos mais de 50% da população vivia no campo, hoje nós contamos com pouco mais de 20% da população deste País na área rural, e isso representa um êxodo rural elevadíssimo nos últimos anos, sobretudo com a modernização da agricultura, principalmente a agricultura tradicional, a agricultura de exportação. E com grandes incentivos fez-se com que se desenvolvesse o capitalismo no campo de tal forma que se provocou todo esse êxodo rural, e é evidente que essas famílias todas hoje estão acampadas em lona plásticas às margens das cidades, sujeitando-se a trabalhos de boóias-frias, ou com salários baixíssimos, e é claro suas famílias passando sérias dificuldades. E aí eu concordaria com o orador que me antecedeu: neste País nem tudo está reto, quase tudo está torto, ainda mais quando se trata da concentração da terra e da falta de uma política

O SR. AFONSO - ... da terra e da falta de uma política agrária voltada à distribuição da terra, para que a terra de fato passe a desenvolver sua função social. A concentração da terra, as grandes áreas de terras nas mãos de alguns, e a grande maioria de trabalhadores rurais sem terra é que estão os grandes problemas, as grandes causas dos problemas deste país sobretudo ligado à política agrária e também à política agrícola. Mas voltando ao assunto mais específico da política agrícola, quando a gente dizia que o êxodo rural é provocado por falta de uma política agrícola voltada, é porque o financiamento bancário, o acesso ao crédito bancário, a questão dos altos juros, a assistência técnica não favorece à pequena propriedade. Porque sobretudo não se tem incentivo para a agricultura de sobrevivência, agricultura que de fato interessa se tem muito dinheiro distribuído pelos bancos, pelas agências bancárias, agências financeiras para produzir soja porque é um produto de exportação, produzir trigo que se usa muito para exportação e outros produtos que não são de primeira necessidade para alimento básico da população. Isso tudo faz com que o pequeno agricultor sai de um jeito para fazer agricultura e passe a desenvolver esse tipo de agricultura, e acaba se endividando no banco e acaba perdendo a sua terra porque a terra era - digo era porque na nova Constituição não mais será - era objeto de hipoteca. E quando o pequeno agricultor não conseguia pagar o banco, automaticamente o banco tomava a terra do pequeno proprietário. Então esses são alguns dos problemas vividos pela pequena propriedade que a gente queria colocar nessa explanação de hoje.

Também colocar a questão da falta então de um modelo de agricultura, de uma política agrícola voltada à pequena propriedade, sobretudo a nossa proposta é para quem tem propriedade até 5 módulos, que tivesse uma política agrícola que favorecesse o pequeno agricultor. O pequeno agricultor com suas representações normalmente não são ouvidas...

nós queremos citar o exemplo recente que é o Paraná Rural. Cinco módulos variam de região para região : na nossa região um módulo são 15 hectares. Mas varia um pouco com a produtividade da terra das regiões. Então tem esse projeto novo ~~na~~ aí do Paraná rural do Governo do Estado e os pequenos proprietários não foram ouvidos de como se usa esse dinheiro. Sabe-se que são milhões de cruzados que são aplicados. Mas nós devemos inclusive apresentar documento por escrito numa oportunidade mais próxima para relatar com um fato mais concreto.

O pequeno agricultor não é ouvido quando se planeja e como gastar esse dinheiro, como investir esse dinheiro da pequena propriedade. Então a proposta é que houvesse essa participação através de conselhos, a nível de Estado, a nível de região que houvesse a participação desses pequenos proprietários quando se tem uma verba destinada, como esta, no caso, Paraná Rural. Também a nossa preocupação é com os recursos , que os recursos do Banestado fossem aplicados também, todos eles, em propriedade e atingissem no máximo até 5 módulos mínimos, já anteriormente citados. A questão do seguro agrícola...

O SR: ... A questão do seguro agrícola também que garantisse a safra do pequeno agricultor, não do jeito em que está atualmente que tem o Pró-Agro que garante o dinheiro que o Banco emprestou mas não garante a safra do pequeno agricultor. Quando há uma frustração de safra, não tem nenhuma garantia do produto que não colheu.

A assistência técnica - os órgãos de assistência técnica e de pesquisa do Estado que fossem a aer-
viç exclusivamente do produtor de até 5 módulos da pequena propriedade. Também somos contra a privatização. Nós queremos que o Estado tenha o seu papel, a sua função na questão da política agrícola voltada ao pequeno agricultor, porque a privatização não vem beneficiar em nada a pequena propriedade.

É claro que o fórum de participação do agricultor - quando falo em agricultor me refiro sempre ao pequeno agricultor, aquele que de fato defende a sua terra, aquele que de fato está perdendo a sua terra, está deixando a sua propriedade, geralmente indo para a periferia das cidades - e como já disse, que se garantisse a participação desse pequeno agricultor através do que eu já falei antes, do Conselho que deve ser formado, aonde possamos colocar as nossas idéias, o nosso ponto de vista a respeito da pequena propriedade.

Gostaria de ceder o espaço a outro companheiro, para que continuasse a explanação.

O SR. AFONSO KAMER : Eu queria cumprimentar a todos e parabenizar esta Comissão por esta abertura de um espaço democrático de estudos e levantamento de propostas, onde a gente possa ter oportunidade de apreciar as várias posições dos segmentos da sociedade.

Eu acho que o que está sendo debatido aqui , não são os problemas daqueles que têm muitas preocupações e precisam manter grandes volumes de dinheiro para manter a sua propriedade, mas sim, para aqueles que têm problemas que nós

acreditamos que sejam um pouquinho mais em baixo.

Se nós dermos uma olhada hoje na realidade das comunidades rurais, onde sempre viveram e conviveram várias famílias e lá tinham escolas, igreja, a sua vida comunitária, nós pegamos a história das comunidades e não precisa ser de muitos anos atrás, não. Há uns 15 anos, nós encontrávamos nessas comunidades, vivendo com uma educação precária, é lógico, mas tendo o mínimo e tendo o que comer e encontrar nessas comunidades 70, 80, 90, 100 famílias, nós encontramos várias e várias comunidades dessas nos dias de hoje com apenas 15 ou 20 famílias, já não tendo nem escola mais, quase que praticamente fechando as portas.

Tudo isso, fruto da forma como se desenvolveu a mobilização da agricultura, a modernização da agricultura, a máquina entrando no campo com um plano de uso dessa máquina, totalmente irracional, aonde a máquina ao invés de propiciar ajuda ao homem, veio substituir a produção daquilo que o povo brasileiro precisa para comer e para manter aquilo que as vacas da Europa ou de outros países, precisam para comer lá.

O grande problema que nós entendemos que existe nisso, é a falta de política governamental que venha de fato incentivara produção de subsistência. Se nós dermos uma olhada, as nossas reivindicações sempre foram encaminhadas e o Governo e os seus recursos e a sua política se voltem para as propriedades de até 5 módulos.

Essas propriedades do Estado do Paraná compreendem hoje, 62% dos proprietários de terras do Paraná. Isso justifica a necessidade do Governo ...

O SR. AFONSO KAMR : - ... Isso justifica a necessidade do Governo investir os seus recursos nessas propriedades, sendo que que a propriedade de até 10 metros compreendem mais 36% dos proprietários rurais do Paraná que produzem, e o restante o mínimo, 2 ou 3% dos proprietários é que tem as grandes extensões de terra, e que, hoje usufruem dos mesmos direitos sem estar produzindo alimentos (ininteligível), problemas esses todos que vem fazendo com que o êxo do rural, o inchaço das grandes cidades, a vida de sub-emprego, toda essa massa da população brasileira, que vive hoje de uma situação apertada, é preciso que, nesse Governo, nessa nova elaboração, se trate as questões da Política Agrícola e da Política Agrária, a produção de subsistência, que está totalmente esquecida pelos planos governamentais.

Eu queria também ressaltar ainda, que além dessa discussão que está se fazendo aqui no Estado do Paraná, de que hoje, está se passando uma discussão, que nós estamos apresentando propostas desse nível na formulação das Leis Complementares, que vai tratar de todas as questões relacionadas a política agrícola e política agrária no Congresso Nacional, onde é preciso que a Sociedade tome conhecimento, de que se na Constituição, que foi aprovado no último dia 5 /10, infelizmente determinou as desapropriações de terra, para fins de Reforma Agrária, nesse País, se torne quase que impossível, se rediscutindo, o que é terra produtiva nesse País, tudo isso são temas que estão sendo discutidos agora, no Congresso Nacional e que a Sociedade precisa se preocupar com isso e com toda essa problemática.

Disse também, na atual Constituição, isso parece - uma medida até das mais avançadas, relacionadas a política agrícola, e que a pequena propriedade passa a não ser mais, instrumento de penhor junto as Instituições Financeiras.

O Estado do Paraná e a Constituição Estadual ~~em~~ ~~em~~ precisa se preocupar com essas questões, porque nós vamos passar a viver, no estado do Paraná, e em todo o Brasil, toda uma carência de aumento do custo da produção da alimentação brasileira, passa-se a ter cada vez mais concentração do povo na Cidade e conseqüentemente, a grande problemática

O SR. AFONSO KAMER : - dos bóias-frias, a grande problemática dos Sem terra, passam a aumentar se não tiver, medidas que venham de fato a viabilizar a pequena propriedade, porque é nessa pequena propriedade que nós entendemos, que está a grande saída dos grandes problemas da economia brasileira, o grande problema da economia brasileira, não está no que o Governo está dizendo hoje, mas está de fato na política de desenvolvimento da produção de alimento do povo brasileiro e a produção de alimento até que alguém provem em contrário, quase que na sua totalidade, ela está sendo conduzida pela pequena propriedade.

Se é a pequena propriedade que produz alimento para o povo brasileiro comer, é obrigação do Governo na elaboração da Constituição Estadual preservar isso.

O SR. RAFAEL GRECCA : Ao agradecer a ...

RAFAEL GRECA -... Ao agradecer a participação dos senhores, representantes de sindicatos de trabalhadores rurais que vieram como convidados do Partido dos Trabalhadores essa presidência encerra o painel de hoje da Comissão de Ordem Econômica e Social.

O painel foi eclético, teve a participação no princípio do presidente do Banco Bamerindus, passou por diversos técnicos do mais elevado nível do Banco de Desenvolvimento do Estado, do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Teve a participação espontânea do madeireiro Dr. Zugman, que muito nos engrandeceu e acrescentou. Teve a participação do setor madeireiro do Estado e a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, bem como a participação dos vários setores ligados à preservação, à ecologia e ao meio ambiente.

A todos os presentes nós queremos assegurar que move esta Comissão de Ordem Econômica e Social o mais firme propósito de fazer uma Constituição para o bem estar de todos os paranaenses sem qualquer conotação partidária. Não uma Constituição para a próxima eleição, mas uma Constituição para a próxima geração e todas as gerações de paranaenses que hão de vir.

Nós queremos adaptar à Constituição Federal dentro do princípio da Federação da melhor maneira possível assegurando ao Paraná a sua independência e, à gente que vive e que nasceu no Paraná a possibilidade de qualidade de vida e realização da história em plenitude, isto é, história com dignidade, com justiça social e com respeito humano.

Levanta-se a reunião.